



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**



WELLINGTON SOARES DE ALBUQUERQUE FILHO

**“NEM TÃO ESCURA PARA SER PRETA E NEM TÃO CLARA PARA SER
BRANCA”: PERTENCIMENTO RACIAL ENTRE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA
QUE ACESSARAM A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA AUTODECLARAÇÃO
COMO PARDOS/AS**

RECIFE

2021



WELLINGTON SOARES DE ALBUQUERQUE FILHO



**“NEM TÃO ESCURA PARA SER PRETA E NEM TÃO CLARA PARA SER
BRANCA”: PERTENCIMENTO RACIAL ENTRE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA
QUE ACESSARAM A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA AUTODECLARAÇÃO
COMO PARDOS/AS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: PSICOLOGIA.

Orientador: Prof. Dr Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca

RECIFE

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- A345n Albuquerque Filho, Wellington Soares de.
 “Nem tão escura para ser preta e nem tão clara para ser branca” :
 pertencimento racial entre estudantes de Psicologia que acessaram a
 universidade através da autodeclaração como pardos/as / Wellington Soares
 de Albuquerque Filho. – 2021.
 119 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2021.
 Inclui referências e apêndices.
1. Psicologia. 2. Racismo. 3. Identidade racial. 4. Programas de ação
 afirmativa na educação - Brasil. 5. Estudantes de Psicologia. 6.
 Universidade Federal de Pernambuco. I. Fonseca, Jorge Luiz Cardoso Lyra
 da (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-011)

WELLINGTON SOARES DE ALBUQUERQUE FILHO

**“NEM TÃO ESCURA PARA SER PRETA E NEM TÃO CLARA PARA SER
BRANCA”: PERTENCIMENTO RACIAL ENTRE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA
QUE ACESSARAM A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA AUTODECLARAÇÃO
COMO PARDOS/AS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Aprovada em: 12/02/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca
(Orientador/a)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Aristeu Portela Júnior
(Examinador/a Externo/a)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Benedito Medrado
(Examinador/a interno/a)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A minha Mãe, Aldenice, que nos momentos mais sombrios de minha vida me mostrou como seguir de cabeça erguida, acreditando e lutando diante de um mundo muitas vezes extremamente desolador. Ao meu Pai, Wellington, que me ensinou mais do que ele possa imaginar.

Ao meu falecido avô, China, que me ofertou seu colo e sustentou meus sonhos e a minha avó, Izala, sua eterna companheira, que me mostrou como um sorriso deve ser “dado para fora” mesmo que o dia esteja nebuloso. A minha avó, Maria por ser uma mulher tão forte e inspirar.

A minha companheira, Raiza, que partilhou comigo sonhos, medos, raivas, angústias e choro. Que sabe mais do que ninguém a jornada diante desse mestrado, sustentando, por muitas vezes, o meu comunicativo silêncio.

As minhas companheiras da Comissão de Enfrentamento ao Racismo do CRPPE, em que pude sentir o que realmente significava um quilombo, recheado de compartilhamento, afeto e enfrentamento incansável ao racismo.

As minhas companheiras do Movimento Despatologiza que fizeram com que eu me despissem do manto do “homem que não chora” e toda sua carga opressora. Meu “erguer a voz”, tão colocado por bell hooks, começa a tomar corpo junto a vocês.

Aos meus amigos de turma do PPGPSI que partilharam essa jornada junto comigo. De forma especial ao meu irmão de vida Neto (não zé neto), só Neto, que me apoiou e enfrentou comigo essa caminhada tão sofrida e recheada de angústia, mas com ele, sem dúvida, ficou mais divertida. A Daniel, pelo carinho, cuidado, acolhimento e caronas durante tantos dias.

As minhas companheiras do GEMA, que partilharam comigo tanto ensinamento regado a risos e lutas diárias. Ao Prof. Jorge Lyra, por ter me orientado durante tantos momentos que me estimulou a não apenas entender academicamente as estruturas, mas se posicionar diante delas de forma autônoma e crítica. Ao Benedito pelos ensinamentos diários.

RESUMO

O discurso social sobre o ser negro expressa uma incompatibilidade entre a autodeclaração como pardo/a e os sentimentos de pertencimento racial. O mito da democracia racial propagou uma narrativa falaciosa da harmonia das raças, consequência do processo de colonização que demarcou lugares sociais de subalternidade e de privilégios. O objetivo geral desta dissertação foi compreender os sentidos construídos sobre o pertencimento racial em estudantes de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, que se autoidentificaram como pardos no acesso à Universidade Pública. Surgindo a partir da pergunta de pesquisa: será que a pessoa que acessa a universidade como pardo se entende como negra/o? E como ela localiza o seu lugar diante desse campo? Utilizamos o Método de Produção de Narrativa (MPN). Participaram 10 pessoas, das quais 8 entrevistas foram validadas. 5 mulheres e 3 homens que se autodeclararam como pardos/as, sendo que 7 pessoas acessaram a universidade através da política de cotas raciais e uma por ampla concorrência. As narrativas foram produzidas de forma coparticipativa em que as interlocutoras puderam ler, alterar e acrescentar conteúdo. A narrativa produto do encontro teve como fundamento tecer algumas reflexões sobre o pertencimento racial das estudantes que se autodeclararam como pardas/os. Observamos como o racismo fez parte das experiências das/os interlocutoras/es, seja a partir da discriminação racial, seja a partir da maneira com que a pessoa se percebia. Além disso, as narrativas das pessoas com a pigmentação da pele, a cor, menos retintas traziam aspectos como a confusão, o medo e a ansiedade no processo de pertencimento racial. A universidade, a presença de pessoas negras, de coletivos negra/os, de pessoas de referência na luta foram demarcados como fundamentais para aqueles que se sentiam mais confortáveis com seu posicionamento étnico-racial. Observamos nas narrativas que se autodeclarar como pardas/os e se entender como negras/os não andam nos mesmos passos, de modo que o pertencimento racial está intimamente conectado com a identidade racial. A dissertação problematiza a necessidade de que maiores debates acerca do lugar de fala do/a pardo/a sejam realizados diante das disputas engendradas no Brasil, pois observamos que o pertencimento racial, mesmo sendo doloroso, traz em si um processo de conexão sócio existencial e política. Portanto, a autodeclaração de cor/raça envolve tensões e conflitos de ordem pessoal/existencial, legais e institucionais.

Palavra-chave: Pertencimento Racial; Identidade Racial; Racismo Estrutural; Cotas raciais.

ABSTRACT

Social discourse on being African descent expresses an incompatibility between self-declaration as pardo/a (gender-specific noun which refers to the official category of color and race in Brazil's census questionnaire to designate non-White/mixed race people) and feelings of racial belonging. The myth of racial democracy spread a fallacious narrative of racial harmony, a consequence of the colonization process that established social places of subalternity and privilege. The overall aim of this dissertation was to comprehend the meanings concerning racial belonging within Psychology students at the Universidade Federal de Pernambuco, who self-identified as pardos/as when accessing the Public University. Based on the research question: does the person who accesses the university as pardo/a understand him/herself as African descent? And how do they locate their place in front of this ground? We used the Narrative Production Method (NPM). Ten people participated, of which eight interviews were validated. Five women and three men self-declared as being pardos/as, of which seven accessed the university via the racial quota policy and one via broad competition. The narratives were co-produced in which the interlocutors could read, change, and add content. The meeting's narrative was grounded on making some reflections about the racial belonging of the students who self-declared as pardas/os. We observed how racism was part of the interlocutors' experiences, whether from racial discrimination or from the way in which the person perceived him/herself. Moreover, the narratives of the people with the lighter skin pigmentation, color, brought up aspects such as confusion, fear and anxiety in the process of racial belonging. The university, the attendance of African descent people, African descent committees, and people who are references in the fight were highlighted as fundamental for those who felt more comfortable with their ethno-racial positioning. We observed in the narratives that self-declaring as pardos/as and understanding oneself as African descent do not go hand in hand, so that racial belonging is intimately connected with racial identity. The dissertation problematizes the necessity of further debates about the pardo/a's place of speech when facing the quarrels created in Brazil, since we observe that racial belonging, despite being painful, brings in itself a social, existential and political connection process. Hence, self-declaration of color/race entails tensions and conflicts of a personal/existential, legal, and institutional nature.

Keyword: Racial Belonging; Racial Identity; Structural Racism; Racial quotas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Convite para participar da pesquisa científica.....	51
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número absoluto de textos encontrados por descritores e tipos de produção.	30
Tabela 2 - Identificação após primeira limpeza por título	30
Tabela 3 - Número total de produções científicas divididas entre os descritores, campos de saber e o quantitativo de pesquisas encontradas.	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPPE	Coletivo de Estudantes de Psicologia de Pernambuco
CF	Constituição Federal
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
FPS	Faculdade Pernambucana de Saúde
IES	Instituição de Ensino Superior
MPN	Método de Produção de Narrativa
PEPSIC	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PPGPSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	MARCO REFERENCIAL	18
2.1	DO REFERENCIAL TEÓRICO DISSERTATIVO.....	18
2.1.1	Aspectos históricos-políticos do brasil e a busca por uma identidade nacional branco centrada.....	18
2.1.2	Conflitos, tensões e negociações da(s) identidade(s) (pós)moderna(s).....	21
2.1.3	Diversidade racial, pertencimento racial e a linguagem em ação.	22
2.1.4	Pertencimento racial nas pessoas que se auto identificam como pardo	25
2.2	REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA.....	27
2.2.1	O primeiro passo: a organização do tempo, espaço e linguagem	28
2.2.2	Organização do material da revisão de literatura sistemática	29
2.2.2.1	O tema da pesquisa	29
2.2.2.2	Materialidade da revisão literária.	30
2.2.2.3	Dados encontrados na revisão de literatura.....	31
2.2.3	Tecendo considerações: entre racismo estrutural e identidade racial.	33
2.2.4	Tecendo considerações: as cotas raciais.	35
3	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DE PRODUÇÕES DE NARRATIVAS.....	39
3.1	O MÉTODO DE PRODUÇÕES DE NARRATIVA	40
3.2	O LUGAR DA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR E DAS COTAS RACIAIS NAS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA	45
3.3	PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE PERTENCIMENTO RACIAL NO CAMPO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	48
3.4	PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NARRATIVA SOBRE PERTENCIMENTO RACIAL EM ESTUDANTES QUE SE AUTODECLARARAM COMO PARDOS/AS.....	53
4	NARRATIVAS SOBRE PERTENCIMENTO RACIAL.	55

4.1	ELLEN QUIRINO: “CLARA DEMAIS PARA SER PRETA E ESCURA DEMAIS PARA SER BRANCA”	55
4.1.1	Os relatos das experiências histórico-cultural da Ellen	56
4.1.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial	57
4.1.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial	58
4.2	ÂNGELA: “EU TINHA APRENDIDO UM DOS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO QUE ERAM O APRENDER A SER”	59
4.2.1	Os relatos das experiências histórico-cultural da Ângela	59
4.2.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial	60
4.2.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial	61
4.3	CAMILA: “EU ACHO QUE O QUE PREDOMINA É ESSE NÃO PERTENCER” ...	63
4.3.1	Os relatos das experiências histórico-cultural da Camila	63
4.3.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial	64
4.3.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial	65
4.4	CAROL: “EU NÃO ERA NEGRA O SUFICIENTE/ME DISSERAM QUE EU NÃO ERA NEGRA”	66
4.4.1	Os relatos das experiências histórico-cultural da Carol	66
4.4.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial	68
4.4.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial	68
4.5	CLARISSE: “SER PARDO PARA MIM É VIVER EM UMA CONFUSÃO EM QUE VOCÊ É COLOCADA”	69
4.5.1	Os relatos das experiências histórico-cultural da Clarisse	70
4.5.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial	70
4.5.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial	71
4.6	KALLEB: “NÃO SOMOS UM MONTE DE AREIA QUE VOCÊS PODEM PISAR”.72	
4.6.1	Os relatos das experiências histórico-cultural do Kaleb	72
4.6.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial	73
4.6.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial	74
4.7	GIL NETO: “EU NÃO SOU BRANCO”	75

4.7.1	Os relatos das experiências histórico-cultural do Gil Neto.....	75
4.7.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial.....	76
4.7.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial.....	77
4.8	RODRIGUES: “EU TENHO QUE SABER QUAL É MEU LUGAR DE FALA”.....	78
4.8.1	Os relatos das experiências histórico-cultural da Rodrigues.....	78
4.8.2	O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial.....	79
4.8.3	Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial.....	79
5	O RACISMO QUE ATRAVESSA A EXPERIÊNCIA DO PERTENCIMENTO RACIAL	81
5.1	RACISMO NO COTIDIANO.....	82
5.2	O LUGAR DOS MOVIMENTOS NEGROS NO CAMPO DA IDENTIFICAÇÃO RACIAL.....	86
5.3	DIVERSIDADE RACIAL E O LUGAR DO PARDO	89
5.4	O RACISMO É UMA PROBLEMÁTICA TAMBÉM DAS PESSOAS QUE SE AUTOIDENTIFICAM COMO PARDOS/AS.....	90
6	PERTENCIMENTO RACIAL EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	94
6.1	SOCIALIZAÇÃO, RACISMO E IDENTIDADE RACIAL	94
6.2	IDENTIDADE RACIAL	96
6.3	PERTENCIMENTO RACIAL COMO UM PROCESSO IDENTITÁRIO.	99
6.4	DO SE DECLARAR NEGRO TENDO UMA PELE CLARA E A LOCALIZAÇÃO DO SEU PERTENCIMENTO RACIAL.....	101
6.5	LUGAR DE FALA COMO PERTENCIMENTO RACIAL	104
6.6	TORNA-SE NEGRO NO PROCESSO DE PERTENCIMENTO RACIAL.....	107
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	112
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	117
	APÊNDICE B - DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA ANÁLISE POR PARTE DAS PARTICIPANTES DO RELATO CONSTRUÍDOS NO PROCESSO DE DIÁLOGO NA PESQUISA.....	119

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação é fruto de histórias e trajetórias que se encontram para poder produzir conhecimento. O encontro talvez seja a palavra-chave durante essa intensa e mobilizante jornada que atravessou o campo acadêmico e o campo afetivo/emocional. Em um primeiro momento, isso ocorre devido a minha trajetória pessoal dentro de movimentos sociais negras/os¹, de minha participação nos espaços políticos de luta pela promoção da igualdade racial, assim como na academia, buscando produzir e disseminar conhecimento acerca das temáticas raciais. Durante essa trajetória, algumas problematizações surgiram, uma delas, que encabeça as angústias que fundamentaram o processo dessa pesquisa, advém do próprio lugar do pertencimento racial nas pessoas negras em uma sociedade brasileira que busca escamotear o racismo como um fenômeno não existente.

Mas, afinal o que é ser negra? A pessoa que se autodeclara como parda se percebe enquanto negra? Entendemos o racismo como uma estrutura sistematizada e enraizada no cotidiano da sociedade, sendo assim, como ele permeou as experiências das interlocutoras? Como elas sentem e percebem o seu pertencimento racial?

O objetivo geral da dissertação visou: compreender os sentidos construídos sobre o pertencimento racial em estudantes de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que se autoidentificaram como pardos/as no acesso à Universidade Pública. Entendíamos que alguns objetivos específicos eram importantes para alcançarmos o geral. O primeiro objetivo específico teve a finalidade de entender a produção de sentido dos estudantes acerca de seu pertencimento racial; o segundo foi identificar como o racismo atravessou o posicionamento racial dos/as interlocutores/as e, por fim, refletir como a trajetória das interlocutoras atravessaram o processo do pertencimento racial.

Ao ler o livro da intelectual negra Audre Lorde (2019), “irmã outsider”, a autora traz uma colocação importante que envolveu nosso pensamento diante da dissertação, “se nós não nos definirmos, seremos definidos pelos outros”. Esse outro sempre nos chegou de forma curiosa e as intelectuais negras nos ajudaram a entendê-lo durante a pesquisa, seja pela Neusa Santos Souza (1983), ao colocar que o negro, no processo de existir, perde sua negritude para ascender socialmente e precisa vir a tornar-se mais uma vez negro; ou pela compreensão de como o racismo constrói dispositivo de opressão para impelir que o/a negro/a possa entender o

¹ Durante a dissertação iremos utilizar o termo feminino para representar as participantes da pesquisa.

seu lugar de fala, como bem coloca Djamila Ribeiro (2020). Esse campo da autodeclaração ou da compreensão posicionada a que lugar o sujeito pertence nos chegou de forma muito complexa, envolvendo vivências presentificadas no cotidiano e nas histórias passadas a partir dos processos de escravização do povo negro e do sistema colonialista. Nos perguntávamos, portanto, se seria determinante dizer que uma pessoa que se autodeclara como de raça/cor parda se entende como pertencente à população negra, diante do complexo sentido do que é ser negra/o no Brasil. Pensar em trajetórias de vida localizadas e permeadas pelo racismo estrutural serviu para compreender como as pessoas vivenciaram a estrutura do racismo no dia a dia.

O contexto que escolhemos para nossas reflexões foi a Universidade Federal de Pernambuco. Nos últimos anos, observamos diversos casos de denúncias de fraudes no acesso da instituição, ocorridos em decorrência de pessoas que se autodeclararam pardas/os ou pretas/os, mas que não preenchiam os critérios de avaliação racial quando foram submetidos às comissões de heteroidentificação. Essa comissão é formada por membros da universidade, sejam docentes, técnicos, profissionais aposentados, ou estudantes maiores de 18 anos. Todas as pessoas precisam comprovar que têm expertise nas temáticas de promoção da igualdade racial, assim como no enfrentamento ao racismo. Em 2019, foi o primeiro ano das chamadas comissões raciais². Nesse momento histórico, ocorreu a primeira grande repercussão com os estudantes que tentaram acessar a universidade utilizando as cotas raciais. Foram 280 discentes não aprovados por não preencherem os critérios, repercutindo em uma disputa judicial entre os estudantes e a UFPE. Observamos a repercussão desse cenário não apenas pela mídia, mas nos corredores do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), em protestos, debates e pichações. A universidade, em peso, entendeu a necessidade de ampliar o diálogo sobre as cotas raciais, identidade e pertencimento. Foi diante desse cenário que concebemos o incidente crítico recheado de significados existenciais e políticos sob o qual decidimos nos debruçar. As narrativas desta pesquisa, portanto, não estão soltas, mas falam de um contexto, lugar e história que se expressam a partir desse acontecimento.

A autodeclaração de raça/cor acerca do pertencimento racial é o critério que as instituições de pesquisas demográficas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizam para entender a diversidade racial no Brasil de forma oficial. O IBGE utiliza

² As cotas raciais foram aprovadas pela Lei nº 12.711/2012 que dispõe da reserva de vagas para estudantes pretos ou pardos que se declararam e fizeram a requisição da cota. Foi regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012.

cinco critérios de classificação de raça/cor; são elas, parda, preta, amarela, indígena e branca. As duas primeiras simbolizam o ser negra. Esse entendimento advém das mobilizações históricas dos movimentos negros e dos cientistas sociais que, através de estudos científicos, compreenderam que as diversas formas de retratar o negro miscigenado não favoreciam um olhar político e da condição sociodemográfica, fragilizando ainda mais a compreensão das situações de vulnerabilidade, violência e de desigualdades econômicas que as/os negras/os no Brasil sofrem diante do racismo estrutural (ROCHA; ROSEMBERG, 2007). Para Osório (2003), a problemática da autoidentificação se entrelaça com as variações sociais da cor expressas no fenótipo social brasileiro. Ligada ao processo de ascensão social, o autor questiona o ideal de brancura que, em sua visão, impregna a tomada de decisão na autoidentificação. O autor afirma que, devido a este ideal, percebe-se a existência de uma tendência em se considerar branca/o, seja estes que tenham uma situação socioeconômica mais ou menos.

A imagem do branco como ideal civilizatório e do negro como ser selvagem habita na base da estrutura social constituída pelos processos colonialistas. Impor nos povos colonizados imagens depreciativas com forte teor negativo de si era uma estratégia eficaz desse sistema de opressão (SCHWARCZ, 1993; MUNANGA, 2004). Neusa Santos (1983) coloca que o exercício da autonomia se encontra conectado com o discurso de que a pessoa tem de si mesmo; por discurso, estamos entendendo o que o construcionismo (SPINK, 2010) posiciona como um processo de construção social que, através da linguagem, constrói realidades.

Pensar em discurso é também refletir sobre relações de poderes. Nesse sentido, retomamos a ideia do mito da democracia racial que adentra no cenário brasileiro como um discurso que partilhou na sociedade uma narrativa das harmonias e de igualdade entre as raças. A narrativa que engloba a ideia de uma democracia racial construída pelos “homens de Science” exclui da análise social a história de opressão e violência direcionada à população negra, que impediu e continua a impedir que a/o negra/o ascenda socialmente (MUNANGA, 2019; SCHWARCZ, 1993). O que aparece como figura de forma muito intensa nesse mito é a própria ideia que constitui uma mentira social de igualdade, encontrando no cotidiano uma forma de se retroalimentar para manter privilégios.

Em contramão a essa ideia, buscamos compreender o racismo como um processo histórico, social e político que estrutura a sociedade a partir de lugares sociais (RIBEIRO, 2020; ALMEIDA, 2020). O racismo, portanto, não seria apenas um conjunto de ideias ou um ato discriminatório, mas um sistema organizado que constrói abismos de desigualdades sociais, normalizando contextos e situações de violências direcionadas a povos historicamente

violentados, em nossa análise dissertativa, a população negra (ALMEIDA, 2020; CAMPOS, 2017).

A partir da Djamila Ribeiro (2020), entendemos que todas/os têm algum lugar de fala. Não podemos ou devemos entendê-lo de forma reducionista, mas a partir da compreensão de que esse diz respeito a um lugar social. O corpo, portanto, é significado pelos símbolos construídos através desses discursos, sendo carregado de representação histórica e política. Pensar identidade é, de antemão, refletir como o sujeito compreende sua trajetória, a história que permeia sua experiência e de que maneira ele se localiza em termos de seu pertencimento racial.

Pensar a mestiçagem foi importante para entendermos a identidade racial nas pessoas que se autodeclararam pardas. De acordo com Munanga (2019, p. 49), existia uma ambivalência diante da ideia do mestiço no final do século XIX. Enquanto uma parte da elite e dos cientistas acreditavam que a mistura das raças iria “degradar a boa raça”, outros acreditavam que seria um “meio para reconduzir a espécie a seus traços originais”. O mestiço ocupava um lugar social complexo, posicionado por Abdias do Nascimento (1978, p.69) como a materialização da violência e estupro que as mulheres negras sofreram. Para Munanga (2004), a identidade racial negra no Brasil esbarra na ideia que constituiu a própria mestiçagem.

Nesse sentido, as implicações fecundadas desses tensionamentos de intelectuais negros/os acerca de pensar o mestiço³ e como o processo em que os movimentos negros e feministas negros refletiram como o ser negra/o compõe a autodeclaração como pardo/a ou preto/a decidimos por escutar as experiências dos/as negros/as quando esses se posicionam como pardos/as (MUNANGA, 2019; NASCIMENTO, 1978). Silva e Leão (2012) colocam que as perspectivas que buscam compreender o pardo como “essência nacional” acabam desconsiderando as trajetórias que constroem os múltiplos significados para a pessoa quando se autodeclara como pardo/a posiciona; assim, escutar as histórias localizadas das interlocutoras foi fundamental para propormos novas questões acerca do pertencimento racial, colaborando ainda mais com esse debate.

O diálogo entre o reconhecimento das estruturas sociais do racismo, a compreensão de si e o posicionamento étnico-racial como pertencimento, trouxeram as ligas que conectaram o produto da dissertação. Essa, então, se divide em um primeiro momento pela apresentação do

³ Entendemos como mestiço todo aquela que se percebe como morena, parda, negra de pele clara, entre outras nomenclaturas que trazem em seu bojo as marcas da mistura das raças.

marco referencial, desenvolvido a partir da revisão de literatura sistemática. Mapeamos os textos que foram publicados nos bancos de dados científicos e como estes se aproximavam do nosso objeto de estudo, a saber, o pertencimento racial nos estudantes de Psicologia. Foram buscados os descritores: identidade racial; o racismo estrutural; e as cotas raciais. Fizemos um processo de pensar as publicações a partir das temáticas, do ano de publicação, onde foi publicada, os periódicos e as áreas de conhecimento. No mesmo capítulo, aproveitamos para tecer reflexões acerca dos textos apropriados na revisão, juntamente com outros que, mesmo não aparecendo na revisão, fazem parte de um importante arcabouço científico que fora pesquisado e publicado por intelectuais negras/os e não negras/os.

A metodologia de pesquisa foi o nosso terceiro capítulo construído. Baseado no construcionismo social, entendemos que o rigor metodológico advém da descrição plena dos caminhos que o pesquisador percorreu, suas dificuldades, os desafios, acertos e erros. Nesse sentido, percorremos no capítulo trazendo a conceituação do Método de Produção de Narrativas (MPN) das autoras Marcel Balasch e Marisela Montenegro (2003). As autoras utilizam duas perspectivas para pensar o fazer; a primeira, pelos sabres localizados da Donna Haraway (1995), no tocante à perspectiva da autora que o conhecimento é produzido a partir de uma perspectiva crítica, posicionada e parcial, sendo a objetividade um produto de um posicionamento implicado com as realidades dos subjugados e, em outro momento, pelo construcionismo social em que o diálogo no encontro desses sujeitos constrói sentido de modo que as relações sociais são permeadas pelas histórias que não somente moldam e formam a subjetividade, mas são construídas no processo em que a pessoa a narra.

Diante disso, o MPN postulado pelas autoras visa produzir um texto de forma coparticipativa com as interlocutoras. Dividimos, assim, em três momentos. O primeiro, o encontro com a/o interlocutora, em que dialogamos acerca do objeto de pesquisa; o segundo, o texto construído pelo pesquisador a partir do que foi discutido, os afetos que foram levantados e os questionamentos que foram ventilados no encontro; e, por último, a revisão e possível alteração das interlocutoras no ato da leitura, acrescentando, expandido ou suprimindo conteúdo do texto. As narrativas, então, foram discutidas em diálogo com a literatura científica pesquisada. Esse passo, representando nossos últimos capítulos de resultados e discussão.

2 MARCO REFERENCIAL

O capítulo de Marco Referencial foi dividido em dois eixos centrais. O primeiro fala de revisões basilares para estabelecer considerações acerca dos conceitos de identidade e pertencimento racial, o segundo foi referente a uma revisão de literatura sistemática por meio da qual buscamos produzir informações a partir das bases de dados sobre o que foi publicado em relação ao objeto de estudo dessa pesquisa.

2.1 DO REFERENCIAL TEÓRICO DISSERTATIVO

2.1.1 Aspectos históricos-políticos do brasil e a busca por uma identidade nacional branco centrada

Se pegarmos a história da raça e do negro, elas se confundiriam com o próprio desenvolvimento do Brasil (MOURA, 1992). Os aspectos que constituíram a nação advêm de um passado violento direcionado aos povos que o branco europeu nomeou como selvagens. O branco colonizador europeu encontrou na escravização dos povos a estratégia para lucrar. Para isso, escravizou os nativos, denominados como negros das terras, ao passo que migrou de forma forçada os negros de guiné (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). A escravização foi a solução encontrada para utilizar os corpos como meio de exploração das riquezas territoriais.

O Brasil foi o principal país de importação dos povos escravizados e o último das américas a abolir a escravização. Diante da necessidade da abolição, pela pressão internacional, a elite brasileira se encontrou em um dilema, o que fazer com a grande população negra que se encontrava em todo o território brasileiro? Com a falência do regime escravocrata, percebeu-se a necessidade de construir novos projetos políticos. Para isso, “as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava” (SCHWARCZ, 1993 p.24).

Três campos de reflexão surgiram diante das literaturas consultadas. A primeira foi a própria escravização da população da África, que, de forma forçada, migrou e povoou todo o território brasileiro (SCHWARCZ, 1993; MOURA, 1992); a segunda foi a construção política de um processo de embranquecimento da raça, visando a aniquilação total dos seres ditos inferiores, indesejados e impuros (NASCIMENTO, 1978); e a terceira, a colonização e assimilação das ideias, pensamentos, cultura, autonomia e liberdade da população indígena, já preexistente no território, e negra da África (NASCIMENTO, 1978; MUNANGA, 2015; SCHWARCZ; STARLING, 2018). Segundos esses autores, a miscigenação, mistura e/ou

integração das raças foi concebida como uma estratégia política encabeçada pela elite brasileira, que, diante do quantitativo de negros, encontrou a solução no embranquecimento para apagar da nação os negros que, durante o final da abolição e, principalmente, no pós-abolição, não eram mais desejados. Esse processo pode ser demonstrado na pintura a óleo do Modesto Brocos, nomeada como “A Redenção de Cam” (SCHWARCZ, 1993; LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013).

O discurso que sustentou essa política versava pelo retrato do Brasil como um país belo, diverso, miscigenado, como se aqui houvesse uma terra maravilhosa, sem violências ou discriminações (NASCIMENTO, 1978). Segundo Abdias do Nascimento (1978, p.93):

Devemos compreender "democracia racial" como significado da metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos estados unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo, assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade.

Em um processo de regozijo, a elite burguesa do Brasil olhava para o continente europeu e sonhava com a terra prometida, importando ideias, crenças, valores, linguagem e conceitos do que seria uma sociedade civilizada. As literaturas consumidas, adotadas e, principalmente, praticadas no dia a dia, buscavam essencializar lugares como do homem, da mulher, do negro e da negra, universalizando experiências identitárias⁴ (SOUZA, 1983; MUNANAGA, 2015, 2019; SCHWARCZ, 1992).

Buscou-se na ciência os termos necessários para a implementação do ideal de sujeito branco centrado. A fim de responder tal demanda burguesa, as teorias científicas de Darwin foram perversamente transformadas para serem utilizadas, não apenas como forma de analisar os motivos biológicos-hereditários que levam as espécies a serem diferentes entre si, mas para hierarquizar estas a partir de discursos estereotipados que subjetivaram a distinção entre o corpo negro e o corpo branco⁵ (NOGUEIRA, 2008).

A entrada dos políticos e cientistas, chamados “homens de ciencia”, tomaram para si as teorias deterministas e positivistas para implementar em seu território uma nova lógica de funcionamento de poder que utilizou a noção de raça como estratégia ou tecnologia de opressão da população negra (CARNEIRO, 2005; SCHWARCZ, 1992). Os negros livres não eram tantos

⁴ para ser aceito, deve-se ser um homem branco

⁵ Esse período ao qual estamos referenciando é pelos meados do século XIX, que representou um processo de transição da escravização à abolição da população negra.

quando se viam sem moradia, família, emprego e condições de subsistências (FERNANDES, 2008).

Nesse contexto, a miscigenação da raça foi concebida pela burguesia como uma saída controversa. Ao mesmo tempo que representava o desejo do embranquecimento nacional, que culminaria em uma sociedade limpa e pura⁶, trazia a repulsa da mistura entre brancos e negros. Enquanto, na Europa, a mestiçagem era concebida como uma degeneração que deveria ser evitada a todo custo, no Brasil, ela nasce como um projeto político e científico necessário que se embasava no objetivo do “apagamento” dos negros de África⁷ (SCHWARCZ, 1992).

Gilberto Freyre, sociólogo pernambucano, considerado patrono da perspectiva controversa da democracia racial brasileira, buscou fundamentar, no livro *Casa Grande e Senzala*, a noção de uma identidade nacional brasileira⁸. Munanga (2004), não obstante, indaga que a busca dessa identidade nacionalista única “traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas discrepantes”. O autor sinaliza que as diversas etnias que viviam no território (indígenas) ou chegaram no país através das migrações forçadas (africanas), ou a convite (francesas, portuguesas, entre outras), obliteram dos indivíduos sociais suas identidades étnicas. Segundo o autor, o modelo “construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente foi assimilacionista. Ele⁹ tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica”. Os conflitos identitários que debatemos atualmente no campos étnico-raciais, encontram, no arcabouço histórico, marcadores sociais e políticos que permeiam as experiências das pessoas que se autodeclaram como pardos/as.

⁶ Influenciadas pelo conceito eugenista do imperialismo da raça branca ariana diante as outras tidas como selvagens e descivilizadas.

⁷ O estado brasileiro abriu as portas de suas fronteiras para que imigrantes brancos, não escravos, com liberdade e autonomia, chegassem e povoassem todo seu território. Estes saem da sua terra devido à segunda guerra mundial, como refugiados, porém, o lugar social que eles ocupam não era de escravizados, o que determinou a experiência desses povos no Brasil.

⁸ A literatura do Gilberto Freyre é considerada um marco para o fundamento tomado pelos cientistas, políticos e sociedade de que haveria no Brasil uma democracia racial. Esta narrativa vende o Brasil como um país de raças cruzadas, diversas, tropical e mista, um verdadeiro paraíso das raças. (SCHAWARCZ, 1992)..

⁹ Nomeamos “ele” para referir o padrão europeu, branco e hetero.

2.1.2 Conflitos, tensões e negociações da(s) identidade(s) (pós)moderna(s)

Anteriormente, buscamos problematizar, a partir da literatura científica, a presença eminente de uma busca por uma identidade universal branco centrada. A identidade nacional aparece como um discurso institucionalizado que permeia a economia, as religiões, a política, o direito, a educação, a família em toda a camada de funcionamento social (ALMEIDA, 2019). A partir disso, algumas linhas de pesquisas, movimentos sociais e cientistas sociais iniciam, em meados do século XX, a tensionar o que seria realmente a identidade.

Para Stuart Hall (2006), as ciências sociais estão repensando a identidade hegemônica, que, durante séculos, foi o modelo de funcionamento social. Em sua visão, essas identidades são velhas e se encontram em queda livre, fazendo existir uma crise de identidade, necessitando que novas ancoragens possam ser construídas. Novos debates e desenvolvimento de pesquisas nas áreas raciais, de gênero, classe e territorialidade tangenciam esse lugar do sujeito universal. Seria em decorrência dessa perda da ideia de um referencial de “eu” fixo, como um estado a priori, inato e estável, que a crise se instaura.

Para o teórico, poderíamos observar nesse processo três identidades distintas entre si, o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O primeiro estaria ligado a ideia de um sujeito racional, dotado de consciência e de possibilidade de ação por existir em si um “núcleo interior”, essencial, idêntico e contínuo, que permaneceria durante toda a vida da pessoa. Esse lugar, dotado da ideia de uma potência individual, ignora marcadores de gênero, sociais e políticos, que determinam o desenvolvimento humano. Nessa seara, o marcador do gênero masculino subjetifica o que seria esse modelo individualista da identidade.

Na segunda concepção, Hall (2006) posiciona que o sujeito sociológico traz em seu bojo a concepção de que os processos individuais da pessoa não eram tão autônomos como o iluminismo pregava, “mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos”. A noção de cultura e relações sociais ganha força no processo de compreensão do eu. O autor refere “A identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade”, ou seja, não se apaga a ideia de existência de um núcleo, na realidade, o sujeito é tangenciado pelas relações sociais e culturais do sujeito em uma dialética entre o mundo pessoal e coletivo.

Por último, o sujeito pós-moderno, referenciado por Hall (2006), traz a ideia de uma identidade não fixa, eterna ou permanente, mas, sim, como uma “celebração móvel”, que se transforma, metamorfoseia no encontro com o outro, definida de forma não essencialista/biológica, mas histórica. O autor refere que será assumida uma identidade

diferente, a depender do espaço social ao qual o sujeito estará inserido. Sendo assim, existindo dentro do sujeito diversas identidades que se confrontam, deslocam e levam para direções distintas, “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu” (HALL, 2006, p. 13).

Munanga (2003) posiciona que, para pensarmos identidade, é necessário entendermos a história permeada pelas relações de poder. Segundo o professor, “identidade se produz sempre num contexto caracterizado pelas relações de força” (MUNANGA, 2003), as identidades estão em disputa de poder pelo direito de existir ou, para algumas, de oprimir. Ao observarmos a última década, percebemos que esse campo das disputas identitárias estão em efervescência, principalmente, pela ascendência ao poder federativo do Brasil de um candidato à presidência que tinha como discurso basilar o racismo explícito e a identidade nacional pelo intermédio do patriotismo. Bolsonaro tem demonstrado, em sua história, valores conectados com um ideal de brasileiro norte-americano a partir da imagem do patriota. É importante evidenciar que, em 2017, em um clube judaico, ele proferiu as seguintes palavras: "Fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada, eu acho que nem para procriador ele serve". Mais recentemente, quando seguranças de um mercado mataram a pauladas um homem negro, o atual presidente posicionou na ONU a sua perspectiva de que, no Brasil, não existe racismo e que estão tentando importá-lo.

Mediante o exposto, entendemos que as identidades se encontram em disputa. Essas evocam memórias de um tempo colonial que carrega a herança de um Brasil escravizador, para um tempo vivido de um Estado democrático de direito com intensos níveis de desigualdade social e, por consequência, racial. Raça, classe e gênero são categorias de análises importantes para entendermos as identidades.

2.1.3 Diversidade racial, pertencimento racial e a linguagem em ação

No ensaio “o perigo de uma história única”, da Chimamanda Adichie (2019), a intelectual negra nos provoca a pensar como as narrativas que buscam universalizar as experiências são perigosas. O outro, diferente daquela imagem, não tem possibilidade de se espelhar, pelas diferenças biológicas/fenotípicas, históricas, sociais e políticas que permeiam a sua existência.

A escritora se deparou, pela primeira vez, com a noção de ser uma africana ao perceber em sua viagem para o lado norte das américas como o outro norte-americano, representava

sentido em seu corpo. Nos EUA, foram construídas socialmente a imagem de uma África pobre, única, sem particularidades entre os territórios, ignorante e selvagem. Nesse território, são pessoas brancas que narram a história dos africanos.

O ensaio de Adichie é importante para refletir o cenário brasileiro de disputas identitárias a partir do marcador raça. Para que possamos entender a diversidade racial do território brasileiro, além do que já pontuados nos capítulos anteriores, citaremos um texto da Edith Pizza e Fúlvia Rosenberg (1999), nomeado como: “Cor: nos censos brasileiros”. Nas passagens do artigo, fica evidente como, historicamente, não existe uma única maneira de se identificar a população pela raça, de modo que esses processos são sempre permeados pelo momento histórico e político em que o censo foi construído.

Rosenberg (2005) defende que existem três correntes que poderiam caracterizar “o pensamento social brasileiro sobre as relações raciais”. A primeira é encabeçada pelo já citado Gilberto Freyre e sua perspectiva do mito da democracia racial; a segunda, pelos estudos do Florestan Fernandes, que demonstram as diferenças sociais e econômicas dos negros e brancos pós-abolição. O terceiro grupo, composto por ela própria e Carlos Hasenbalg, buscaram analisar a dialética entre raça e classe. Na perspectiva dessa corrente, não seria possível interpretar os dados de pobreza sem compreender o marcador raça como estruturante das desigualdades.

Neusa Souza (1983) reflete que o negro não nasce negro, torna-se negro. A cientista nos provoca a pensar como a história social, pautada em uma imagem branco-centrada, constrói sentidos, mesmo que, para isso, destrua a emocionalidade de ser negra/o. O mito da democracia racial, essencial para o modelo de racismo que vivenciamos hoje, foi a estratégia necessária que o capitalismo precisava para manter privilégios e aperfeiçoar, ainda mais, lugares sociais de poder, afinal, imaginem um discurso social em que populações com traços negroides são mais propícias à criminalidade, a serem burras, feias e exóticas, sendo esse mesmo discurso velado por um conjunto de ideias de universalização, igualdade e integralidade das raças; temos aqui um cenário determinante para a ideia de um Racismo “a la brasileira”.

Nas disputas raciais, a pessoa negra perde sua identidade e adquire a do branco como modelo a ser seguido, um pertencimento racial permeado pela imagem branca de positividade e negra de negatividade. Portanto, como se sentir pertencente a uma raça desprovida de aspectos positivos?

A representação do negro como elo entre o macaco e o homem branco é uma das ideias mais significativas que caracteriza o mito negro e que reduz e cristaliza o sujeito negro a uma instância biológica. A estética branca e sua legitimidade social definem

o belo e também o negro, disseminando a ideia de que o “negro é o outro do belo” (TEIXEIRA; DAZZANI, 2019 p.90)

Sueli Carneiro (2005) aponta a necessidade das/dos negras/os desenvolverem caminhos de escape dos “mecanismos desqualificadores” pertencentes ao dispositivo de opressão. O pertencimento racial, portanto, adentra nesse múltiplo campo de disputas identitárias. Hall (2006) posiciona que, a partir das crises de identidades, a noção de pertencimento também entra em colapso pela perda da identificação com o Eu universal.

Djamala Ribeiro (2017) propõe, em seu livro: “Lugar de Fala”, a necessidade de localizar o sujeito a partir do campo histórico, social e cultural que seu corpo ocupa na sociedade. A autora tece considerações, tomando como base o feminismo negro para reconhecer que a mulher negra parte de um lugar diferente, pois experiencia uma forma de ser no mundo diferente das outras. Esse conceito dialoga com o que a Donna Hawaray (1995) vai posicionar sobre os saberes localizados. A autora nos convida a refletir que quem fala, fala de um lugar situado em uma história e permeado por marcadores sociais e políticos; o conhecimento, em sua perspectiva, é ativo, situado, parcial e posicionado.

O pertencimento, portanto, não seria algo inato, mas construído nas relações sociais permeado pelos processos de socialização. O contato com as imagens positivas da negritude (SOUZA, 1983), a implementação da educação africana das escolas pela Lei Federal 10.639 de 2003 (MOURA, 2010), o diálogo com pessoas negras de referência que transitaram por essa jornada, como as intelectuais negras, o compartilhamento das histórias negras (CARNEIRO, 2005); e a própria linguagem como ação que constrói e reconstrói realidades são colocados como importante estratégia para o enfrentamento da estrutura racista e a construção do pertencimento racial.

Pertencer-se racialmente no tocante ao ser negro seria um processo de consciência da imagem alienadora que fora socializada, posicionando-se diante da estrutura e construindo uma identidade negra sócio-histórica e psicológica (SOUZA, 1983; BERGER; LUCKMAN, 2004). Ser negro, portanto, não seria um a priori, mas um vir a ser, um tornar-se negro. O campo do pertencimento referenciado pela produção do feminismo negro tenciona o lugar de compreender os marcadores de gênero e de classe em dialética com a raça. Sueli Carneiro (2004), nesse sentido, aponta que o negro brasileiro é diverso, marcado pela história e pela estrutura política. Pertencer apareceu na literatura citada como um processo do vir a ser, reconhecendo a história de disputa política, compreendendo como a estrutura o socializou, encontrando seu lugar de fala e se posicionando diante da estrutura. Complementa Donna Hawaray (1995, p. 25), “A visão é sempre uma questão do poder de ver e talvez da violência

implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”.

2.1.4 Pertencimento racial nas pessoas que se auto identificam como pardo

Os movimentos sociais negros e os cientistas sociais, atualmente, entendem que a autoidentificação da raça negra engloba tanto o posicionamento como pardo ou preto (OSORIO, 2003; ROSEMBERG, 2004). O fundamento enfatizado por estes grupos visa mostrar, estatisticamente, como a população negra sofreu e sofre discriminação racial severa¹⁰, mas também, construiu um sentido social que pudesse ofertar um processo de transformação social e pertencimento racial.

Autores como Silvia e Leão (2012), a partir do campo das diversidades raciais, identificam duas perguntas importantes que precisam ser debatidas. A primeira seria: “quem é negro no Brasil?” e a segunda: que peso a “discriminação tem como um fator explicativo para as desigualdades raciais?”. Observamos, na literatura descrita pelos autores, a distinção feita por eles entre as pessoas que se autodeclaram pretas e pardas. O primeiro grupo consegue perceber e identificar que estão sendo alvo de discriminação racial em 41% dos casos, já o segundo, em apenas 15%. Os pardos pouco percebem que podem estar sendo alvo da discriminação racial, o que possibilitou expressar algumas perguntas que contribuíram para a própria dissertação: Será que os pardos sofrem menos discriminação racial pela pigmentação do corpo? Como será a consciência racial dessas pessoas? A ausência ou presença da consciência racial influencia na percepção que o pardo teria do racismo e da discriminação racial? Será que a discriminação seria a única forma de refletirmos sobre o campo da racialização? Ser negro é efetivamente ser discriminado? Que outras formas de experiências surgiram no processo das interlocutoras?

Muitas vezes, a literatura posiciona o pardo em dois campos. O primeiro refere-se ao pardo como alguém alienado; e o segundo é enquanto ser essencializado, isto é, tem traços não negroide, logo, é pardo/a. Munanga (2019) coloca o pardo como alienado por não perceber a discriminação racial que sofre. Enquanto o branco se embebede com o sistema de privilégio construído a seu favor, aparenta que o pardo consome as “migalhas” deixadas por esse grupo

¹⁰ A desigualdade entre os brancos e os não brancos são expostas em censos de morbimortalidade, encarceramento, violência e desigualdades sociais (BRASIL, 2018; CEQUEIRA, 2018. SOMOS TODOS IGUAIS?, 2018).

pela ideia de ascensão social. Essas duas perspectivas do pardo como alienado e essência nacional são questionadas por Silva e Leão (2012), por “desconsiderarem os múltiplos significados que a identificação como pardo adquire para quem opta por ela”. Os autores posicionam que seria importante escutar e compreender as pessoas que se autodeclaram como pardas para entender as experiências que sustentam seu pertencimento racial.

Se observarmos a etimologia do termo pardo, encontraremos as raízes que podem nos dar pistas sobre esse termo. Para o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, desenvolvido por Antônio da Cunha (1982 apud PETRUCCELLI, 2000), o pardo é definido como “de cor entre o branco e o preto, mulato”, podendo ser oriundo do grego pardos, e do latim pardus, “com significado leopardo (leão-pardo), pela sua cor obscurecida”. O autor complementa sinalizando que a origem da palavra em si é muito antiga, aparecendo, inclusive, nas cartas de Caminha ao referenciar a população que existia no território recém “descoberto”. O mulato adentra como sinônimo desse termo pela ideia que descende de uma pessoa branca e outra preta, referenciando hibridação das raças; mestiço simboliza o nascido por pais de diferentes raças, derivando do “latim tardio mixticus, de mixtus, participio passivo do verbo miscere, misturar”; por fim, o moreno, derivado do “larim maurus, habitante da Mauritânia”, referindo-se àquele que tem a cor escura/trigueira.

Se observamos no dia a dia, esses aparecem como os termos mais utilizados quando se busca identificar as pessoas pardas. De qualquer modo, significa aquele que advém de uma mistura entre raças distintas. Portanto, posicionar que o pardo não tem história, não é de todo modo verídico, mas seja uma história mais complexa, dolorosa e perversa do que ainda se pode aceitar nos meios sociais e acadêmicos (SCHWARCZ, 1993; MUNANGA, 2019). Emerge, nesse cenário, uma grande problemática que se refere a como o sistema racista afetou a identidade negra dos sujeitos que se autoidentificam como pardos e como estes se posicionam no mundo, tendo em vista que a história passada construiu uma herança subjetiva, objetiva e simbólica da disputa entre os brancos de ideal de ser e os negros de ideal do não ser (SOUZA, 1983; CARNEIRO, 2005; MUNANGA, 2019).

No momento em que as feministas negras e as ciências sociais tensionam o lugar do negro nesse debate, percebe-se que algumas mudanças estão sendo deslocadas também nas pessoas que se posicionam como pardos. Negro de pele clara é um termo que está sendo empregado para referenciar as pessoas que anteriormente se posicionavam como pardos e tinham receio de se nomearem como pretas, pela ideia de que ser preta seria ser o/a negro/a retinto/a. Observamos como as práticas discursivas advindas dessas relações constroem sentidos de sujeito que, por

sua vez, posicionam-se a favor ou contra essa hegemonia. Entender a história como marco referencial é também compreender as múltiplas vozes que fundamentam as práticas discursivas (SCHWARCZ, 1993; MUNANGA, 2019). Se entendermos o empoderamento como um processo de tomar consciência das estruturas de poder, que repercutem no processo de subjetivação das pessoas negras em sociedade, enquanto a população parda não entender a história que permeiam esse lugar, o projeto político que sustenta os campos de privilégios, em certa medida, terá dado certo.

Diante do exposto, escutar as experiências que permeiam a história das pessoas que, durante a entrada da universidade, se autoidentificaram como pardos/as nos mostrou como a pesquisa científica com essa população precisa ainda ser ampliada. O negro de pele clara parece adentrar nesse espaço com potência, como posicionado por Sueli Carneiro (2004)

“importantes lideranças do Movimento Negro Brasileiro, negros de pele clara, através do franco engajamento na questão racial, vêm demarcando a resistência que historicamente tem sido empreendida por parcela desse segmento de nossa gente aos acenos de traição à negritude, que são sempre oferecidos aos mais claros”.

Esse é um campo de disputa complexo e que parcela dos pardos se mantém repercutindo a estrutura por não sentir (pelo menos de forma consciente) a discriminação racial, em contraposição a alguns que começaram a se mobilizar em refletir-se como negros de pele clara (CARNEIRO, 2004; WEIMER, 2013).

2.2 REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA

O seguinte capítulo teve como fundamento entender o que o corpo científico estava produzindo acerca do objetivo de estudo da dissertação. Os textos encontrados serviram como referência teórica argumentativa, sendo utilizadas no processo dialético entre teoria, experiência, história e práticas discursivas.

Os descritores escolhidos na pesquisa foram o de identidade racial, racismo estrutural e cotas raciais. Esses termos foram inspirados a partir dos debates do feminismo negro, da perspectiva construcionista e pós-estruturalista, que compreendem que as pesquisas são práticas sociais, retratando contextos situados de produção narrativa. Utilizamos os periódicos PePSIC, SciELO e CAPES.

Mesmo a revisão sistemática sendo um campo de extrema importância, é impossível deixarmos de lado outras obras de referência que diretamente não apareceram nas bases de dados, mas serviram como alicerce do pensamento crítico e científico. Essas foram citadas nos espaços de debate acadêmico (cito os encontros dentro da sala de aula no Programa de Pós-

graduação em Psicologia da UFPE/PPGPSI e nos importantes diálogos com o Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/GEMA, de coletivos educacionais, em palestras, seminários e outros espaços que têm como base os estudos étnicos, raciais, de gênero e classe). Algumas pensadoras foram referenciadas no processo de análise por ofertarem um valor inestimável para as reflexões sobre o processo de construção de sentido nas pessoas que se autodeclararam como pardos/as .

2.2.1 O primeiro passo: a organização do tempo, espaço e linguagem

Diversos podem ser os aspectos que levam a pesquisa para determinados caminhos. A *linguagem* fala de um processo de construção territorial, que oportuniza o contato com determinados públicos e fenômenos específicos como riqueza, pobreza, violência, desigualdades, isto é, marcadores sócio-históricos daquela região; o *período* delimita um contexto espacial. Diz respeito ao que foi publicado até aquele momento, conectada e produzida na cultura e nos contextos de política pública que estavam regendo o funcionamento social daquele tempo. Entender esses elementos foi uma tentativa de nos mantermos sensíveis e cuidadosos o suficiente no processo da pesquisa, por compreendê-la como parte de um movimento que busca compreender campos identitários de pertencimento racial. Foi devido a esse esforço que decidimos refletir critérios que pudessem refinar o tempo (período), o idioma (linguagem) e os espaços acadêmicos que reúnem estas publicações (fontes).

Período: 2012 – 2020 - Em 2012, foi aprovada a lei das cotas raciais (Lei nº 12.711/2012), marcador importante no movimento de mudanças estruturais necessárias no que tange às desigualdades raciais existentes no território brasileiro. Esse registro político foi a lente de tempo que nossa pesquisa utilizou para a revisão de literatura. A partir desse período, observamos os momentos e os locais em que foram publicados textos que se aproximaram do objeto do nosso estudo.

Idioma: português - Selecionamos o idioma português do Brasil. Compreendemos que o estudo aqui proposto se configura como um projeto latino-americano. Foi necessário dialogar sempre com a noção do território brasileiro e dos marcadores sociais que influenciaram a constituição do seu sistema linguístico.

Fontes: portais da PePSIC, SciELO e CAPES - A escolha das fontes foi um dos aspectos mais preocupantes da pesquisa. Por muito tempo, buscamos compreender como os sistemas de banco de dados funcionavam e quais seriam os que poderiam alcançar de forma mais interessante o objeto da pesquisa. Compreendemos que deveriam ser aqueles que integrassem

as publicações das universidades públicas de teses, dissertações e artigos; que possibilitassem filtrar a pesquisa de acordo com o objeto de estudo; que possibilitassem buscar um ou mais temas em uma única pesquisa. Escolhemos, para essa finalidade, os portais da PePSIC, SciELO e CAPES.

2.2.2 Organização do material da revisão de literatura sistemática

2.2.2.1 O tema da pesquisa

O campo-tema da pesquisa tem sua raiz nas estruturas de funcionamento social, interligadas com os discursos de poder que repercute na forma com que cada pessoa constrói sentido e se posiciona no mundo. Para o Psicólogo Peter Spink (2003), o campo-tema, por além de um local específico, diz respeito a uma rede de sentidos que se conectam e são construídos no dia a dia, isto é, no cotidiano em que as relações acontecem. Quando pensamos, portanto, em pertencimento racial, este se conecta com múltiplos processos que incidem no sujeito e constituem seu sentido no mundo.

Durante o processo de diálogo e reflexão com o orientador Prof. Jorge Lyra e vários colegas que se somaram nessa longa jornada do construir pesquisa, entendemos que nosso campo circundava a compreensão sócio-histórica e política dos aspectos da colonização no Brasil, do processo da miscigenação entre raças, das ações afirmativas como mecanismo político de justiça social e o próprio racismo estrutural como construção discursiva presente na cultura, delimitando lugares sociais para negros e não negros. Nesse sentido, compreendemos que o que estamos nomeando como posicionamentos identitários seria permeado por essas relações.

A partir das palavras chaves e dos critérios selecionados, fizemos diversas tentativas para escolher o tipo de pesquisa que se adequava aos nossos interesses de revisão. Em um primeiro momento, buscamos o termo Identidade Racial. Utilizamos os filtros de período (2012-2020) e idioma (português), foram encontrados 458 resultados. A CAPES é uma plataforma com um enorme banco de dados, o que nos deu a possibilidade de adentrar no universo de pesquisas que estão sendo realizadas na área. Utilizamos as aspas (“”) como forma de buscar a expressão exata. Quando colocamos as aspas, o quantitativo dos arquivos diminuiu para 33. Nas plataformas da SciELO e da PEPSIC, utilizamos a estratégia de busca a partir do operador “AND”, o que nos possibilitou tornar o campo de pesquisa mais específico.

2.2.2.2 Materialidade da revisão literária.

A revisão foi realizada a partir do idioma português, durante o período de 2012 a 2020;

Tabela 1 - Número absoluto de textos encontrados por descritores e tipos de produção.

QUANTITATIVO DA PESQUISA POR DESCRITORES			
Tipo de Produção	Identidade Racial	Cotas raciais	Racismo Estrutural
Artigos CAPES	33	57	40
Artigos Scielo	119	44	11
Artigos PePSIC - BVS	19	7	0

O quantitativo encontrado foi maior do que havíamos imaginado. Durante o processo anterior, tivemos algumas dificuldades em encontrar descritores que dialogassem com nossa pesquisa e principalmente com a rede de palavras que constrói a biblioteca/dicionário dos periódicos. Na pesquisa que realizamos, não foram encontrados Teses ou dissertações, principalmente pela CAPES. Tentamos realizar a pesquisa com outros critérios, de forma experimental, como Identidade and Racial; “identidade racial”, e não houve resultados para teses e dissertações.

Durante o mapeamento dos artigos que encontramos nos periódicos, observamos um diálogo entre as literaturas; mesmo que houvesse características específicas a partir do objeto de estudo dos/as autores/as, em alguns momentos os outros descritores eram citados ou referenciados como relevantes, mostrando como o campo-tema do racismo estrutural permeia os aspectos inerentes à identidade racial e às cotas raciais.

Tabela 2 - Identificação após primeira limpeza por título

QUANTITATIVO DA PESQUISA POR DESCRITORES APÓS LEITURA DOS TÍTULOS			
Tipo de Produção	Identidade Racial	cotas raciais	Racismo Estrutural
Artigos CAPES	11	11	14
Artigos Scielo	15	12	11
Artigos PePSIC - BVS	08	03	0
Total	34	28	25

Pensando em estratégias para refinar ainda mais a pesquisa, fizemos uma leitura de cada um dos títulos encontrados a partir dos descritores identificados anteriormente em seus respectivos periódicos. Entendemos que a escolha do título de uma pesquisa científica denota a ideia geral que envolverá os eixos de diálogo discursivos que fundamentaram a construção narrativa da pesquisa. Assim, identificamos 08 textos para identidade racial; 07 em cotas raciais e 12 artigos para o descritor de racismo estrutural. Com a finalidade de refinarmos a revisão e aproximá-la ao nosso objeto de pesquisa, entendemos ser necessário ler, além dos títulos, os resumos e parte do método de pesquisa. Os resumos que não se aproximavam do objeto de estudo foram excluídos, assim como os artigos repetidos a partir das fontes. Identificamos um artigo derivado de uma dissertação, da Isabele Lemos (2017), e outro advindo de uma tese, da Danielle Araújo (2019).

2.2.2.3 Dados encontrados na revisão de literatura

Uma vez que realizamos as leituras dos títulos, resumos e identificações com o objeto pesquisado, dialogamos com o ano de publicação, as áreas/saberes localizados em que a pesquisa foi realizada e os estados nos quais os pesquisadores realizaram suas análises. A experiência foi muito importante, pois nos possibilitou compreender como as pesquisas científicas estavam construídas a partir das questões étnico-raciais no país. Observamos um aumento nas produções de 2017 a 2019, que contabilizaram 18 publicações nesse período, em comparação aos anos de 2012 a 2016 que resultaram em 9 textos.

Devemos lembrar que o percurso adotado na pesquisa para a realização da revisão de literatura foi de 2012 a 2020, em decorrência do marco político que foi a Lei nº 12.711/2012, também denominada como Lei das Cotas. Devemos salientar que as ações afirmativas, mesmo tendo adentrado no sistema das universidades em 2000 através das experiências e protagonismo da UERJ e da UNB, só se tornou obrigatória a partir de 2012. As primeiras experiências aumentaram a participação e formação dos negros (pardos e pretos) nas Instituições de Ensino Superior (IES), mas é a partir dessa lei que se torna obrigatório.

Um dos dados encontrados na revisão foi o do Estado em que a pesquisa foi realizada. Os estados descritos não se referem à revista, mas à localização territorial onde os pesquisadores realizaram a pesquisa. Em alguns momentos, mesmo com a leitura dos textos, não conseguimos identificar o local onde a pesquisa tinha sido realizada. Decidimos acrescentar um campo de “não identificado” para estas pesquisas. Entendemos que os territórios nos quais as pesquisas foram realizadas estão recheados com as histórias raciais de relações de poder, de modo que as

experiências dos pesquisadores nesses espaços repercutem nas análises realizadas. Em relação ao estado de São Paulo, por exemplo, observamos muitas pesquisas no campo do Direito. Já no Rio de Janeiro, publicações no campo da Psicologia foram mais presentes.

Os campos de saberes foram selecionados a partir do perfil de pesquisa realizada pelos pesquisadores. A leitura do próprio artigo já direcionava para que pudéssemos identificar o objeto de estudo e os caminhos de pensamento que fundamentaram determinada interpretação dos fenômenos raciais. Em casos de pesquisas com mais de dois pesquisadores com áreas diferentes, optamos por classificá-lo a partir do programa pelo qual a pesquisa estava sendo realizada. Foi interessante perceber o quantitativo de pesquisa realizada a partir do saber da Psicologia. Evidenciamos a importância da psicologia nos estudos com aprofundamentos das questões identitárias.

Tabela 3 - Número total de produções científicas divididas entre os descritores, campos de saber e o quantitativo de pesquisas encontradas.

<i>Campos de Saberes por produção</i>		
Descritores	Campos de Saberes	TOTAL
Racismo Estrutural	Direito	(5)
	Psicologia	(2)
	Serviço Social	(1)
	Ciências Sociais	(1)
	Educação	(1)
	Sociologia	(1)
	História	(1)
Identidade Racial	Psicologia	(5)
	História	(2)
	Educação	(1)
	Ciências Sociais	(1)
Cotas Raciais	Direito	(1)
	Psicologia	(3)
	Educação	(1)
	Ciências Sociais	(1)
Total		27

2.2.3 Tecendo considerações: entre racismo estrutural e identidade racial

Na perspectiva do Luiz Campos (2017 p.2), podemos abordar o racismo a partir de três perspectivas pertinentes e intimamente conectadas. A primeira seria a compreensão do racismo como um conjunto de ideologias, doutrinas ou ideias constituídas para inferiorizar e naturalizar grupos específicos. A segunda perspectiva busca compreender que as ações, atitudes e comportamentos racistas prescindem das ideologias, diz o autor: “as ideias deixam de ser o elemento definidor do racismo” e que “tais atitudes são muito mais emotivas, irracionais e reativas e, por isso, nem sempre possuem uma ideologia identificável como causa” (CAMPOS, 2017 p.6). Por fim, a terceira conceberia o racismo como um sistema estrutural e institucionalizado, não desconsiderando as práticas e as ideologias que o circundam, mas o concebendo como um sistema organizado permeado pelas disputas de poder e que está na raiz do funcionamento do Estado. Os autores consultados na revisão entendem o racismo estrutural a partir da noção de raça, política e poder (BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2019). A raça aqui entendida é uma categoria política construída para limitar e posicionar lugares aos povos negros tidos como inferiores e selvagens. Essa categoria limítrofe de sujeitos não nasceu à toa, mas a partir de uma serialização de ideias, crenças e valores que foram constituídos por meio de um sistema de opressão, a este denominamos racismo.

Ao observar as “colchas de retalhos” que os autores costuram para pensar e tensionar o Estado brasileiro e os dispositivos de opressão que sustentam seu funcionamento, conseguimos mensurar como a estrutura racista adentra em campos do Estado que vigiam e punem (COELHO, 2019; BAGGIO; RESADORI; GONÇALVES, 2019); que desenvolvem e mantêm desigualdades sociais (MADEIRA, 2018; BIZARRIA, 2018; SILVA, 2017); que posicionam barreiras de acesso a lugares de poder, como as universidades (BARROS, 2019); como constituem discursos que atingem a dignidade das pessoas e dos grupos. É um sistema orquestrado para amarrar as subjetividades em padrões de funcionamento que retroalimentem o sistema de lucro. Como bem coloca Prata (2018), o que sustenta as estruturações das instituições, desde seu princípio, são a “marginalização de determinados filios em nome da manutenção de um desigual modo de construção das comunidades humanas, esmagador de subjetividades e violador de dignidades”.

Batista e Mastrodi (2018 p. 2335) tecem considerações interessantes sobre a relação entre capitalismo e racismo. Para esses autores, o racismo é anterior ao capitalismo. A objetificação do corpo negro como seres para o trabalho escravo precede a lógica que fundamenta a estrutura do capital como uma disputa entre grupos. O capitalismo, na visão dos

autores, encontra no sistema racista um caminho para implementação macropolítica de sistemas opressores, que visam desenfreadamente o lucro. Os autores enfatizam que “o sistema econômico se aproveita do sistema social racista para negociar a força de trabalho do negro como uma mercadoria ainda mais barata que a força de trabalho do branco”.

Os movimentos sociais, particularmente os movimentos negros organizados, articularam politicamente a construção de importantes leis no combate ao racismo. Podemos citar a própria Constituição Federal de 1988; a Lei Federal n. 10.639/2003, que estabeleceu a inclusão das histórias e culturas afro-brasileira nas diretrizes e bases da educação nacional; O Estatuto da Igualdade Racial (nº 12.288/2010) e a Lei nº 12.711/2012, que coloca a necessidade do ingresso de pretos, pardos e indígenas nas universidades e instituições federais de ensino técnico, também denominada lei das cotas. Nesse cenário, as ações afirmativas são compreendidas como o conjunto de práticas políticas que visam à justiça social. O foco das ações é necessariamente fazer valer os direitos constituídos pela Constituição Federal, que visam mudar as realidades dos grupos historicamente marginalizados pelo poder público e pela elite (SILVA, 2017).

Na visão de autores como Oliveira e Mattos (2019) e Miranda (2017), seria imprescindível entender os filtros discursivos, valorativos e normatizadores que influenciam os processos identitários baseados na ideia de um sujeito universalmente branco e europeu. Esses ideais atingem em cheio a percepção de que os homens e mulheres negras terão de si, do seu corpo e do seu mundo (VIMEIRO-GOMES, 2016; TEXEIRA; DAZZANI, 2019). Eugênia Marques (2018) tensiona esse conceito ao refletir que, diante de um cenário brasileiro de apagamento das histórias que o constituíram, é necessário “reencontrar o fio condutor da verdadeira história do negro que o liga à África, sem distorções nem falsificações, para, assim, ir apropriando-se de sua história”. A identidade não seria um ato finalista de identificação com determinado grupo, mas um processo permeado por diversas relações em contínua (des)construção.

No percorrer da revisão de literatura acerca da identidade racial, buscamos privilegiar os textos que pudessem trazer reflexões teóricas e conceituais sobre a identidade na população que se autoidentifica como pardo/a. Poucos artigos foram encontrados, podendo sugerir que os estudos étnico-raciais com as populações pardas ainda são escassos.

Não houve resultados de artigos que pudessem nos ofertar reflexões críticas sobre a identidade racial branca, fazendo-nos pensar se essa seria concebida como raça. Não encontrar absolutamente nenhum texto que debatesse branquitude, nos chega de forma incômoda, mas

não estranha, tendo em vista que, diante das disputas de poder pautadas no marcador raça, é necessário criar o outro como diferente do padrão branco-universal, aspecto que parece dialogar com as concepções hegemônicas de que “branco não é raça”¹¹, encontradas nos estudos de Djamila Ribeiro (2020).

O conflito identitário, observado na literatura consultada, não permearia apenas a ordem subjetiva/individualista, mas, de forma especial, a político-identitária (MIRANDA, 2017). Seria um conflito entre o direito de viver, gozar de uma existência digna e ocupar espaços de poder por parte da população negra e a manutenção de um sistema opressor que privilegia determinadas populações, necessariamente brancas, europeias, ou advindas deste território, além da burguesia. Por muito tempo, a identidade foi colocada em um campo de unilateralidade a partir das teorias essencialistas que visavam corroborar com as ideias de poder que valorizavam como superiores pensamentos, culturas e corpos brancos. Seria por meio desse emaranhado de valores socioculturais que a pessoa negra/o precisaria vivenciar sua subjetividade. Como bem colocado por Neusa Santos Souza (1983), a pessoa negra viria a torna-se negra diante de um mundo pintado de branco.

Sheila Miranda (2017) ressalta que as ações políticas e a participação comunitária poderiam vir a contribuir com o processo emancipatório do sujeito negro, entendendo que a Identidade Racial seria ressignificada através das relações que as pessoas pudessem desenvolver com campos que reconectem sua história pessoal e coletiva. A autora entende que espaço como os da universidade, movimentos sociais, coletivos de estudantes, assim como núcleos de pesquisas, são importantes para o diálogo interno que o/a estudante deverá ter consigo para o fortalecimento e/ou ressignificação da sua identidade racial. Poderíamos entender que a ausência desses espaços de encontro com pessoas negras seria um desafio no processo de pertencimento racial.

2.2.4 Tecendo considerações: as cotas raciais

Encabeçando um dos debates mais importantes no cenário universitário, as cotas raciais aparecem no discurso público com diversos sentidos atribuídos para sua existência. Poderíamos, inclusive, colocá-los a partir de duas perspectivas, as pessoas que aprovam as cotas

¹¹As aspas são necessárias para demarcar que branco é raça. A sua não identificação enquanto tal diz respeito aos processos de privilégio construídos historicamente nos campos da classe, da sexualidade, do gênero e raça. É necessário que pesquisas sejam realizadas e publicizadas nas bibliotecas virtuais.

e aquelas que são seus críticos fervorosos. A depender do sentido que os grupos sociais atribuem às ações afirmativas, alinhadas ao seu entendimento e, principalmente, ao posicionamento acerca do sistema racista e seus mecanismos de opressão, seria possível observar maiores níveis de resistência às cotas raciais ou de abertura para a sua ampliação¹². Autores como Santos e Scopinho (2016) posicionam que esse é um debate complexo, tendo em vista que, a partir do direito à reparação histórico-política, as populações vulneráveis¹³ acessam espaços outrora reservados à burguesia branca, como as universidades. Esse debate, portanto, disputa lugares de poder, que, antes da lei, eram reservados de forma essencial para pessoas brancas.

“uma vez que esbarra em diferentes formas de entendimento sobre a constituição racial brasileira, a determinação dos lugares historicamente forjados para os distintos grupos raciais e a interferência do critério racial na prática de discriminação dos contingentes excluídos”. (SANTOS; SCOPINHO, 2016)

A primeira parte dos grupos que apoiam as cotas raciais e o sistema de ações afirmativas são compostos pelos cientistas sociais e pelos movimentos sociais negros e feministas que posicionam o dever do estado, simbolizado na Constituição Federal (CF) de 1988, em construir mecanismos de transformação social por meio do direito ao acesso às universidades públicas. Entendendo que o racismo é uma estrutura que se encontra na camada histórica e política da sociedade, não seria possível pensar em equidade sem entender as desigualdades que permeiam a existência das pessoas. Nesse sentido, seria necessário construir mecanismos políticos para que a população marcada por essa estrutura pudesse ter possibilidade de acesso (ANHAIA, 2017). As cotas raciais são uma das estratégias primordiais para eliminar, no futuro, as diferenças de oportunidade de existência que o racismo desenvolveu no Brasil.

Para os críticos, o sistema de cotas seria inconstitucional, seguindo um caminho jurídico contrário à CF, pois as cotas seriam uma espécie de discriminação contra o pobre branco, ferindo, assim, o trecho da carta magna que dispõe sobre o não preconceito de cor, raça, sexo e idade (MAYORGA; SOUZA, 2012). Feriria, também, o princípio da meritocracia, que, a priori, seria o conjunto de ideias políticas de que quem acessa a universidade é digno, tem direito, pelos esforços direcionados aos estudos (SANTOS; SCOPINHO 2016). De acordo com esses críticos, estaríamos diante do perigo em trazer tensões raciais a um território onde não existe

¹² Pensado a partir da necessidade de ampliarmos as cotas nos níveis dos programas de pós-graduações nas universidades e em todos os concursos públicos que dispuserem do mecanismo das seleções.

¹³ Negras/os, indígenas, pessoas com deficiências e LGBTQ.

desigualdades interraciais, de modo que as “políticas de cotas teriam como consequência a quebra da ‘harmonia racial’ existente na sociedade brasileira e o seu destino seria fomentar o conflito entre negros e brancos pertencentes às camadas mais pobres da população brasileira” (MAYORGA; SOUZA, 2012 p. 265).

Em uma pesquisa realizada com mais de 5000 pessoas, os autores Venturi e Bokany (CAMINO et al., 2014) buscaram compreender quais as políticas públicas que a população brasileira acredita que o governo deveria adotar no que concerne à diminuição das desigualdades sociais entre brancos e negros. Os autores observaram que a maioria das pessoas acreditavam em políticas mais universais, desconsiderando o marcador racial e desacreditando nas cotas raciais como estratégia de diminuição da desigualdade. Advogam que o investimento deveria ser direcionado para o ensino básico público em decorrência de suas péssimas condições de ensino e aprendizagem, defendendo que as políticas afirmativas, no máximo, deveriam ser para pessoas pobres advindas dessas escolas, referenciadas como cotas sociais (CAMINO et al., 2014).

A matriz que fundamenta as arguições dos críticos às cotas encontra, na teoria do colonialismo e no racismo estrutural, o berço que fundamenta o conjunto de ideias do seu posicionamento. Mayorga e Souza (2012) colocam que os arguidores ignoram que a própria Constituição reconhece o racismo como crime inafiançável e imprescritível, pelo seu caráter criminoso contra o sujeito negro. Por sua vez, as ações afirmativas consideram que a discriminação histórica vivenciada pelas populações vulneráveis construiu muros de ordem simbólica e objetiva. Esses muros dificultaram o acesso de pessoas negras ao direito de ter uma vida digna, acesso à educação, saúde, saneamento básico e a profissões privilegiadas. Luciene Naiff e Denis Naiff (2013) trazem que as ações afirmativas se baseiam na discriminação positiva ou ação positiva, isto é, ao entender as desigualdades sociais e raciais que o racismo construiu, desenvolveria políticas compensatórias, visando eliminar as iniquidades.

Esse é um debate complexo, que causa tensões entre os grupos sociais e os movimentos políticos. Essa estrutura biopolítica de disputa de narrativas atravessa a vivência de estudantes que acessam e tentam permanecer na universidade enquanto cotistas. Adentramos no processo complexo que permeia a identidade e o pertencimento racial através do campo da autoidentificação racial, necessária para o acesso à universidade por cotas raciais.

A diversidade racial no Brasil é perceptível, entrelaçando-se com as variações sociais e fenotípicas da cor preta. Jaqueline Gomes de Jesus (2013) posiciona que a diversidade é um elemento fundante da identidade social, tendo em vista que sabemos que somos por observar a

existência de pessoas e grupos diferentes. Para a autora, não existiria uma identidade social sem diversidade, buscando assim conceituá-la como o:

conjunto de relações interpessoais e intergrupais explícitas ou implícitas, em um determinado sistema social, que são intermediadas pela relação entre as identidades sociais e a dominância social presentes nesse sistema (GOMES DE JESUS, 2013, p. 224)

Segundo a professora, o racismo estaria “relacionado a características fenotípicas e/ou étnicas de pessoas e grupos, que incorrem na hierarquização e na exclusão de pessoas e grupos com relação a outros, tanto em nível individual quanto grupal, coletivo e institucional” (GOMES DE JESUS, 2013 p.224).

As cotas raciais não são uma pauta de agora, elas tão pouco advêm de um direito ofertado à população negra como uma graça de outrem, mas como um movimento orgânico, articulado e político, com teoria e método para trazer à tona cientificamente os motivos que sustentam a necessidade do Estado tomar responsabilidade pela história de opressão e violência direcionada à população negra e indígena. Nesse sentido, possibilitar espaços para o diálogo acerca das cotas raciais e dos fenômenos que a envolvem tem sido cada vez mais relevante para a desconstrução de discursos arraigados por valores e concepções da estrutura racista, assim como a construção de políticas que, de fato, garantam acesso e igualdade de oportunidade às populações historicamente marginalizadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DE PRODUÇÕES DE NARRATIVAS

Começamos pegando os sapatos, as mochilas e os mantimentos. Traçamos as possíveis rotas, olhamos e analisamos os mapas, observamos o tempo e o clima, calculamos o período e o que precisaremos ter para caminhar diante dessas trilhas que é a pesquisa científica. Mesmo com todas as preparações possíveis e uma equipe fundamental como o GEMA (Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades), auxiliando-nos nessa intensa jornada, os próprios caminhos das pesquisas são em si atravessados por múltiplos desafios que acendem a nossa criatividade para nos reinventar. No contexto da pandemia pelo Covid19, essa pesquisa necessitou de alguns ajustes criativos para ser realizada.

Nos fundamentamos no conceito de racismo estrutural para salientarmos que os processos de posicionamentos identitários são atravessados pelas histórias de violência, opressão e discriminação no Brasil desde sua invasão pelos colonizadores europeus. Não poderíamos omitir o fato concreto de que a história do estado brasileiro foi e continua sendo pautada em impiedosas ações de agressividade direcionadas às populações negras, seja de ordem física ou simbólica (CARNEIRO, 2005). Diversos autores foram fundamentais para pensarmos o lugar do pertencimento racial para pessoas que se autoidentificaram como pardos/as durante a entrada na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Podemos citar nomes como Kabenguele Munanga (2004; 2019), Sueli Carneiro (2005), Djamila Ribeiro (2020), Grada Kilomba (2019), Stuart Hall (2006), Mary Jane Spink (2015); Donna Haraway (1995); Luiz Campos (2017); Silvio Almeida (2019) e Silva e Leão (2012).

As inquietações colocadas nesse capítulo se deram pelas minhas experiências pessoais em espaços de militância dos movimentos negros; nos diálogos políticos da psicologia, como a Comissão de Enfrentamento ao Racismo do Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco - 2ª Região (CRP-02); e no Núcleo Feminista de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE). A compreensão de que o pesquisador é um agente participa-ativo na pesquisa e o entendimento da dialética pessoal entre a profissão, os espaços de debate acerca das temáticas de raça e gênero e a própria militância colaboraram na opção metodológica pela Análise de Produção de Narrativa. A ancoragem metodológica baseada no Método de Produção de Narrativa (MPN) nos ofereceu caminhos importantes para compreendermos as vivências das interlocutoras diante do seu pertencimento racial.

3.1 O MÉTODO DE PRODUÇÕES DE NARRATIVA

Durante os vários encontros de orientação, nos encontramos na angústia de pensar e construir uma pesquisa que pudesse trazer em sua escrita e análise um lugar do protagonismo narrativo das experiências que fundamentaram o pertencimento racial das/os interlocutoras/es. Entender que tipo de metodologia poderia contribuir nessa jornada foi fundamental para que nós, como pesquisadores, nos sentíssemos produzindo uma pesquisa com sentido social.

Os textos da Mary Jane Spink (2013), sempre indicadas por Jorge Lyra e Benedito Medrado nos encontros do GEMA, foram fundamentais para compreender a perspectiva do construcionismo social. Me recordo da leitura que fiz do texto da Spink e Menegon (2013), quando as autoras colocam que a pesquisa científica é uma prática social, o seu rigor metodológico não estaria apenas ligado ao caminho marcado do método, mas ao percurso que o pesquisador caminhou para chegar a determinadas reflexões. O Método de Produção da Narrativa (MPN), influenciado pelo construcionismo, dialoga bem com o que estávamos refletindo desde os primeiros momentos da dissertação.

O Método das Produções Narrativas (MPN) das autoras Marcel Balasch e Marisela Montenegro (2003) se baseia na perspectiva dos saberes localizados da Donna Haraway (1995) e do construcionismo social. O caminho metodológico que estrutura o seu modo de fazer ciência nasce a partir dos questionamentos realizados aos modelos científicos vigentes, debates ocorridos por meio da ideia do que é ciência; quem tem possibilidade de dizer como se constrói ciência; o papel do pesquisador e o lugar dos/as participantes da pesquisa nessa produção.

Tiago Corrêa (2020) evidencia que uma das importantes influências para o desenvolvimento do MPN foi o giro linguístico. Após essa mudança do que os campos científicos atribuíam de sentido sobre a linguagem como um conjunto sistemático de signos abstratos, agora o ponto de viragem desse giro é a compreensão de que a linguagem é uma prática social e não meramente mediativa da relação entre sujeito e as realidades que o circunscrevem.

No processo de leitura, tanto da literatura do Tiago Corrêa, como de Marcel Balasch e Marisela Montenegro, Donna Haraway (1995), chegando aos posicionamentos de Mary Jane Spink e colaboradores (2015), entendemos a coerência metodológica na dialética entre MPN, Construcionismo e os Saberes localizados. A sensação inicial que nos atravessou ao ler a metodologia posicionada pelas/os autoras/es é o quão importante e relevante para ciências sociais é a narrativa, as práticas discursivas e o protagonismo dos participantes na pesquisa. Se

apropriar e colocar em prática esse método nos chega como uma mudança paradigmática, o repensar do lugar da ciência e do pesquisador.

Antes de tudo, devemos entender o que o construcionismo propõe a partir de sua perspectiva. Para esse movimento, o sentido do mundo é construído de forma dialógica de modo que a concepção da linguagem, portanto, não seria apenas uma rede de signos que estrutura o sujeito, mas como práticas do cotidiano, que constroem e reconstroem as realidades no momento do encontro entre subjetividades (SPINK; MEDRADO, 2015). Preocupa-se em explicar como estes constroem e conhecem as realidades, sendo assim uma teoria do conhecimento. Enfatiza Gergen (1985, tradução nossa): “A investigação socioconstrucionista preocupa-se principalmente em explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou representam o mundo (inclusive elas mesmas) em que vivem”.

Na visão dos autores Mary Jane Spink e Benedito Medrado (2015), o construcionismo social é o resultado do tensionamento crítico a três campos basilares. Ao campo da verdade, através da sociologia; ao representacionismo, por meio da filosofia; e pela busca do empoderamento dos grupos marginalizados mediante a política. Buscamos tensionar conceitos que visam simplificar os processos históricos, sociais e políticos, de modo a essencializar e universalizar as experiências.

O debate que permeia o pertencimento racial, por muitas vezes, atravessa o que entendemos sobre o mito da democracia racial, que via de regra, seria a ideia de que no Brasil não haveria diferença entre as raças em decorrência do processo de miscigenação (NASCIMENTO, 1978; MUNANGA, 2005; 2006). A narrativa que sustenta os argumentos pautados por esse mito é, em si, influenciada pelos princípios sistemáticos e estruturais do racismo, tendo em vista que o próprio processo de embranquecimento ocorreu a partir de construções políticas/institucionais.

O conhecimento situado proposto por Donna Haraway (1995) nos provoca a pensar o lugar da produção científica, a epistemologia que fundamenta essa construção e os mecanismos discursivos que permearam essas disputas. A autora, portanto, posiciona que a visão objetiva deve ser parcial, buscando abrir e não fechar, muito menos universalizar os processos que buscam compreender a subjetividade humana. Por ser parcial, gera em sua raiz uma responsabilidade no seu processo de produção. Ligamos esses pensamentos ao de Spink e Menegon (2013), de que a pesquisa é uma prática social. Nos atrevemos a pensar, analisar e posicionar essa dissertação como crítica das realidades sociais, posicionada e parcial. Entendemos que, a partir do pressuposto posto pela Haraway (1995), as narrativas expressas

pelas interlocutoras e o produto que será construído de forma conjunta, também é parcial e posicionado, contando histórias e experiências de cada pessoa a partir de suas relações e vivências.

Nos deparamos com a própria ideia de objetividade científica. Ao passo que as perspectivas positivistas buscam ocultar o sujeito da experiência sócio-histórica, buscando produzir padrões e normas universais e semelhantes, a proposta postulada pela Haraway (1995) é que todo conhecimento é localizado e parcial. O conhecimento das realidades estaria conectado com as escutas das múltiplas histórias que permeiam a forma com que os sujeitos vivenciam essas realidades. Argumenta a autora, “Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece” (HARAWAY, 1995). O lugar da objetividade que leva ao conhecimento a partir de caminhos metodológicos produzidos e legitimados por homens brancos que ditam o que é ou não ciência. Nas escritas de Haraway (1995), é colocado em questionamento, tendo em vista que historicamente muitas das suas produções construíram narrativas de dominação e poder diante de populações marginalizadas. A epistemologia feminista busca repensar esses saberes construído e sustentados em pensamentos eurocentrados e patriarcais.

Os posicionamentos narrativos que brotam das experiências distintas dos/as interlocutoras/es produzem saberes localizados que retratam o viver histórico-social e político dos/as interlocutoras. Ao referenciar a relação entre Haraway (1995) e o MPN, Corrêa (2020) posiciona: “importa mais à MPN o povoamento de distintas posições sobre um determinado fenômeno estudado, de modo a se ampliar o conhecimento disponível sobre ele”. A responsabilidade é colocada como fundamental nesse processo, posto que se estamos nos debruçando em uma jornada que busca compreender as realidades sociais, também devemos nos responsabilizar pelo efeito que esta produz.

Um ponto de viragem importante, evidenciado, inclusive, pelo próprio Corrêa (2020), e que diferencia a MPN de outras metodologias discursivas propostas pelo construcionismo, encontra-se no seu próprio nome, a narrativa. As palavras que usamos para significar o mundo não são pelo mero acaso, tem contexto, tem história e tem sentidos construídos pelo encontro de pessoas, grupos e instituições. As relações de poder permeiam as construções narrativas, de modo que autores como Harré e Brockemier (2003) indicam que as narrativas tratam de evidenciar “versões da realidade, muito específicas à situação e ao sujeito” (p.527), permeada pelo campo cultural do sujeito em sociedade. Poderíamos entender a narrativa como dispositivo que constrói sentidos (CORRÊA, 2020) e são vinculados ao ambiente cultural nos quais são

expressos (HARRÉ; BROCKEMIER, 2003). Se entendemos que o pertencimento racial ainda é um lugar do conflito diante da estrutura histórica, social e política do racismo, as narrativas se mostraram como uma ferramenta importante no processo das pesquisas. Harré e Brockemier (2003) afirmam que “O problema do entendimento dos padrões dinâmicos do comportamento humano parece estar mais próximo de uma solução através dos estudos da narrativa”.

Poderíamos entender a narrativa como discurso contextualizado, gerado a partir de “conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sócio-comunicativas e habilidades linguísticas”. A comunicação encontrada por cada interlocutora denota a ideia das relações interpessoais construídas e dos vínculos do sujeito com a cultura. No momento que vamos transmitir algo, sejam ideias, valores, pensamentos, desejos, medos, angústias e/ou paixões, a comunicação encontra o formato de narrativa para poder construir o enredo da história contada (HARRÉ; BROCKEMIER, 2003).

Sob o mesmo ponto de vista, seríamos capazes de compreender a narrativa a partir do seu caráter transitório, isso é, que a narrativa possui uma estrutura que é tanto aberta, como flexível. Essa concepção entra em contraste com a ideia de uma narrativa estável e/ou firme (HARRÉ; BROCKEMIER, 2003).

Uma das coisas que ficaram evidentes diante do encontro com as interlocutoras era como o posicionamento identitário, a partir do pertencimento racial, tem um caráter transitório. Ou seja, em alguns contextos, as pessoas que entraram na universidade como pardos/as, atualmente, possuem outros repertórios linguísticos para dar sentido ao seu lugar no mundo.

O processo de busca da interpretação das realidades sociais, do posto de vista da perspectiva citada anteriormente, não seria apenas uma postura de distanciamento interpretativo, mas da compreensão de quem o interpreta como agente co-participativo nessa jornada. Quem interpreta, interpreta a partir de um lugar no mundo recheado de (es)história, encontros e relações sociais e políticas.

Tensionamos, assim, esse lugar do rigor, que muitas vezes remonta o sentido construído de um percurso único e universal a partir de três eixos principais, fidedignidade, generabilidade e replicabilidade. Estes pressupostos, por muitas décadas, foram o ponto da régua para se identificar se uma pesquisa científica poderia ser considerada de relevância (SPINK; LIMA, 2013). Em contrapartida, para o construcionismo, a noção de rigor ganha outro sentido, passando a ser entendido como “a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo” (SPINK; LIMA, 2013 P. 80).

Posicionar, portanto, esse lugar, não significa dizer que esse é um processo desprendido, absolvido de princípios basilares que conduzem a pesquisa, o pesquisador e a/o interlocutor/a para a proximidade das realidades dos fenômenos psicossociais. Pelo contrário, buscamos tensionar o que poderíamos discernir sobre a objetividade científica, pois entendemos que existe a necessidade de revisitarmos esse conceito.

À luz do construcionismo e inspirados nos saberes localizados, a verdade seria entendida como múltiplas lentes, narrativas que poderiam nos aproximar das realidades sociais construídas de forma histórica e política. O MPN configura-se como um método que coloca em protagonismo o processo, as histórias e as experiências que constroem e reconstrói as narrativas e, por assim, as práticas sociais. Nossa observação e interpretação é situada e contextualizada com esses pressupostos citados anteriormente.

A interpretação é o elemento que faz parte do processo da pesquisa, concebida como uma prática social que produz sentidos, não acontece pelo desejo sem critério do pesquisador, mas em um processo dialético entre histórias que se encontram para construir, de forma co-participativa, a própria pesquisa. Estaremos posicionando em outro momento os nossos passos, os desafios, as narrativas, os desconfortos e os atravessamentos que surgiram nessa jornada. Contaremos a “história” da pesquisa.

Nos sustentamos nos princípios de processo postos pelas professoras Marcel Balasch e Marisela Montenegro (2003), em que, segundo as autoras, estariam circunscrevendo três etapas basilares. A primeira seria o encontro entre pesquisador/a e interlocutoras/es, que dialogam entre si acerca do objeto do estudo e as experiências que circundam esse objeto; a segunda seria o processo de tecer considerações, ou textualizar o encontro de forma inicial a partir dos pontos principais que o pesquisador imagina que foram primordiais nas narrativas das/os interlocutoras/es. O texto é construído de forma a ser acessível e organizável, comunicando ao participante as posições que foram expressas no encontro anterior; em terceiro estaria a própria revisão do texto, de modo que as/os interlocutoras/os podem e devem mensurar, corrigir, alterar e acrescentar no corpo do texto aquilo que elas/es percebem que faltou ou que faltam ser acrescentado em sua autoria narrativa.

Utilizamos na pesquisa o método qualitativo, pois esse visa possibilitar a expressão das narrativas de cada interlocutor/a. Ao entender que existe a necessidade de se aproximar da linguagem em ação, do discurso vivo e do contexto de cada interlocutor/a, o método qualitativo nos pareceu mais indicado. Para o construcionismo, o método qualitativo não está apenas relacionado com os objetivos da pesquisa, mas alinhada ao que Mary Jane Spink e Vera

Menegon (2013) definem como “uma postura epistemológica específica” e não apenas uma escolha por conveniência de aproximação com o objeto.

Pensando em uma maneira que pudesse potencializar a expressão das/os interlocutoras/es, utilizamos a entrevista semi-estruturada, combinando perguntas para estimular as narrativas, para que, na relação entre interlocutora/o e pesquisador, elas pudessem ser ampliadas. Este formato investigativo visou, principalmente, potencializar a narrativa dos interlocutores a partir de sua própria realidade e contexto sociocultural.

3.2 O LUGAR DA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR E DAS COTAS RACIAIS NAS NARRATIVAS DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Em minha trajetória acadêmica, vivenciei duas realidades universitárias. Me formei como Psicólogo pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS), uma faculdade particular, vinculada ao Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP); e nesse momento vivencio a experiência no mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), uma universidade pública.

O campus universitário sempre me estimulou a aprendizagem. Como estudante da FPS, busquei participar dos Diretórios Acadêmicos de Psicologia, de coletivos de psicologia, como o CEP-PE (Coletivo de Estudantes de Psicologia de Pernambuco), em reuniões Estaduais e Nacionais dos estudantes, nos movimentos que visavam tensionar o local do estudante dentro desses espaços e a própria formação, a partir da participação no Movimento pela Despatologização da Vida. De forma proativa, nem tão consciente assim, me vi em espaços que me estimularam a pensar meu lugar no mundo, não apenas como estudante de psicologia, mas como pessoa. Na Faculdade em que me formei, não tive contato direto com professores/as negros/as e/ou com pesquisas que pudessem me fazer tomar consciência das estruturas sociais. Consigo observar os pontos positivos e os nem tanto dessa trajetória.

Como discente do mestrado do PPG-Psi da UFPE, em outro momento de consciência política, profissional e acadêmica, percebo os professores e os estudantes que transitam na universidade, como as energias de investimento nos estudos e a reflexão crítica permeiam os encontros, seja nos corredores, nas praças, ou nas salas de aula. Porém, também percebo que é na própria sala de aula que alguns muros são sobrepostos, seja no conteúdo da própria psicologia, ou na abordagem de alguns docentes, em não transversalizar seus respectivos conteúdos com as temáticas raciais e nas dificuldades verbalizadas por estudantes negros/as em

ter acesso e se manter dentro desse espaço. Não devemos esquecer que a universidade é um espaço que reflete as estruturas sociais, afinal, ela também é uma instituição.

A partir das leis de cotas raciais (12.711/2012), presenciamos um maior nível de acesso de estudantes negros/as à universidade. Historicamente, a UFPE vem passando por processos de intensas transformações no que tange ao ingresso dessa população. Pesquisas mostram como a lei favoreceu a entrada das pessoas negras na universidade (NAIFF; NAIFF, 2013; ANHAIA, 2017).

Porém, as cotas ainda não são aceitas por toda sociedade, existindo disputas que utilizam narrativas essencialistas e meritocráticas para deslegitimar, quiçá, sustar a lei das cotas. Poderíamos citar o projeto de lei (1531/19) da deputada Dayane Pimentel (PSL-BA), que propõe suspender a reserva de vagas para negros nas universidades e nos institutos federais. Advoga a deputada que as cotas são vedadas pela constituição federal, pois reafirmaria uma lógica da discriminação por meio de uma distinção entre as populações. Além disso, o imaginário capitalista de que as ascensões sociais são conquistas única e, exclusivamente, a partir do mérito próprio orbitam nos discursos de quem defende a suspensão imediata desse direito conquistado a duras penas pelos movimentos negros. Os argumentos são inúmeros, desde que as cotas iriam aumentar e retroalimentar o racismo (NAIFF; NAIFF, 2013), que só as pessoas com o mérito deveriam ter acesso às universidades públicas (SANTOS; SCOPINHO, 2016) e que a partir dessa lei criar-se-ia uma lógica assistencialista.

Na contramão destas ideias, autores como João Feres Junior (2008); Rebeca Duarte (2015); Aristeu Portela (2018) defendem que as cotas raciais têm uma função social e histórica, representada a partir do fundamento da reparação e justiça social que visa corrigir, reparar e modificar as estruturas que aumentam a desigualdade entre a população. Portanto, aplicar as cotas na universidade objetiva a busca por equilíbrio de oportunidade em um país que foi fecundado historicamente em diversos casos de violência, segregação e morte direcionada às populações negras/os.

A revisão de literatura nos introduziu na multidimensionalidade do que é entrar na Universidade por cotas, assim como os desafios dos estudantes em se manter até o final do curso. Na visão de Mayorga (2012), não basta unicamente a entrada se a permanência não é garantida. É necessário pensar também em políticas de permanência (MAYORGA, 2012) que possibilitem que o estudante possa ter condições de continuar o curso de forma digna.

No processo de pensar a pesquisa, refletimos sobre como seria para o sujeito que, ao entrar na universidade, se autoidentifica como pardo/a, em determinado ponto, por meio de sua

história, e, por outro lado, por uma exigência institucional? Que sentimentos e afetos estariam envolvidos? Como seu território e suas relações anteriores com os grupos influenciaram esse lugar? Que possíveis experiências essa pessoa vivenciou para se autoidentificar como pardo? Ela/e ainda se nomeia como pardo/a? Como ela percebe e sente seu pertencimento racial?

Entendíamos que o epicentro da pesquisa estaria interligado a esse lugar do posicionamento como pardo, mas o objeto estaria ligado ao pertencimento racial e às narrativas que estariam orbitando essa posição. O lugar, portanto, da autoidentificação racial na entrada, muitas vezes é permeada de incertezas, medo e angústia. Muitas das pessoas nunca tinham pensado sobre esse lugar e a entrada na universidade instaurou a angústia. Devemos lembrar que a racialização das experiências no território brasileiro foi apagada pelo mito da democracia racial, que criou uma narrativa de harmonização das raças. Para quem está entrando na universidade, esse é um dos poucos momentos em que existe a necessidade desse posicionamento. Nosso interesse partiu desse lugar “nebuloso”, desconfortável e angustiante do que é o posicionamento racial a partir do campo do pertencimento.

Ademais, nossa pesquisa acaba chegando em um momento determinante na história do acesso à universidade, pois iniciamos essa jornada na UFPE em 2019. Foi nessa mesma época que a UFPE instituiu as comissões de validação da autodeclaração das cotas étnico-raciais na graduação. Essa proposta já tinha sido encabeçada por outras universidades em decorrência das inúmeras fraudes constadas.

Na UFPE funciona da seguinte forma: para que os estudantes possam concorrer às vagas que são destinadas as/aos pretas/os e pardas/os, devem se autodeclarar étnico-racialmente diante de uma comissão de heteroidentificação que avaliará sua autoidentificação racial. A instituição adverte que é proibido qualquer uso de equipamento que vise escurecer o candidato, como maquiagem e objetos diversos. A banca não irá considerar nesse processo os fatores genéticos ou fenotípicos de familiares.

Como toda nova iniciativa, ela não vem com perfeição e necessita ainda de muita reflexão acadêmica, jurídica e política. Poderíamos citar o que ocorreu nesse mesmo ano, em que 280 estudantes não foram aprovados pelos critérios de avaliação racial das comissões. Desses, 188 entraram com recurso tanto na UFPE, como em outras instâncias do judiciário. A Universidade se posicionou, afirmando que todos os recursos seriam avaliados, de modo que os estudantes passaram por outras comissões. A maioria que foi desclassificada se autodeclarava como parda (G1, 2019). Se pegarmos essa lente e a colocarmos agora, no ano de 2020, teremos outras informações importantes para refletirmos. Tivemos 1.089 candidatos que

foram aprovados, isto é, passaram pela comissão de heteroidentificação e tiveram suas respectivas inscrições validadas. No entanto, 364 foram reprovados. As problemáticas se mantêm, o que mostra a necessidade de continuarmos a realizar pesquisas sobre o pertencimento racial na população brasileira (G1, 2020).

Os casos de fraude, portanto, se espalham em todo nosso território. Universidades como a UnB e a USP começaram a expulsar os discentes que adentraram no campus e a cassar diplomas das pessoas que conseguiram burlar as cotas. A UnB, por exemplo, expulsou 15 estudantes e cassou 2 diplomas, nas mais diversas áreas entre a Medicina, Ciências Sociais, Letras, Engenharia de Software, Direito e Medicina veterinária. Essa ação foi iniciada em 2017 por iniciativa dos estudantes que enviaram à reitoria uma lista com os nomes dos estudantes que poderiam ter fraudado as cotas. Diante disso, uma investigação foi instaurada e durou 3 anos, sendo seu resultado publicado agora em 2020 (CORREIO BRAZILIENSE, 2020).

Observamos, no cenário nacional, que diversas pessoas que se autoidentificam como pardas acabam não conseguindo adentrar o ambiente acadêmico e, quando dentro, se questionam acerca da sua pertença racial. Esse lugar do ser pardo/a ainda Permanece.

3.3 PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SOBRE PERTENCIMENTO RACIAL NO CAMPO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Produzir narrativas de maneira coparticipativa nos pareceu ideal, mas também muito desafiador. Como produzir uma narrativa de forma híbrida sem pensar em minha própria trajetória, seja no campo acadêmico, nos lugares onde exerço a militância com o compromisso social, e nos meus processos pessoais que marcaram a minha subjetividade?

Nutríamos o desejo de que a pesquisa pudesse ofertar um espaço de expressão autêntico da existência humana mediados pela necessidade de racializar esses processos que influenciam o lugar do posicionamento racial, isto é, a percepção que o sujeito tem sobre o seu pertencimento racial. Por meio das experiências construídas nos estudos acadêmicos, nos espaços de militância, nas orientações com o Prof. Jorge Lyra e no diálogo com as/os colaboradoras/es do GEMA, foram três os questionamentos basilares. 1) O racismo estrutural que penetra as camadas sócio-históricas e políticas da sociedade, fundamenta o que poderíamos entender sobre o mito da democracia racial e o processo de embranquecimento das raças. Esse conceito, seja de forma consciente ou inconsciente, influencia a maneira como cada pessoa vai entender sua história e se posicionar em termos étnicos/raciais; 2) Muitas pessoas da sociedade nunca fizeram, ou tiveram condições de fazer, uma autorreflexão sobre a sua história e sua raça

e como essas questões influenciam o seu viver em sociedade. O campo da entrada na universidade e a necessidade de se autodeclarar poderia trazer em si o lugar da interdição em que o outro te questiona sobre isso e, via de regra, você precisa se posicionar racialmente, segundo o IBGE, como preto, negro, branco, amarelo ou indígena; 3) o processo de estar na universidade é permeado por diversas experiências que tensionam o lugar no mundo de cada pessoa. As vivências com outros iguais e diferentes, com os coletivos, além dos próprios conteúdos das disciplinas, estimulam, a priori, transformações. Pensamos que a vivência no campus da universidade seria um marcador interessante para que pudéssemos olhar o lugar do pertencimento racial.

Quando pensamos inicialmente no local de pesquisa, de imediato nos chegou à imagem da Universidade. Entendíamos a importância do campus por ser esse espaço multiverso, com experiências e realidades distintas que vem carregadas com esse local do ser estudante. O território que pensamos inicialmente seria, portanto, a Universidade Federal de Pernambuco no campus da Várzea. Submetemos a proposta no comitê de ética em pesquisa, sendo também avaliada pela banca de qualificação, composta por Benedito Medrado e Rebeca Duarte. Algumas justificativas versavam sobre o pressuposto da pertença do perfil das/es interlocutoras/es por compreendermos que o espaço da universidade pública deve acolher diversas realidades sócio-históricas e políticas que foram atravessadas diretamente por danos causados pelo racismo, seja este relacional, estrutural e/ou institucional.

A escolha do campo universitário público da Várzea/Recife deu-se devido aos aspectos sociodemográficos que circundam os jovens que tentam adentrar na UFPE e os recentes casos de estudantes que entram ou tentam entrar na universidade pelas cotas, seja social, mas de forma mais específica, pelas cotas raciais. Entendíamos, na época, que o espaço universitário é fértil para se interagir com as diversas realidades sociais e históricas dos jovens negros/as que se autoidentificam como pardos.

O lugar do encontro presencial era fundamental para a pesquisa. Contudo, não podíamos imaginar que a pandemia do coronavírus atravessaria de tal forma e com tal impacto não apenas a pesquisa, mas todas as populações em nosso território. De forma particular, aos estudantes de Psicologia que tiveram suas aulas canceladas como forma de prevenção e cuidado. A academia precisou se renovar, adquirindo novas tecnologias e estratégias para continuar o processo da formação.

Em nossa pesquisa não foi diferente. Ficamos durante muito tempo pensando acerca do que poderíamos fazer diante dessa nova realidade que se impunha com unhas e dentes diante

de uma pesquisa que já era um grande desafio. Tínhamos a noção que tratar de questões raciais, com um objeto de estudo tão controverso e mobilizador como o pertencimento racial já era um grande desafio e, na pandemia, tornou-se uma grande incógnita.

O pensamento rígido de precisar e desejar fazer os encontros presencialmente no campus da UFPE, por muitos dias, principalmente no início da pandemia, trouxe muita angústia. Valorizamos muito o face a face como processo de produção de narrativas e esse momento foi crucial para pensarmos os caminhos da pesquisa.

Os encontros virtuais com o Prof. Jorge Lyra, as aulas com Benedito Medrado sobre os processos de análise das práticas discursivas, o diálogo com colaboradores do GEMA e da turma do Mestrado foram fundamentais para refletir esses caminhos. Entendemos, a duras penas, que a universidade não é apenas o espaço físico, mas as pessoas e as histórias que constroem aquele território. O conceito de campo-tema de Peter Spink (2008) ampliou nossos olhares sobre o fazer pesquisa e decidimos realizar os encontros virtualmente.

Em um primeiro momento, dialogamos com o Diretório Acadêmico de Psicologia da UFPE (DAPSI), Gestão Candiêro, através do nome da Anny Souza; entendíamos que o processo de autoidentificação seria um campo delicado e complexo devido aos múltiplos afetos que envolvem narrar as histórias que permeiam a existência das interlocutoras. Refletindo sobre uma forma viável de adentrar este universo do pertencimento racial, decidimos, como uma das estratégias metodológicas, dialogar com o DAPSI. O primeiro contato com os estudantes foi mediado pela entidade que representa os estudantes de psicologia. Para a pesquisa, o DAPSI foi concebido como uma participante chave e/ou semente, pela sua representação e conexões estudantis. A partir dessa aproximação, a entidade buscou em sua rede de contatos os/as interlocutores/as que desejariam participar da pesquisa.

Esta técnica se denomina bola de neve, que, segundo Vinuto (2014), “é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência”. Para o autor, este recurso se torna útil em tipos de estudos como o nosso, que tem em sua proposta a aproximação com as histórias cotidianas, de caráter delicado, pois pode tocar em questões densas, afinal, estamos lidando com a estrutura racista. Não é por que estamos fazendo uma pesquisa que essa estrutura está desativada. Essa técnica funciona da seguinte forma, a partir de um informante/participante chave, denominado semente, é possível encontrar sujeitos com o mesmo perfil do/a interlocutor/a semente para a pesquisa, desenvolvendo uma rede de indicações.

Nesse momento, tivemos o contato de uma das participantes. A primeira dentre os 8 que se adequaram ao perfil da pesquisa de estudantes de psicologia que se autodeclararam como

pardos/as na entrada da universidade. Ela indicou mais duas pessoas que expressaram desejos de participar da pesquisa. A partir disso, a bola de neve parou exigindo outras estratégias para dialogar com possíveis interlocutoras que pudessem colaborar com o processo.

Estimulado por uma das orientações com Jorge Lyra, construímos um texto de chamada para pesquisa a ser publicado e amplamente divulgado. Com a ajuda de Benedito Medrado, produzimos um post (Figura 1) que foi difundido nas redes sociais e nos e-mails dos períodos do curso que anteriormente nos foi passado pelo DAPSI. Além disso, construímos um formulário online que tinha como objetivo comunicar o que era a pesquisa, quem poderia participar e como entrar em contato com o pesquisador. Essa foi uma ação fundamental para que a pesquisa fosse realizada. Recebemos contato pelo Instagram e pelo formulário on-line de estudantes dos mais diversos períodos do curso.

Figura 1 - Convite para participar da pesquisa científica



Fonte: Autoria de Benedito Medrado

Utilizamos a plataforma do Google Meet como recurso digital. No momento do diálogo inicial, agradecemos a participação, fizemos uma apresentação da pesquisa e dialogamos sobre o seu processo. Posicionamos que esse é um espaço autônomo e que a qualquer momento a/o participante poderia desistir de continuar colaborando.

Com entendimento de que a pesquisa pode ser um campo transformador para o sujeito, pesquisador e academia, se concebeu como fundamental respeitar o processo ético e de preservação da dignidade e autonomia humana. Nesse sentido, os/as interlocutores/as foram convidados/as a participar da pesquisa, e, somente depois do pleno gozo do seu direito e da

compreensão do que se trata a investigação, iniciamos o diálogo. Para esse fim, apresentamos a versão online do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas as participantes assinaram e afirmaram o seu desejo em participar desse processo; ressaltamos que, nos casos em que o/a interlocutor/a sentisse desconforto a ponto de optar por não dar mais continuidade ao processo, este, de imediato, seria paralisado e a pesquisa, se assim o desejasse, seria encerrada.

A utilização dos aplicativos como meio de aproximação com as interlocutoras nos pareceu a melhor opção diante do contexto. Em alguns momentos, tivemos falha na conexão, travando o áudio ou deixando-o incompreensível; alguns familiares bateram na porta ou até entraram no momento do diálogo; em outras situações, até o “carro do ovo” passou e foi possível escutar o território de cada pessoa gritando que estava presente na pesquisa, mesmo que não estivéssemos vendo-as diretamente. Foi necessário paciência, zelo e cuidado, muitas vezes, para esperar um pouco, voltar alguns instantes, para somente assim retomar aquilo que estávamos abordando. Utilizamos como equipamentos para armazenar as narrativas um gravador e para mediar o diálogo um computador e a própria internet.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que visa escutar as narrativas dos sujeitos a partir do seu cotidiano, interconectando com as temáticas raciais, observa-se a necessidade de ter cuidado, sensibilidade e atenção em como se acessa esse conteúdo. A pesquisa pode causar desconforto e impactos subjetivos para o voluntário por se tratar de uma entrevista que traz questionamentos pessoais, da vida do indivíduo e da sua história. Para minimizar os riscos, o pesquisador combinou com o/a voluntário/a um horário e dia que pudessem acessar a plataforma on-line, solicitando que pudessem ficar em algum lugar sigiloso e confortável. Caso houvesse alguma demanda e necessidade de um cuidado especializado, o/a interlocutor/a será encaminhado/a para o Serviço de Psicologia Aplicada da UFPE (SPA), ou para a rede de profissionais de Psicologia do Município de Recife, a fim de que possam ofertar um espaço de acolhimento.

A pesquisa não objetiva trazer benefícios diretos às/aos participantes/ voluntários. Contudo, possui potencial benefício direto pela contribuição para que profissionais das áreas das ciências humanas e sociais possam compreender os “nós” que envolvem o processo da construção da identidade negra na sociedade brasileira, tema relevante no tocante às temáticas sociais, psicológicas e políticas. Como benefício indireto, poderá servir para que os estudantes de psicologia possam refletir sobre o seu processo subjetivo de construção de identidade étnico-racial, aguçando e estimulando o autoconhecimento de si e das histórias que o trouxeram até o

presente momento. Muitas pessoas sentem-se beneficiadas em colaborar com pesquisas científicas que podem contribuir para diversos processos psicossociais e políticos.

3.4 PROCESSO DE PRODUÇÃO DE NARRATIVA SOBRE PERTENCIMENTO RACIAL EM ESTUDANTES QUE SE AUTODECLARARAM COMO PARDOS/AS

O texto foi produzido a partir das narrativas das interlocutoras, contendo impressões, sensações, afetos, percepções acerca do objeto de estudo. Nos momentos em que trechos das narrativas tiveram um teor afetivo que representasse um sentido importante relacionado ao tema da pesquisa, utilizamos o recurso das aspas para enfatizar suas argumentações. As narrativas foram organizadas a partir de quatro aspectos. O primeiro seria a apresentação das interlocutoras; o segundo aspecto foram os relatos das experiências histórico-culturais da participante; o terceiro, se refere ao lugar do/a pardo/a em seus processos de pertencimento racial; e, por fim, o posicionamento racial, partindo do auto pertencimento racial.

Enviamos a narrativa para as interlocutoras que expressaram múltiplas sensações ao perceberem como as suas vivências foram materializadas. Ângela nos falou que o motivo para não ter respondido de imediato foi devido às emoções despertadas no momento da leitura do texto, sensação compartilhada por Ellen, que expressou como se emocionou ao ver sua história sendo respeitada na produção da narrativa. Elas não quiseram fazer alterações.

Depois que enviamos a narrativa para Carol, ela pediu que pudéssemos problematizar mais acerca da negra de pele clara. Pedimos que ela pudesse escrever algo ou até enviar alguns áudios pelo WhatsApp. Ela problematizou, portanto, como percebe a necessidade de os movimentos negros debaterem sobre as diversas formas de ser negro, assim como a questão do colorismo, que, em sua perspectiva, é fundamental. Sente um silêncio angustiante por parte dos movimentos que precisa ser rompido. Gil Neto, por sua vez, pediu para acrescentar mais informações acerca do seu filho e como ele se identifica negro a partir do pai. Pontua a sua estranheza por nunca ter percebido que sofreu racismo, mas vê como sua irmã foi alvo de racismo pelo sogro.

As reflexões a seguir são produtos do encontro e não buscam universalizar as experiências, muito menos exaurir as vivências das interlocutoras, mas como um esforço de sistematizar as narrativas a partir do objeto de estudo. Os ensaios produzidos a partir da análise de narrativa visam ampliar a produção de conhecimento acerca do pertencimento racial, através das múltiplas posições discursivas que o pesquisador conectou, permitindo ampliar a compreensão acerca do objeto de estudo. Como Corrêa (2020 p.77) coloca, as narrativas “não

serão tratadas como descrição de um fenômeno, mas como uma produção localizada de perspectivas sobre aquele fenômeno”. Os nomes que seguem nas pesquisas foram escolhidos pelas próprias interlocutoras.

4 NARRATIVAS SOBRE PERTENCIMENTO RACIAL

4.1 ELLEN QUIRINO: “CLARA DEMAIS PARA SER PRETA E ESCURA DEMAIS PARA SER BRANCA”

Era noite, estávamos em uma sexta-feira, dia 17.07.2020 e tivemos possibilidade de nos encontrar virtualmente para iniciarmos nosso diálogo. Por mais de uma hora conversamos sobre as experiências, as situações e os contextos do existir da Ellen. Mesmo com todas as dificuldades inerentes ao mundo da tecnologia, como falha em alguns momentos da rede, imagem um pouco desfocada, foi perceptível observar a maneira engajada e comprometida que a Ellen se mostrou para contribuir com a pesquisa.

Olhar atento, fala calma, escuta sensível e apurada. Voz tranquila e ao mesmo tempo intensa, recheada de afeto e carisma. Ellen se apresentou como uma mulher negra, pernambucana e sertaneja. Nascida em Afogados da Ingazeira, cresceu em Fátima, distrito de Flores, carregando em seu discurso, tanto o sotaque como as experiências que circundam seu território.

Atualmente, passa boa parte do tempo em Recife na casa de familiares. Entrou na graduação em Psicologia pela UFPE no ano de 2019, passando pelo processo seletivo, como também pela banca de heteroidentificação implementada pela instituição no mesmo ano. Porém, sua chegada em Recife data o ano de 2017, visando na época fazer os cursinhos pré-vestibulares. Ainda que em sua trajetória nunca tenha pensado em fazer o curso de Psicologia teve a ideia de fazê-lo e não se arrepende, “foi amor à primeira vista”.

Em sua jornada até os tempos atuais, posicionou diversos momentos que foram marcantes na sua história. Desde observar as influências em sua subjetividade por ser uma mulher negra nascida no interior de Pernambuco ao confronto de perceber esse processo a partir das experiências na capital de Pernambuco, Recife.

O acesso à universidade foi, em certa medida, impactante. Referiu que durante a entrada na universidade se auto identificou como parda, mesmo se reconhecendo como negra de pele clara, porém teve a sua requisição negada na banca de heteroidentificação. Esse momento foi recheado de afetos e insegurança. Os questionamentos sobre o seu lugar de pertença racial foram evidenciados não apenas para si, mas para o mundo, tendo em vista que a partir desse indeferimento Ellen, junto com outras estudantes, mobilizaram ações institucionais, legais e políticas. Essa mobilização teve frutos, de modo que todos os casos foram revistos e alguns foram deferidos. Ellen foi uma delas.

Contudo, além do importante acesso à universidade a partir do direito das cotas raciais, o deslocamento do pertencimento racial ocasionado por esse processo traz à tona diversas experiências que Ellen passou diante da sua vivência como criança no interior de Pernambuco e jovem/adulta no Recife, afinal, como colocado no e-mail que a indeferiu “nessas palavras eu não apresentava traços negroides e meu nariz era fino”. A busca muitas vezes por se encontrar, por integrar dentro de si o que seu corpo falava e o que sua identidade gritava ainda paira nas leituras, nos debates e nos espaços que Ellen habita no Território da Universidade. Mesmo estando atualmente em Flores, devido ao contexto de Pandemia que suspendeu as aulas presenciais por tempo indeterminado, se deparou e desejou contribuir com seu relato de experiência para fortalecer o debate a partir também de sua própria história.

4.1.1 Os relatos das experiências histórico-cultural da Ellen

Desde os primeiros momentos de nossa conversa a Ellen demarcou o seu lugar de fala como mulher sertaneja, nascida no interior de Pernambuco. O território em que desenvolveu suas relações primárias foi Flores e mesmo que essa posição carregue em si os afetos do território, chega com alguns desafios de viver em um local em que as coisas tardam a mudar. Mesmo que em certa medida existam algumas transformações no próprio município, as pessoas em si, se mantêm em suas estruturas de funcionamento social, “eles não querem pensar muito não, sair da casa, expandir”. O berço de educação e cuidado (dos pais e família) da Ellen é o seu território, mas sente e sabe as possibilidades que sua existência pode alcançar. Projeta em sonhos o desejo de seguir os caminhos além de Flores.

No seu território, vivenciou as ambivalências das relações sociais e raciais. Foi nessas vivências iniciais que ela percebeu como as desigualdades econômicas entre os municípios e racismo permearam também o seu processo de formação. Mesmo que observe uma homogeneidade no padrão econômico em seu território, ao chegar no Recife, o impacto foi tremendo. As pessoas vivem bem em Flores, mas “A vida que eu tenho aqui não é boa se não fosse aqui”. Precisou trabalhar para poder estudar e se manter. A partir de seus conhecimentos nas áreas de exatas começou dando monitoria nos cursinhos, retirando dessa prática parte de sua renda.

Em sua história as experiências impressas pelo racismo eram muitas vezes reproduzidas pela família. Escutou piadas racistas de maneira recreativa no momento em que, para eles, o seu irmão era mais bonito por ter nascido de olhos azuis e com a cor da pele mais clara do que o dela, em contrapartida, ela era roxa, carequinha, bochechuda e de olhos escuros. No pós-

nascimento sua mãe a escondia por receio e vergonha “eu era um bebê feio”. Só depois, por volta dos quatro anos, se tornou uma bebê bonita. Sua avó atenuava sua negritude ao posicionar que ela não era preta, era moreninha. A família conta essa história de maneira cômica.

O contexto escolar não tinha apenas o discurso do racismo, mas a materialização desse em um ato violento, conforme outras meninas a arrodeavam para agredi-la e nomeá-la a partir de traços físicos como o peso e o cabelo. Naquele contexto, atribuiu que estava sendo alvo de bullying. Ellen coloca que naquele momento não entendia ao certo o que motivava essas agressões físicas e/ou simbólicas, mas outorgar hoje que aquelas experiências mostram as marcas do racismo em sua história.

4.1.2 O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial

Ellen posicionou como o território dela e atribui sentido acerca das questões raciais. Segundo ela, o território em si carrega um processo de embranquecimento das narrativas raciais, no tocante a ideia de que todas e todos se autoidentificam como pardos, independentemente de serem brancos ou pretos, no interior, todos são pardos.

Refere observar em si traços que ela pontua como não negroide e pele não retinta, marcadores que por muito tempo determinaram seu posicionamento racial como parda. Mesmo quando o outro identificava ela como negra, sentia-se estranha ao observar que sua cor de pele não era a mesma da outra, não era retinta. Ela então posiciona que era muito difícil encontrar o seu lugar, “Primeiro porque eu era clara demais para ser preta e escura demais para ser branca”. Nesse conflito interno, o ser pardo, foi como o discurso encontrado para ocupar o lugar de vazio deixado pela própria estrutura racista.

Percebe uma incongruência política em algumas pessoas que se colocam como pardas, se posicionando mais pela conveniência institucional, quando necessitam entrar em algum espaço ou desfrutar de algum reconhecimento de grupos, do que necessariamente se conectar com as histórias que permeiam o lugar do pardo. Não concorda com o termo, percebendo de forma problemática em que as pessoas que se colocam como parda não sabem o real sentido. É importante conversar com a população sobre isso. Para ela, portanto, não existe pardo, “pardo é papel”, sendo uma nomenclatura que serve principalmente para “limpar a consciência” das pessoas.

O pardo seria em sua visão, um lugar de confusão que serviria para velar da consciência das pessoas a história de sofrimento e luta que a população negra passa. Sendo que por negro, ela entende os diversos marcadores sócio-histórico e tonalidades de pele que influencia a

maneira como cada pessoa vai vivenciar mais diretamente ou não o racismo, enfatizando “todo negro sofre racismo”.

4.1.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

O lugar do pertencimento racial para Ellen chega a ser novo, muito em decorrência dos recentes acontecimentos em sua vida que estremeceram esse lugar. Durante a sua história, esse lugar sempre apareceu com curiosidade. Ela afirmou que se identificava como uma mulher não branca, mas também não era Negra. Em sua trajetória, por muito tempo esse lugar foi confuso, estranho, mas começou a seguir um caminho quando sua colega preta disse, você é preta.

Esse lugar de ser reconhecida pelo outro se mostrou bem impactante durante o nosso diálogo. Esse posicionamento do outro reverberou em questionamentos internos que mobilizaram Ellen a buscar compreender mais o seu lugar diante da história, da política, da família e de sua própria existência. Assim também pelo fato das imagens infantis de ter um pai e um tio negro que chamava ela de pretinha teve sua considerável influência. Existiram diversas experiências que causaram tensões na sua forma de se perceber. Seja no sentido da confusão do quem ela era, por muito tempo se afirmando como mulher parda, ou como agora se afirmar, como mulher negra de pele clara.

As experiências de racismo vivenciadas na escola pela desqualificação e agressão sofridas diante das colegas, os embates dentro de casa ocorrido pela negação de sua afirmação como negra, os momentos em que observava o seu território analisando o discurso da população em que todas e todos se posicionavam como pardo/a e os casos em que era confundida como garçonete, em certa medida, mobilizaram dentro dela a sensação de que tinha algo errado, algo nessa história ainda não tinha sido bem explicada e precisava ser compreendida.

A Ellen relatou que as relações com mulheres pretas no Recife e a busca pelo conhecimento da história negra a partir dos estudos científicos, foram determinantes no seu processo de autoidentificação racial e o seu atual posicionamento de pertença como mulher negra de pele clara.

A chegada em Recife mostrou ser bem importante nesse ponto de viragem da chave do pertencimento racial. As experiências que ocorreram no território no campo acadêmico, profissional e interpessoal colaboraram no autoconceito que ela tem hoje sobre si como uma mulher negra de pele clara, buscando entender a sua história e os marcadores científicos e políticos que permeiam esse posicionamento. Ela entende, portanto, que ser negra de pele clara traz em si privilégios específicos, mas não a deixa livre das opressões impostas pelo racismo.

O sofrimento sentido por ela durante sua trajetória e a necessidade de hoje afirmar o seu lugar comunicam bem como o racismo permeou as suas experiências.

4.2 ÂNGELA: “EU TINHA APRENDIDO UM DOS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO QUE ERAM O APRENDER A SER”

Fazia um tempo tranquilo e ameno, era o finalzinho da tarde por volta das 17:00 horas do dia 08 de setembro do ano de 2020, nós tivemos a oportunidade de dialogar com a Ângela. Mulher preta, do interior de Pernambuco, se colocou como uma pessoa entusiasmada com a educação e amante da pedagogia, mesmo atualmente sendo estudante de Psicologia.

Referiu sua curiosidade e afeto pelo seu território que grita por poesia e cultura. Terra, como ela mesmo refere, do cavalo-marinho, não o do bichinho, mas a da dança que carrega uma história conectada com os(as) trabalhadores(as) do campo. Naquele período, poderíamos dizer, até os tempos de hoje, a função desses trabalhadores era de cortadores de cana de açúcar. Estamos falando da cidade de Condado que faz parte da sub-região da Zona da Mata Norte, uma região rodeada dessa importante planta que produz açúcar e até etanol. É nesse território que os homens negros trabalhavam e depois se encontravam em uma reunião recheada de afeto e dança, posteriormente nomeada como cavalo-marinho.

Com uma fala firme, confiante e sensível, posiciona que o processo do seu atual posicionamento racial como preta não se deu do nada, muito menos rapidamente, mas através de diversos momentos entre as relações na família, escola, grupos de amigos e de forma mais próxima, a universidade. Encontra no deslocamento entre o eixo interior e região metropolitana, as experiências que sustentam sua narrativa e compreensão sobre si. Porém, esse percurso não foi e ainda não é simples.

Sua trajetória no próprio campus é narrada com sensações de afetos ambivalentes. Em uma hora, refere que alguns encontros com os professores, estudantes e os assuntos das disciplinas, foram fundamentais para a compreensão das relações histórica e política que permeiam esse lugar do pardo e do preto, outrora, que a vivência no próprio campus é desafiadora devido ao curso elitista e as dificuldades impostas pelo próprio sistema universitário que complica o acesso dos estudantes a própria universidade. Em suas palavras “eles não facilitam para gente tudo é tão difícil, tudo você tem que rodar tanto dentro da universidade”.

4.2.1 Os relatos das experiências histórico-cultural da Ângela

Ângela a princípio refere que, como criança, já sentia algo estranho em seu território. Não sabia nomear, ainda não entendia o que era, mas algo não fazia sentido. Por que todo mundo de

Condado, por que os condadenses eram pardos? Todos. Independente se era mais claro ou mais escuro, todos se afirmavam como pardos, sejam em seus registros civis, sejam em seu posicionamento quando perguntados, “a pessoa pode ser branca como papel, mas é pardo”.

Na escola pública, ainda em Condado, não sentia tanta diferença entre ela e as outras crianças, mas no caminho de entrada em uma escola técnica, percebeu no momento que encontrou outras pessoas de outros territórios, a diferença da pigmentação da pele entre elas. Se sentia estranha. Pensava, como uma escola técnica, de fundamento público, tinha tantas pessoas brancas.

Muitas vezes, essa realidade social que ela atribui como racista, repercutiu no processo de auto identificação, em certa medida, no momento em que se colocava como parda, afinal, estava presente em sua certidão de nascimento, nos momentos que alisou seus cabelos até os 18 anos de idade, e no momento que nos processos de posicionamento identitário como preta, a família posicionava que ela não era preta, era moreninha. O cabelo muitas vezes é alvo de ofensas e posicionamentos de estranheza. Parece que ter cabelo black, seja solto ou armado, é considerado como algo não normalizado, causando estranhamento nas pessoas.

A chegada na Universidade Federal de Pernambuco foi potente para Ângela. Primeiramente pelo curso de pedagogia, sua escolha, a priori, se deu por um lado pelo afeto direcionado ao campo da educação, por outro, pelas possibilidades em decorrência do deslocamento. Condado só tinha ônibus saindo para Recife no horário da noite, ou seja, para chegar na Federal ela saía das 16:00 e chegava em casa às 00:00. Em um segundo momento, pela transferência para o curso de Psicologia.

Atualmente para ela, o curso mesmo que potente, é bem mais elitista do que o de pedagogia. Parecia para ela que as mulheres e homens negros/os haviam desaparecido e em sua grande maioria era possível ver uma quantidade considerável de pessoas vindas de Boa Viagem, bairro considerado de classe média alta do Recife, sendo muitas vezes ilustradas por músicas eternizadas, como na voz de Alceu Valença, La Belle de Jour.

4.2.2 O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial

Contou que em seu território a consciência racial praticamente não existe. Mesmo as pessoas mais brancas são nomeadas como pardas. Ela, no entanto, ao se posicionar como preta era muitas vezes embranquecida pelo outro ao ser chamada por “morena, morena clara, cor de canela”. Sentia que para as outras pessoas, o posicionamento como preta era algo pejorativo, sendo pouco compreendido como relevante. As pessoas mais velhas não têm interesse de refletir

sobre Raça, sendo a temática algo já imposto, naturalizado como normal, ser negro é ser retinto, tudo o que foge desse campo é pardo. A família, também carrega em seu posicionamento os discursos embranquecedores, pelo pouco entendimento “mesmo da temática”. Relatou que por muitas vezes precisou conversar com o sobrinho sobre os termos partilhados pelo sistema familiar como cor de marrom e moreninha. Percebe em si essa responsabilidade por entender mais a dinâmica da estrutura racista dentro do sistema.

Em sua perspectiva o pardo é como se fosse uma forma de amenização do ser preto, do ser negro, uma maneira de embranquecer a negritude. Refere como um lugar não localizado, no meio termo, nem preto, nem branco, como “café com leite”. Ela coloca, “quando você não se localiza você não se situa você não entende por que lutar e as coisas que você passa diariamente”.

Referiu que em sua trajetória para entrar na universidade precisou colocar parda por receio. Em seu registro de nascimento consta que Ângela é parda. Temia, portanto, que seu posicionamento racial fosse indeferido em decorrência desse registro. Mesmo não se vendo mais nesse lugar o medo de ser indeferida fez com o que colocasse parda ao invés de preta, como se sente confortável.

Nesse processo de transição e posicionamento racial no território, ela consegue observar que são as pessoas mais novas que saem do interior, chegam nos espaços universitários e retornam para Condado que trazem à tona esses enfrentamentos e as necessidades sociais de reposicionar o diálogo racial. Elementos de empoderamento negro como os próprios cabelos são bem visto hoje em dia, mas perguntas descabíveis ainda são direcionados aos cabelos crespos e cacheados sendo estigmatizados como rastafari.

4.2.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

“Menino é por que eu só fui ter consciência disso a partir do momento que eu fui estudando”. Foram com essas palavras que Ângela posicionou os desafios que permearam a sua trajetória até o momento do seu posicionamento como Preta.

Compartilhou que a entrada na escola técnica estremeceu o universo que ela pensava que sabia sobre si e sobre suas realidades. Observando a ausência de pessoas pretas em uma escola que era pública, reverberou em questionamentos pessoais. Ela identifica que a ausência do outro igual, do outro negro, teve um impacto pessoal, tendo em vista que não encontrava, mesmo procurando, pessoas negras. Foi nessa mesma escola que ela participou, meio sem querer e estimulada pelas amigas, a disputar um concurso de Miss Beleza Negra. Ela ganhou o concurso.

Um último marcador foi o papel do Gestor nesse processo. Segundo ela, em uma das inúmeras conversas que elas tiveram, ele afirmou que a Ângela tinha aprendido um dos quatro pilares da educação, que era o aprender a ser. No momento que ela escutou, não sabia bem o sentido disso, mas posteriormente entendeu que era o ser o eu mesmo, “ser quem eu era uma mulher negra porque foi aí que eu comecei a usar turbantes a usar brincões e a deixar meu cabelo encrespar”.

Similarmente a Ângela referiu que o acesso à universidade chega como um dos aspectos determinantes nesse processo. Em primeiro lugar, ela entrou no curso de Pedagogia. Foi lá que em seu primeiro período teve a disciplina de movimentos sociais, acessando os pensamentos e teorias de Sociólogos como Florestan Fernandes, profissional de renome nos estudos da sociologia crítica a partir das temáticas étnico-raciais. Pelo desejo de fazer o curso de Psicologia, pediu transferência, mesmo sendo um curso desejado, sentiu-se deslocada pelas sensações que premiam a vivência no curso. Em sua visão, o curso é bem mais elitista do que o de Pedagogia. Não se vê tantas pessoas de escolas públicas. É perceptível a quantidade de pessoas que vem de escolas particulares, com predominância territorial do Recife, em particular de boa viagem. Entendendo que a maioria das pessoas negras são advindas de escolas públicas, ela entende que isso determina o pouco acesso de pessoas negras para a UFPE.

É nesse campo de ser estudante universitária que ela tem contato com as temáticas raciais, com os teóricos que sustenta o saber científico e técnico da epistemologia negra e de forma particular com a presença e ausência dos corpos negros/as no território. Devido ao distanciamento de Condado para a UFPE ser extremamente desgastante, para termos uma ideia, entre duas horas de viagens indo e mais duas voltando diariamente foi preciso criar outra estratégia. Nesse caso, ficar na casa do estudante. A casa reúne diversos estudantes que tem a mesma realidade dela, a grande maioria de pessoas negras e do interior. Essa troca com pessoas negras do interior e de outros cursos favoreceu desenvolver um olhar amplo das questões raciais e como elas também atravessam toda a Universidade.

Ela demarca que o sustento simbólico e objetivo da ancestralidade representado na alegoria empoderada da sua mãe foi determinante nessas escolhas “eu acho minha mãe incrível também por ela ser uma mulher preta e ser empregada doméstica, mas ela tem assim uma sabedoria enorme”. Viver em Recife é difícil, pouco dinheiro, disparidades econômicas, históricas e sociais, mas tudo isso é sustentando nessa relação. Mãe, mulher negra e empregada doméstica, uma referência que faz com que Ângela, ao observar a matriarca, tenha forças para lidar com essas lutas diárias. Para ela, se posicionar como mulher preta é uma forma de se

conectar com a sua história, traz força para poder “enfrentar as coisas, por que agora eu sei de onde eu venho”.

4.3 CAMILA: “EU ACHO QUE O QUE PREDOMINA É ESSE NÃO PERTENCER”

Era noite, por volta das 20:00 e fazia um leve frio. Nos encontramos virtualmente, eu e Camila, para podermos iniciar a pesquisa. Ela se mostrou em certa medida inquieta, preocupada por se fazer entendida, querendo colaborar com a pesquisa, mas aflita por também ser compreendida. A coragem que teve em participar, mesmo diante das sensações que permearam o processo da pesquisa, deve ser posicionada nessas linhas.

Nascida em Recife, capital de Pernambuco, teve no bairro de nova descoberta todo seu processo de desenvolvimento e contato com situações de vulnerabilidade social. No momento em que a pesquisa foi realizada, ela tinha 18 anos de idade, acabado de chegar na UFPE.

Percebe em sua região certo grau de comodidade com o contexto vivenciado, a grande maioria são pessoas negras, que não tem formação acadêmica, recebendo por volta de 1.800 a 2.000. Porém, apesar de perceber níveis de desigualdades sociais em seu território e observa algumas situações de violência, entende que o lugar onde está vivendo é mais tranquilo em relação a outros pontos da comunidade. Ela referiu que é como se existisse não apenas uma desigualdade da comunidade em comparação com outros lugares, mas dentro do próprio território. Observa, portanto, os disparates econômicos entre as pessoas quando se observa as moradias, em que algumas casas são mais ou menos estruturadas a partir do material utilizado. Algumas não têm sequer reboco.

4.3.1 Os relatos das experiências histórico-cultural da Camila

Filha e neta de homens negros, mãe e avó brancas, percebe em sua casa uma diversidade racial expressa em sua própria tonalidade de pele. Entende que esses marcadores de sua ancestralidade são expressos em si mesma. Ao se olhar no espelho se percebe como uma pessoa não branca e nem preta retinta, nesse caso, se entende como parda.

Observa em sua história que nunca houve situações de demarcação do racismo “eu nunca sofri o tipo de racismo de ser seguida no Supermercado”, ou de ser agredida em algum ambiente devido a sua cor ou raça. Percebe que ela consegue acessar os ambientes de forma tranquila. Porém, ainda percebe alguns olhares tortos devido ao seu território. Entende, portanto, que o racismo vivenciado é mais sutil, emanado nos olhares das pessoas e nos posicionamentos referentes a sua comunidade. Sente, portanto, uma diferença no tratamento por ter nascido em seu território.

É em seu território que ela observa os marcadores raciais e econômicos mais evidentes. Entende que as casas simbolizam bastante as desigualdades econômicas. Moradia, portanto, é um marcador que ela observa em seu território. Enquanto alguns possuem casas mais sofisticadas, outros se encontram em casas bem menos resistentes. A maioria são pretos e pardos, com pouca renda e educação básica. O racismo, em sua visão, opera na territorialidade da sua comunidade.

4.3.2 O lugar do pardo/o em seu processo de pertencimento racial

Camila referiu de imediato que para ela, o lugar do pardo, principalmente, é o lugar da confusão. Do se sentir confusa. O que eu sou? Como eu posso ou não me posicionar? Eu pertencço a que lugar? Sou eu que digo ou o outro que diz? Foram perguntas muitas vezes colocadas por Camilia durante o diálogo. O lugar do não pertencimento e da deslegitimação foi colocado como o medo de ser atacada “se eu não sou parda, eu não sou branca, mas aí eu tenho medo e dizer que eu sou negra de pele clara e ser ostracizada pela comunidade”. Esse é um ainda não integrado dentro de si, o que aparenta causar angustia devido ao “sentimento de confusão, confusão muito grande assim, mas eu acho que o que predomina é esse não pertencer”. Percebe dentro de si três pontos que permeiam esse lugar, o medo de ser cancelada, a confusão de não saber como e em que campo se posicionar, e o sentimento de não pertencimento.

É válido ressaltar que essa pauta chegou recentemente para Camila. Mesmo que os familiares por parte do pai sejam predominantemente negros, a temática racial não chega como figura a ser abordada. Ela só teve contato a partir de vídeos de youtubers que diretamente abordam esses conteúdos, assim como acompanhando pessoas negras que foram canceladas.

Para Camila, o assunto é complexo buscando encontrar vozes sociais para poder compreender um pouco mais esse lugar. Encontrou no You Tube, por meio das youtubers, algumas informações que entende como importante nesse processo. Viu vídeos da Livia Zaruty em que ela posiciona e busca refletir o lugar do pardo como não negro, fundamentando seu argumento a partir da teoria da miscigenação das raças. A Camila, portanto, entende que alguns pontos fazem sentido e outros causam estranheza. Os conteúdos acabaram dando, “mais nó na minha cabeça”. Ela reflete, se o pardo não existe, o que existe é o negro de pele clara, mas se eu me posicionar como negro de pele clara, será que o outro vai pensar que estou tentando me “beneficiar em cima do movimento”?

Entende que ser parda tem repercussões no seu dia a dia, pois percebe privilégios por não ser tão escura, sendo por muitas vezes aceita “em lugares que pessoas de pele escura não seriam”. Observa na sua trajetória que nunca foi negada ao se posicionar como parda, não sofrendo o que outras pessoas sofrem. Identifica em seu corpo traços brancos como o nariz fino e a pele clara, indicadores eles que causam mais confusão no seu processo de autoidentificação.

4.3.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

“Não sei definir”. Camila posiciona de forma autêntica aquilo que sente atualmente sobre o seu processo. Mesmo que atualmente se defina como parda, ainda se sente confusa sobre o que é ser parda. Busca encontrar em algumas fontes que entende como estratégicas para poder pensar um pouco mais sobre os entraves relacionados com o seu pertencimento.

Nessa caminhada, portanto, buscou as informações na internet, por meio de vídeos, e com as personalidades negras através das plataformas do twitter e youtube que falam sobre teorias e conceitos da negritude, miscigenação de raças, colorismo, entre outros conceitos. Mesmo tendo acessado conteúdos que colaboram no tocante ao conceitualizar os fenômenos político-sociais, ainda se sente bagunçada, não pertencente e receosa em se posicionar. O pardo, acaba chegando nesse lugar mais como um conforto passageiro e talvez momentâneo na angustia do que esse diálogo acaba despertando.

Ao se conectar com a família e sua história, menciona que a maioria não posiciona o seu pertencimento racial e quando acontece minimiza esse lugar do negro como diferente do pardo. “Tu não é negra não, tu é parda, porque tu é mais clarinha do que fulano”. É no próprio discurso da família que o embranquecimento da raça acaba estruturando a maneira como ela se relaciona consigo e com o mundo. A cor, como marcador racial, eclode hora ou outrora em sua fala, na realidade, é pela cor da pele que ela encontra o rastro de incomodo na possibilidade de se posicionar como negra.

Em seu relato diz que a sua rede de amizades não se posiciona em termos raciais. São amigos diversos, com pensamentos distintos e essa muitas vezes não é uma pauta na relação delas. A maioria não tem noção dessa discussão étnico-racial, de modo que o campo do “eu acho” chegou de forma reiterada durante o diálogo. Poderíamos perceber que o posicionamento racial da Camila seria como mulher parda, mas talvez nem tanto, pois continua a vivenciar a confusão do que ainda (não) entende do que é ser parda.

4.4 CAROL: “EU NÃO ERA NEGRA O SUFICIENTE/ME DISSERAM QUE EU NÃO ERA NEGRA”

Nos encontramos virtualmente no dia 02.09.2020. Era início da noite, por volta das 19:30. Carol se apresentou como uma mulher negra, recifense, com os seus 21 anos de idade e originária do bairro de Brasília Teimosa/Recife, Pernambuco. Com uma voz tranquila e serena, tivemos uma conversa de mais de 40 minutos recheada de relatos das experiências vivenciadas por ela em seu território, no campo educacional, familiar e grupal.

Foi curioso ter acesso ao discurso da Carol sobre seu território, tido como um campo potente na sua história, nas suas relações e no campo político. Para que possamos contextualizar, Brasília Teimosa fica localizada em um dos bairros mais importantes de todo Grande Recife situada nas proximidades da praia de boa viagem. Diante disso, ela referiu que existem tensões histórico-política entre a comunidade, composta em sua grande maioria por pessoas negras, e a elite Recifense, mas necessariamente pelo grupo JCPM, dono do edifício JCPM Trade Center e do Shopping Rio Mar. Expõe que historicamente esse grupo que tem como base especulações imobiliárias, visa o território como um local de grande lucratividade. Busca, assim, “baixar a guarda” da população criando empregos e desenvolvendo programas de caridade como o IJCPM. Ela teme pelo futuro da comunidade.

A história desse território simboliza a luta diária. Segundo ela, seu nome representa a teimosia da população em se fazer presente nesse território mesmo diante de diversos casos de violência policial e do Estado. Há algum tempo, quando o território ainda estava sendo ocupado, as famílias construíam as casas e o Estado mandava derrubá-las. A população, portanto, resistia, voltava e reconstruía as casas, até que um grupo de teimosos foram de jangada para Brasília solicitar de Juscelino Kubitschek o direito a terra. Foi assim que se reconheceu como Brasília Teimosa. Essa memória coletiva parece-nos ter muita potência de representatividade de resistência.

Percebe-se como uma mulher cis, negra de pele clara, construída na teimosia de Brasília permeada pelos contatos das tensões políticas da elite e de sua comunidade. Além do mais, vem de uma família diversa em termos de cor/raça, contato importante que iremos ampliar nas próximas linhas. O contato com o outro negra, chega com força em sua trajetória.

4.4.1 Os relatos das experiências histórico-cultural da Carol

Carol relatou que sua família possui uma considerável diversidade racial. Enquanto o sistema por parte de mãe é majoritariamente composto por pessoas brancas, a família por parte

de pai é formada em sua grande maioria por pessoas pretas. Ela e seu irmão, portanto, expressam em seu fenótipo e em sua história os rastros dessas relações.

Se observamos o sistema inicial de Carol, ela identifica que parte da família acolhia bem o seu lugar de negra nomeando-a como nega, neguinha e negona, as primas brancas, por sua vez posicionavam outras narrativas a partir de termos como branca, branquinha e branca de neve. Sua mãe demarcava que ela “puxou a raça de seu pai” situando as características fenotípicas como o cabelo e o nariz como demarcadores de diferença. Esse marco discursivo familiar a fazia se localizar como negra. A negritude, por muito tempo, não era uma questão, pois ao ver seu pai e a si mesma, se entendia como uma mulher negra.

Um pente dado por uma professora que simboliza uma intervenção da docente em seu cabelo afro que segundo ela seria para que pudesse “pentear melhor o cabelo”. Essa é uma das memórias que Carol recorda das suas vivências dentro da escola. A relação com a educadora foi permeada por essas tensões que Carol identifica como traços do racismo diante do seu corpo. Em outro momento recorda como foi estar dentro da casa dessa docente fazendo as atividades escolares. Se deparou com uma situação não tão inusitada quando uma amiga da professora chega em sua casa. Carol é solicitada para ir terminar as atividades na cozinha, junto da empregada doméstica, pois ela precisaria conversar com a sua amiga.

A chegada em outros campos de relacionamento acabou tensionando esse lugar. Foi diante da entrada no Ensino Médio no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) aonde teve alguns dos importantes questionamentos sobre o seu lugar diante dos debates raciais. Se sentia mais confortável em vivenciar a experiência institucional com as pessoas negras que entraram no IFPE por cotas raciais, segundo ela “não sei o que seria de mim naquele lugar” se não tivessem cotistas durante o período que esteve presente no campus. Foi por esse mesmo grupo que ela foi questionada por não ser, na visão do coletivo, preta e sim parda.

Ela colocou que essa negação de sua negritude foi em certa medida um discurso agressivo, sentindo-se “violentada” por “não ser negra o suficiente”. Ela menciona que seu entendimento de raça era a sua própria vivência, seu território, suas relações afetivas e familiares. Esse posicionamento do coletivo que ela se identificava acabou ocasionando um deslocamento identitário, breve, durante o período de sua presença nesse espaço, mas suficientemente impactante para o movimento em busca de compreender as vicissitudes desse lugar de ser negra de pele clara, como ela hoje se auto identifica.

4.4.2 O lugar do pardo/o em seu processo de pertencimento racial

Segundo Carol, o lugar do pardo é complexo, parece um lugar sem história, marcada por uma abrangência muito grande “que não quer dizer muita coisa”. Em sua trajetória, por exemplo, ela identificou que esse termo só chega de forma mais forte a partir das experiências no ensino médio, dentro do IFPE com o grupo de pessoas negras que ela se relacionava. Nunca tinha se questionado sobre sua raça/cor até esse momento. O outro, portanto, não localizava Carol como uma mulher negra, mas como parda. Não entendia o que era negra de pele escura, negra de pele clara, se percebia negra, até não se perceber mais. Esse posicionamento do outro, apesar de ser sentido como violento, foi determinante para o seu processo atual. Posicionamento que percebe tensões dentro dos movimentos negros sobre o próprio campo da conceituação e compreensão do que é ser negro no Brasil. Se entende que existe a miscigenação, uma política de embraquecimento e diversas tonalidades de cor expressas no corpo social. Mas ainda um medo de realmente falar sobre isso, sobre o próprio colorismo como forma de processo para se entender e firmar o que é ser negro no Brasil. Em certa medida, o silêncio da fala sobre as distintas formas em que a miscigenação modificou os traços negroides ocasionado negros de pele clara, acaba por firmar ou até reafirmar um lugar branco para o pardo, sendo que a sociedade necessita ainda debater sobre o próprio lugar de ser pardo para assim oportunizar uma consciência de raça.

Em sua exposição, mencionou que o lugar do pardo só chega para ela como possibilidade de posicionamento a partir dos momentos em que precisa fazer algum tipo de preenchimento racial. Para ela, na ausência de uma terminologia que contemple o seu lugar, entende que o pardo seria esse lugar do negro de pele clara. Na entrada da UFPE, foi a mesma coisa. Acessou a universidade a partir das cotas raciais preenchendo o quesito raça/cor como parda. Mesmo diante de um posicionamento crítico acerca da história política que permeia esse posicionamento, entende que atualmente o pardo acaba se aproximando do que hoje ela se entende, como negra de pele clara.

4.4.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

Carol posicionou o seu pertencimento racial a partir de um processo de construção identitária relacionada com o seu contato com a família, o território, os amigos negros e os estudos acadêmicos. Percebe a múltipla relação entre esses campos na sua trajetória ao se perceber como uma mulher negra de pele clara cis gênero.

Ao posicionar a família, ela mencionou o papel do pai e avó, como pessoas negras que a acolhiam, protegiam e fortaleciam sua negritude. Quando citado, eles surgem em sua narrativa como referências basilares nessa trajetória. Ainda mais, refere como as relações de amizades negras foram importantes. Ter pessoas negras em seu ciclo de amizade, partilhando história e experiência foi fundamental nessa jornada.

A literatura negra favoreceu o que ela nomeou como uma realocização identitária diante dos questionamentos colocado pelos/as amigos/as negros/as do IFPE, acerca da sua negritude. Estar presente, portanto, em eventos que tiveram participações de feministas negras como a Mônica Oliveira e grupos de estudos afro-centrados como o Baobá apareceram como vozes importantes. Posicionou, portanto, que a compreensão de si sobre raça chega a partir “da minha vivência” como uma mulher negra, de Brasília Teimosa e estudante de Psicologia.

4.5 CLARISSE: “SER PARDO PARA MIM É VIVER EM UMA CONFUSÃO EM QUE VOCÊ É COLOCADA”

Era o dia 09.09.2020, nos encontramos virtualmente a noite por volta das 20:00. A tecnologia nos ajudou, não tivemos problemas no acesso e na comunicação. Pudemos dialogar bem de forma tranquila, mas abordando temas como esperado mobilizadores. O diálogo ocorreu por mais ou menos quarenta minutos.

Com uma voz rápida e envolvente, querendo muito contribuir, mas com um pouco de receio no que poderia acontecer ao compartilhar, Clarisse dividiu conosco as histórias, experiências e situações que vivenciou diante do lugar que hoje se percebe, como uma mulher parda, fruto de uma relação miscigenada entre uma família preta e outra branca. Tensionada pelas vivências no curso de psicologia, mais necessariamente a partir da disciplina de Processos Psicossociais com Prof. Benedito Medrado e a Construção Social do Racismo, com o Prof. Jorge Lyra, inicia sua trajetória em entender o seu lugar diante do debate racial.

Nascida em Recife, foi no território de Olinda que ocorreu seu desenvolvimento de criança até o momento de jovem adulta, observando nessa caminhada as vicissitudes existentes no território e os cenários de desigualdade econômico e racial. Ela coloca que a depender do lugar que você chegue em Olinda, é possível observar prédios bem estruturados, ruas calçadas, e saneamento básico bem organizados, porém, em outros lugares existem comunidades que praticamente são esquecidas. Esses lugares, geralmente, são alvo dos intensos alagamentos que acontecem anualmente.

A jornada que está travando atualmente no processo de saída do território para a universidade localizada no Recife, está ocasionando alguns deslocamentos da percepção de si, das suas relações e da história pessoal e familiar. Esse movimento, portanto, não acontece de forma rápida e muito menos distanciada dos incômodos que é tomar consciência de questões que estão na base do sistema social, o próprio racismo estrutural.

4.5.1 Os relatos das experiências histórico-cultural da Clarisse

Clarisse narra que dentro do sistema familiar encontra discursos acerca do seu pertencimento que a incomodam. Mesmo não se considerando uma mulher branca, já tentou se posicionar como negra na família. A sua mãe e avó que são mulheres negras, no entanto, negam a negritude da Clarisse. Ela inclusive comenta “mainha eu não sou branca pela amor de Deus”. Observa na sua família muitas pessoas negras retintas ficando atenta no relato do que cada uma vivenciou. Cita a experiência que o avô passou diante de uma loja que vendia relógios. Ele é um homem negro, advogado e de classe média, estava nessa loja querendo comprar um relógio e foi maltratado pela funcionária. Ela relata que ao se sentir frustrado e agredido, querendo mostrar que poderia comprar qualquer coisa na loja, seu avô foi no carro, pegou dinheiro e comprou o objeto a vista. Se pergunta, portanto, o que o avô, os primos e outros negros retintos da família passam no seu dia a dia.

Ao observar sua história permeada por esses contextos lembra que em alguns momentos seu cabelo foi alvo de ataques. Em um caso específico, teve seu cabelo bagunçado por um coleguinha de turma na formatura do ABC. As imagens do que aconteçam estão marcadas no relato da Clarisse. Ela refere que não consegue identificar situações de racismo vivenciadas, porém indaga, “será que é por que eu não consigo identificar que eu não sofro racismo, ou foi ingenuidade minha em não perceber?”.

4.5.2 O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial

“Ser pardo para mim é viver em uma confusão em que você é colocada”. Com essas palavras Clarisse inicia suas considerações acerca do ser pardo. Segundo ela, você ser vista como negra, como branca, dependerá do contexto e lugares em que você estará presente. Muitas vezes é o outro que significa o seu corpo. Portanto, os seus questionamentos pessoais navegam de forma autônoma e intensa pelo caminho dos seus pensamentos. Questiona absolutamente tudo sobre si. Como ela é vista socialmente? Pode se posicionar como negra? Ela é parda? Mas afinal o que é ser parda?

Clarisse comenta o desconforto que sente ao adentrar nessa temática. Ser pardo para ela ainda é um lugar de desconforto. Sente-se confusa ao olhar a história pessoal e familiar no que podemos observar sobre a autoidentificação racial. Ela coloca que o ser pardo muitas vezes é o lugar de ter medo de posicionar a sua identidade.

O receio advém de como o outro pode anular o posicionamento racial como uma mulher negra. Diante disso, ela se encolhe e aceita o lugar da parda. Sinaliza que pela referência que a mulher retinta carrega para ela, teme também ter seu posicionamento anulado. Ainda está tentando buscar o seu lugar nesse processo e entender mais os marcadores que envolvem o pardo a partir de sua história.

O medo da negação do seu pertencimento racial, portanto, foi colocado como um fator importante nesse processo. Esse temor advém do que ela observa nas redes sociais pela avalanche de julgamentos posicionados nos territórios virtuais; receio de falarem que por não ser escura o suficiente ela apenas seria “queimadinha do sol” e não uma pessoa negra e pelo medo de acreditarem que o motivo de ter de ser colocado como negra era para se apropriar de “uma luta que não é minha”.

4.5.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

Para Clarisse, olhar no espelho, observar e encontrar em seu próprio corpo as impressões do processo de miscigenação foram referidas como uma marca importante diante do seu campo de pertencimento. Diz ela que ao se olhar diante do seu reflexo e enxergar “uma mulher clara”, se sente confusa. Afinal, “eu sou ou não sou negra?”

Essa resposta ainda não foi encontrada, de modo que ela se posiciona como uma mulher parda. Contemplam no seu sistema familiar diversos membros que são fenotipicamente retintas/os, “Chega em mim e tá, eu sou o problema”. O campo da confusão se entrelaça com a história da sua família, no qual a análise da tonalidade do corpo aparece como figura na experiência da Clarisse, igualmente o medo do posicionamento advém do receio em ser negada pelo outro.

Porém, o encontro com a Psicologia a partir das disciplinas ministradas pelos professores Jorge Lyra (Construção Social do Racismo) e Benedito Medrado (Processos Psicossociais), aparecem como pontos de viragem importantes. Mesmo que o lugar do encontro das respostas ainda não tenha chegado, Clarisse entoa que as aulas mexeram, incomodaram e fizeram com que ela pudesse estudar mais sobre as questões raciais. Estar próximo de pessoas negras,

compartilhando experiências, angústias, dores e sofrimento, sendo acolhida e tendo a sua vivência racializada ganha um valor subjetivo importante em sua narrativa. As amigas, portanto, a identificam como uma pessoa negra.

Os passos que seguem o lugar do pertencimento racial ainda são confusos, entrelaçado com medo e receio de ser negada, uma experiência de anulação da sua negritude e pontos de representatividade expresso nas disciplinas dentro da psicologia e dos amigos negros que estão juntos dela nessa trajetória.

4.6 KALLEB: “NÃO SOMOS UM MONTE DE AREIA QUE VOCÊS PODEM PISAR”

Nos encontramos a tarde pela plataforma online. Durante o processo de diálogo foi possível observar a presença do território, da comunidade e da família. Tivemos alguns atravessamentos como as falhas esperadas de conexão, o cachorrinho que quis participar da entrevista, os carros passando e divulgando seus produtos. Mas com paciência e respeito ao próprio processo conseguimos finalizar o encontro. As entrevistas pelo campo virtual oferecem esse contato direto com o campo-território do outro.

Kaleb se apresentou como pernambucano, nascido e criado em Iputinga bairro do Recife. Percebe no processo de deslocamento de sua casa para a UFPE como o cenário urbano das casas vai mudando, pois refere que vive em periferia e sua casa é rodeada por várias comunidades.

Quando fala, parece que Kaleb passa por um processo de efervescência. Uma hora está tranquilo, mas quando se toca em locais caros para ele, logo sua voz se empodera, delimita um lugar, refletindo historicamente sobre os marcadores que envolvem o social, a si e sua família. Percebe-se como uma pessoa indignada pelas estruturas.

Durante um período participou de movimentos estudantis anticapitalistas e de ocupações dentro das escolas. Entender os aspectos históricos e políticos foram importantes, mas sente-se por muitas vezes aborrecido por perceber incongruências dentro dos próprios movimentos de esquerda.

4.6.1 Os relatos das experiências histórico-cultural do Kaleb

A orientação de um pai que diz, “cuidado filho quando você for para um mercado” é relatado por Kaleb, como uma das primeiras lembranças que tem do processo de identificar em si as questões raciais. Diz ele que o seu pai negro retinto, dizia para ter cuidado quando fosse sair, nunca andar sem identidade, sempre verificar se alguém vai colocar algo na sua bolsa dentro do mercado, não ir de boné fechado, não correr da polícia e sempre responder de forma a não pressuporem que ele fosse suspeito. Naquele momento, ainda como criança, Kaleb não

entendia bem os sentidos engendrados nesse discurso, mas sentia algo de errado, mesmo sem ter condições de identificar o que era.

Lembra-se de um caso em que na sua escola houve uma discussão forte envolvendo a diretora. Todos os amigos foram para a sala e a culpa do acontecido foi direcionado a ele. Relata que as outras pessoas também eram negras, mais com pele mais clara. Ser acusado e punido de forma mais severa do que os outros é uma marca referida em sua trajetória.

Ao longo desse período, narrou casos em que é acompanhado por seguranças dentro do mercado, recebendo olhares de desconfiança todas as vezes que acessa algum lugar diferente, como o próprio Shopping. Confessa que não gosta de entrar em alguns espaços sem mais alguém ao lado, se sentindo inseguro e até ameaçado. Ele questiona “Eu sou mais propício para roubar por causa da minha cor de pele?”, inclusive questionando um dos seguranças do mercado próximo a sua casa. Encontrou como resposta a seguinte afirmativa “esse é o meu trabalho”.

Relata que já escutou em sua família situações em que o pai foi discriminado por sua raça/cor e sua irmã da mesma maneira foi coagida dentro do seu trabalho de escritório devido ao seu cabelo com trançar e “black subido”. Observa que na sua família existe uma diversidade racial grande. Apesar dele e sua irmã serem negros/as, ele identifica sua mãe como “branca amarela”. Ela entende as diferenças raciais e refere que muito o que ele passa é devido a pele negra. Narrou que por algum tempo precisou se afastar de si e do seu próprio corpo negro, alisando o cabelo e imaginando ter olhos claros, diferentes do seu.

A entrada no campus universitário, em um primeiro momento pelos cursinhos de pré-vestibular, foi complexa em decorrência das relações com o prédio de saúde e as pessoas que transitavam perante seus muros. Ele refere que se incomodava com os olhares recebidos por parte dos discentes que “nos olhavam da cabeça aos pés”. Referia que quando estava com o amigo negro retinto os olhares eram mais incisivos e carregado de rejeição. Inclusive transitar na biblioteca era ter que lidar com os olhares inquietos pela presença dos seus corpos negros.

4.6.2 O lugar do pardo/o em seu processo de pertencimento racial

Kalleb nos contou que para ele o Pardo em si aparece como um lugar estranho, sem tantas referências do que realmente se é. Referiu que tem muita dificuldade de conseguir definir o que realmente seria uma pessoa parda. Para ele, é um caminho no meio, entre ser branco e ser preto, sendo um local meio turvo e incomodo.

Apesar de muitas vezes ter se colocado como pardo, Kalleb narrou dois motivos basilares para esse posicionamento. O primeiro se relaciona com sua história em que esse lugar não era

questionado, muito menos debatido seja na família ou na escola. Por ele ser um “negro não retinto”, desde cedo ele ocupou o lugar do pardo como um atributo conectado a tonalidade de sua pele. Outro aspecto citado foi a relação entre o posicionamento como negro e a problemática da heteroidentificação, isto é, como o outro lê o corpo de Kalleb. Nos espaços que envolvem, por exemplo, uma necessidade de preenchimento do quesito raça/cor ele coloca pardo como forma de prevenção de uma possível arguição acerca da sua negritude, posto que se tem a noção social de que o preto é aquele sujeito retinto e o pardo aquele sujeito não retinto. Segundo suas palavras “não me enxergo como pardo, mas quando o IBGE me solicita preciso me colocar como”.

A sensação de ter disso incongruente consigo mesmo fez com que ele se sentisse uma fraude ao colocar pardo para entrar na universidade. Posiciona, portanto, que o medo de ser rejeitado em sua autoidentificação configura-se como um dos fatores que envolveram a declaração como pardo em campos de preenchimento racial e de lugares em que o outro precisará identifica-lo.

4.6.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

Nos dias atuais Kalleb se posiciona como negro não retinto. Percebe aspectos que foram fundamentais nesse processo de percepção de si, como a participação em coletivos de luta jovem anticapitalistas, onde teve possibilidade de refletir sobre as questões de raça e de classe; e a participação ativa nas ocupações escolares ocorridas a partir de um movimento democrático de resistência estudantil no ano de 2016 envolvendo diversos estudantes a ocuparem as escolas e as universidades, se conectando com pautas políticas que se entrelaçavam com os últimos acontecimentos. Segundo ele, “O período das ocupações foi fundamental para eu me entender. Entendi o que era miscigenação e enxergar o que de fato eu sou, do jeito que eu sou. Meu cabelo, minha pele, meus ancestrais”.

Ele coloca que entender o racismo brasileiro (muitas vezes sutil) como uma herança advinda de Portugal, favoreceu a compreensão de como os padrões e normas mais sociais foram e ainda são construídas, inclusive, no que concerne ideia de sujeito e corpos. Posiciona que não faz tanto tempo que a escravidão acabou, de modo que as pessoas continuam com o pensamento colonizado. Entender a cultura e a história é perceber, em suas palavras, a “fenda” que o racismo deixa.

Posiciona, portanto, que a compreensão de si é um ato de existência, referindo que “se compreender e mostra para o outro nossa existência”. Seria pelo campo do entendimento da

história de dominação engendradas no Brasil e das suas próprias vivências, mecanismos para o seu “processo de entender e construir”.

4.7 GIL NETO: “EU NÃO SOU BRANCO”

Nos encontramos pela internet no dia 26.09.2020. Era um dia ensolarado, as temperaturas estavam altas e as ferramentas de comunicação pareciam que estavam sentindo o calor. Tivemos paciência e conversamos por volta de 82 minutos. Gil Neto, homem de 45 anos de idade, nascido e criado em Recife se deparou com a pesquisa a partir de uma divulgação feita no grupo de sua turma. Atualmente, ele está nos últimos períodos de Psicologia na UFPE.

De forma muito curiosa, parecia que no processo de diálogo que tivemos o Gil refletia, se indagava e percebia como a própria pesquisa trazia perguntas que muitas vezes não estava chegando no dia a dia. Gil, se mostrou um homem curioso, comunicativo e interessado em contribuir com a pesquisa. Pareceu uma troca, enquanto partilhava sua experiência aproveitava para devanear em seus próprios pensamentos, indo ao fundo na infância e emergindo ao presente.

Transitando pelos espaços do Recife a Camaragibe, foi observando ao longo do discurso como os marcadores raciais participavam do seu cotidiano e de sua história. Viveu por muitos anos na casa de sua avó. Seu desenvolvimento ocorreu nas ruas e vielas de Recife, conhecendo as pessoas, observando as diferenças na moradia e como os contrastes sociais eram evidenciados apenas, mas não somente, pelo ato de descer a rua. O final da rua, quando ela mudava, era outra figura. As casas eram diferentes de tabuas e papelões. A rua não era mais asfaltada e o acesso a comunidade ficava mais complexo. Parecia um abandono. Em sua grande maioria as pessoas eram negras. As relações eram com as crianças negras.

Em sua casa, observava de forma curiosa a diversidade existente. Pessoas negras retintas, não brancas, brancas e indígenas transitavam a partir das gerações. Suas experiências se pautam nas relações do passado, do que foi vivenciado há algumas décadas e no presente por intermédio dos movimentos atuais de valorização da negritude.

4.7.1 Os relatos das experiências histórico-cultural do Gil Neto

Nascido em 1975 e tendo atualmente 45 anos de idade, Gil referiu que o marcador geracional para ele é muito importante para observar as diferenças na forma com que as pessoas estão vivenciando os debates raciais e a própria forma de lidar com o racismo.

Como jovem, observava em seu território as relações que teve com os membros de sua família e com as outras crianças. Relata que seu sistema é bem diverso em termos

étnicos/raciais, com múltiplo contraste de cores. Tinham parentes índios, negros e brancos. Foi criado pela avó, uma mulher “cor de rosa clara”, “uma avó branca rosada” relatando que ela não expressava conscientemente o racismo, mas nas entrelinhas, nas sutilezas do dia a dia. A Negritude de Gil, em muitas vezes no sistema familiar, era colocada no lugar do moreninho. Falava para mãe que era negro e ela, em um ato de cuidado e proteção, buscava o consolar. Em suas palavras ao colocar para sua mãe que era negro, ela o puxou e disse “não meu filho, você não é negro não, você é moreno”. Completando dizendo que “minha mãe tentou me consolar para eu mesmo não me achar negro”.

Naquela época não existia debate sobre raça, racismo, valorização da cor negra. Narra que era a época das paquitas da xuxa e de uma mídia hegemonicamente branca, tudo era referenciado positivamente ao branco em um processo da hipervalorização da branquitude. Para se ter uma ideia, as crianças se relacionavam de forma natural, mas quando se existia algum tipo de discussão, de imediato, os fenótipos negroides eram utilizados como forma de chacota e deboche, simplesmente por ser negro e/ou ter traços negroides.

Lembra isso de forma bastante afetiva, ao recordar de uma amiga negra que foi vítima de um conjunto de piadas proferidas pelos colegas. Ao olhar para si e ver ela, percebeu muitas semelhanças. Eles falavam dela, mas ao mesmo tempo também estavam falando dele, mesmo que não tenha sido de forma direta. Posicionou que dentro de casa as questões raciais não chegavam de forma evidente e a diversidade de cores era valorizada. Foi olhando para fora dos muros da casa que ele percebia a selvageria econômica e de raça que dividiam os muros e separavam as realidades.

Por fim, relata que não recorda ter sofrido diretamente racismo, mas de ter percebido que sua irmã, negra “com tom de pele”, cabelo e traços semelhantes ao dele, sofreu com o sogro uma das palavras racistas mais densas, ser chamada de macaca, sentindo-se indignado pela forma com que a irmã foi estigmatizada.

4.7.2 O lugar do parda/o em seu processo de pertencimento racial

Gil fala que não entende muito bem a problemática que alguns grupos fazem sobre a questão do pardo. Narra não acreditar que a construção do Pardo tenha sido algo mal, mas sim para identificar as pessoas que não se posicionam ou até se entendem como brancos. Ao mesmo tempo, reflete que não consegue bem caracterizar o que seria uma pessoa parda. Refere que é um “termo que não é definido”, assim se questionando, o que é ser pardo? Ser pardo seria alguém não branco? Alguém racializado como moreninho?

Enquanto que aparenta que o lugar do pardo se articula com questões do próprio sistema familiar, indagando-se que mesmo diante do desejo de valorizar sua negritude, dizer que ele é negro seria uma forma simbólica ou até mesmo objetiva de negar seu lado branco traduzido pela imagem de representatividade histórica-subjetiva da sua avó?

Ser um não branco, como ele se refere, faz com que pessoas despejem conteúdos racistas de conotação recreativa em sua proximidade sem nenhum pudor por entendê-lo como uma pessoa não negra retinta.

Estar no espectro do moreninho, não ser de classe alta, ter possibilidades de transitar nos espaços sem necessariamente ser violentado diretamente (mas por olhares e/ou jocosos e muitas vezes racistas), possuir um cabelo ondulado, são conteúdos que foram relatados no seu viver cotidiano nesse campo do ser não branco. A dúvida, portanto, do que é ser moreno/pardo, foi referenciado como um lugar curioso “É engraçado como moreno, como o pardo, ele não é nada né”.

4.7.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

“Eu sou um não branco”, com essas palavras Gil posiciona o lugar dele diante desse cenário. Entende que o marcador principal que o diferencia permeia o lugar de se entender como diferente da branquitude. Similarmente, narra não entender bem a problemática do ser pardo, apesar de compreender que existe algumas curiosidades nesse lugar. Aparenta chegar ainda de forma confusa, mas conectada com sua história pessoal e familiar.

A relação com o filho é colocada por Gil como muito importante para o seu posicionamento. É por se colocar como negro que seu filho também se posiciona como negro “Meu filho se identificou como negro ao me perceber como negro”. Seu filho, que atualmente tem 18 anos, advém da relação do Gil com uma mulher branca, do tipo latina, de feições típicas europeias. O seu filho, portanto, “tem ainda menos traços marcados de afrodescendência”, de modo que é por olhar e interagir com o seu pai que ele percebe a sua ancestralidade. Gil coloca “talvez se eu não existisse como referência ele não os percebesse”.

Se posiciona, portanto, como homem negro, mas “se me chamarem de pardo eu respondo”. A depender de quem questiona ele se coloca ou como negro ou como pardo. Isso ocorre, por exemplo, na entrada na universidade e na pesquisa do IBGE ao qual participou. Na época ele se colocou como pardo. O ser pardo, portanto, não apareceu como uma problemática subjetiva, que causa desconforto, mas especialmente no campo da curiosidade, do auto questionamento, do desejo de entender mais um pouco sobre esse lugar do ser pardo.

4.8 RODRIGUES: “EU TENHO QUE SABER QUAL É MEU LUGAR DE FALA”

Era início da noite e nos encontramos com Rodrigues pela internet no dia 03.09.2020. Ele se apresentou como um homem de 20 anos de idade, nascido e criado no município de Caruaru. Filho de uma mãe carinhosa e batalhadora viveu por muito tempo sob a tutela dela conjuntamente do seu avô “me ajudaram a ser essa pessoa que sou hoje. Ele se mostrou sensível e atento, com uma fala ora tranquila devido a sua dinâmica mesmo de pensar e se posicionar diante dos conteúdos, ora mais nervoso, afinal, aquilo que era debatido falava da vida passada e do presente vivenciados de forma afetiva-emocional.

Relatou que em Caruaru o que determina os lugares sociais é o nome da família. Ter um sobrenome específico significa ter status, ser aceito, ter poder e legitimar um padrão de ser territorial. Foi no seu corpo e no seu cabelo que esses marcadores discursivos foram colocados durante as vivências infantis. Em particular na escola como um campo institucionalizado que expressa valores do próprio município que ele vivenciou situações delicadas e impactantes no seu processo. Muito o que aconteceu durante os anos que esteve na escola particular o machucaram.

O lugar ao qual se identifica ainda aparenta estar em construção, ou talvez desconstrução, tendo em vista que a entrada dele na universidade moveu alguns discursos preexistentes como o ser pardo. O território da Federal e as pessoas que vivem esse organismo estimularam um processo de autoreflexão em Rodrigues. Hoje, portanto, se posicionando como uma pessoa sem identificação, mas na busca por entender o seu lugar de fala.

4.8.1 Os relatos das experiências histórico-cultural da Rodrigues

Rodrigues observa que em seu território existem algumas relações de poderes que são permeadas pelo lugar social da família. Ter um sobrenome reconhecido na sociedade caruaruense é em si ter status, ser aceito e um modelo a ser seguido. A política alinhada ao nome é muito forte por lá e evidente que emana para outros espaços, inclusive, a escola.

Relata que na escola viveu momento muito difíceis, que machucaram, deixando algumas feridas durante os anos. Esteve em uma das escolas particulares de Caruaru, descrevendo que precisou modificar seu cabelo e jeito para ser aceito ao padrão normativo imposto por algumas pessoas dentro da escola. Ele refere, “eu tentei me encaixar nos padrões, eles me influenciaram ao ponto de não aceitar meu cabelo, passei um ano ou dois alisando o cabelo”. Sofria perseguição devido ao seu corpo, seu cabelo, aparência e vestimentas. Escutou discursos como,

por que tu é assim? Por que o seu cabelo é assim? O padrão que ele observa em Caruaru é de classe média alta, cabelo bom e liso.

Ao observar sua história, não identifica casos evidentes do racismo. Pensa que em certa medida pode aparecer de forma mais veladas pelos olhares direcionados do outro para ele, ou jocosa, utilizando partes do seu corpo para menosprezá-lo.

Não houve muitos momentos em que os conteúdos raciais foram dialogados na sua família. Sua mãe e avô são pessoas negras, mas que por muito tempo não evidenciaram sua própria negritude e nem a dele. Em decorrência dos últimos acontecimentos a família se engajou mais nesse campo. Sua mãe é colocada nesse lugar de zelo e cuidado, apoiando-o nesse processo de entender o lugar de fala.

4.8.2 O lugar do pardo/o em seu processo de pertencimento racial

O que é ser pardo? Rodrigues relata que ainda não sabe bem o que significa ser pardo. Em sua história esse lugar estava particularmente dado como natural, tendo em vista que esse ponto não foi debatido nem na família, tampouco na escola seja na sua infância ou adolescência. Ele coloca que “claramente eu não sou branco”, porém “me falaram que eu sou pardo”. Muitas vezes o outro legitimou o seu corpo a partir dos atributos físicos de uma criança que poderia ser identificada como pardo.

Hoje chega de forma forte diante dos questionamentos ocorrido na UFPE. Ele se questiona, portanto, sobre o seu lugar tentando entender os sentidos que construíram e fundamentaram política e psicologicamente esse marcador. Ele então reflete, “eu não sei até que ponto ele existe ou ele é uma construção para eu fugir de ser negro, de eu fugir dessa identidade”.

O pardo aparece em sua fala como um lugar de desencontro e frustração consigo por não ter adentrado nesse debate a muito tempo atrás e não entender ainda o seu lugar. Posiciona que parece uma espécie de fuga do ser negro, ele nos diz que se sente “perdido ao ver tantas pessoas enraizadas em seu pertencimento racial”. Se incomoda, portanto, pelo pardo parecer que não está se implicando como agente transformador dessa história de opressão. Ele aparenta se criticar por isso, por ainda não ter fundamentado o seu próprio lugar de fala. Hoje ele busca não se identificar racialmente, enquanto tenta “encontrar o que falta”.

4.8.3 Posicionamento racial partindo do auto pertencimento racial

“Eu ainda estou tentando me identificar”. Essas palavras são referidas por Rodrigues de forma repetitiva durante o diálogo. Ele se auto declarou como sem identificação, pois ao mesmo

tempo que o ser pardo não comporta mais o seu pertencimento, ainda entende que precisa encontrar coisas que sente estar faltando.

Ele ainda tem muita dúvida sobre o ser negro, colocando que são essas dúvidas que impedem dele posicionar sua negritude. Entendendo que seu corpo tem marcadores da miscigenação, entende, portanto, que não passa por questões que negros retintos vivenciam, porém percebe que experienciou contextos complexos e que vem de uma família negra. Reflete então qual é o seu lugar diante dessa história? Qual é o seu lugar de fala.

Por não ter ainda a resposta para essa indagação se sente pressionado, perdido, incomodado e frustrado, não sabendo, por enquanto, localizar sua raça e cor. Sente que precisa definir para encontrar, quiçá integrar a identidade negra. Por enquanto que isso não acontece, sente-se mais confortável em dizer que não está se definindo.

A experiência na UFPE junto com os estudantes fez com que a autoimagem do pardo fosse deslocada e o apoio da mãe em dizer que ele poderia e deveria se nomear como negro foram colocados por Rodrigues como bases importantes nessa trajetória. Ele termina se perguntando, “O que é que eu preciso para me tornar negro? Não sei o que eu sou”.

5 O RACISMO QUE ATRAVESSA A EXPERIÊNCIA DO PERTENCIMENTO RACIAL

Nessa parte da dissertação faremos o esforço de tecer considerações acerca de como o marcador racial, assim como os seus atravessamentos simbolizados por situações de percepções acerca da discriminação racial, do racismo e da própria desigualdade permearam a existência das interlocutoras.

Uma das coisas, como podemos observar, é que, mesmo que todas as participantes tenham ingresso na universidade a partir de uma afirmativa como pardos/as, os motivos que firmaram essa decisão são múltiplos. Envolvem o contexto do território, da família, do contato ou não com pessoas negras e com a imagem de serem avaliadas pelos outros, podendo ter seu autorreconhecimento questionado. Foi curioso perceber como os traços fenotípicos e a pigmentação do corpo trazem nas narrativas de sentidos de representatividade. Para a maioria das pessoas entrevistadas, seria um marcador importante ter se colocado como pardo na entrada da universidade devido aos traços finos e a cor da pele.

A Chimamanda Adichie (2019) reflete que há um perigo eminente em universalizarmos a experiência a partir de uma ideia universal de povo, de sujeito, de nação. Colocando-se como uma contadora de história, ela escreve em seu livro, “o perigo de uma história única”, a sua jornada em perceber que era africana a partir do sentido que as outras pessoas com quem ela conviveu nos Estados Unidos da América retratavam sobre a África. Mesmo sendo nigeriana, era retratada como africana em um processo já conhecido, devido ao colonialismo que busca universalizar o continente Africano em um país, “A ÁFRICA”. A autora relembra como foi para ela ser uma escritora que leu apenas livros de personagens brancos, de olhos azuis, que comiam maçãs e brincavam na neve, trazendo contextos que se diferenciavam de sua vida na Nigéria. Como a autora coloca, “lá não tinha neve, comíamos mangas e nunca falávamos do tempo, porque não havia necessidade”. Os livros e as histórias que chegavam para ela, formando sua subjetividade, eram de estrangeiros. Estudando nos Estados Unidos, conviveu com estadunidenses que ficavam abismados pela sua fluência em inglês e dos seus gostos musicais não apenas africanos, mas de todo o globo. A amiga presumia quem ela era pela forma como o continente africano é apresentado naquele país. Ela coloca que, se tivesse nascido em outro lugar que não na Nigéria e tudo o que fosse passado para ela fossem as imagens populares de animais lindos e paisagens deslumbrantes e pessoas passando fome, em guerras sem sentido e com diversas doenças, ela olharia para a África da mesma forma com que a amiga dela a olha. A história única é um perigo e ninguém está protegido quando apenas uma coisa é contada.

Para que possamos, portanto, entender a diversidade do que é ser negro, buscamos compreender no referencial teórico conceitos que nos pudessem dar base para entender o pertencimento racial. Para isso, entendemos ser necessário tecer considerações sobre o próprio racismo e como este se aproxima das vivências das/os interlocutoras/es.

5.1 RACISMO NO COTIDIANO

Refletir sobre o racismo é como pegar uma agulha, colocar linha e conectar histórias e experiências de opressão, violência e sofrimento direcionadas a algumas populações. Como uma rendeira que tece no dia a dia, nó a nó, fios que conectam as redes e sustentam o corpo, temos a responsabilidade de entender como o racismo atravessou a vida das/os interlocutoras/es dessa pesquisa.

Entendemos o racismo como um sistema organizado e profundamente arraigado na sociedade humana, que construiu historicamente lugar de privilegio para alguns grupos em detrimento de outros. A esse outro, identificamos as populações à margem da sociedade brasileira como as/os negras/os e indígenas. A raça, portanto, seria um mecanismo construído pelo sistema racista para materializar no dia a dia as diferenças entre pessoas (ALMEIDA, 2019).

Luiz Campos (2017) cita que existem no racismo três dimensões que podem ser consideradas nesse debate. O primeiro seria o racismo como ideologia que reuniria um conjunto de ideias negativamente valorativas sobre sujeito e grupos sociais. As ideias acerca dos sujeitos seriam elemento fundador para se compreender o racismo. A segunda perspectiva, no entanto, advoga que as atitudes racistas independem do conjunto de ideias articuladas acerca da raça, mas como as ações muitas vezes irrefletidas que demasiadas práticas racistas ocasionam. O terceiro seria o caráter sistêmico do racismo, entendido como estrutural e institucional, trazendo à tona, ao debate, o caráter não apenas discriminatório, mas político, diante dos contextos de desigualdade e subalternidade dos grupos raciais. O professor, portanto, defende que cada perspectiva potencializa no cenário atual abordagens que se complementam, necessitando de uma aproximação teórico-conceitual para se entender de forma mais profunda cada uma delas. Ideologias, atitudes e estruturas, fariam parte de pontos de análises distintos de um mesmo fenômeno, precisando integrá-los para se ter uma visão mais ampla do racismo.

O alinhamento dessas três perspectivas é importante para observarmos o campo de pertencimento racial dos estudantes. Quando observamos a narrativa das interlocutoras, percebemos que cada pessoa está em um momento distinto de compreensão das marcas do

racismo no seu cotidiano. Algumas delas ainda não conseguem nomear que aquilo vivido faz parte de como o racismo adentrou as suas experiências. É curioso, como o Rodrigues coloca como foi para ele estar presente em uma escola particular do interior, em que o padrão normativo eram pessoas brancas de traços finos, com sobrenome influente no território. Precisou negar a si mesmo, passando dois anos alisando o cabelo e alterando suas atitudes e até vestimentas. Sentiu que precisava mudar a si mesmo para se adaptar à demanda social. Neusa Souza (1983) posiciona que o racismo constrói uma lógica de subserviência que retira do negro a sua emocionalidade, sua própria concepção positiva acerca de si. A autora faz uma análise do colonialismo para fundamentar que o papel do negro escravizado era ser dócil, inferior, submisso e útil ao senhor de engenho. Esse lugar de inferioridade reverberou no imaginário social, restando para o negro o anular-se a si, adquirindo a imagem do outro como forma de ascender e ser reconhecido socialmente. A autora, portanto, posiciona que “foi com a disposição básica de ser gente que o negro se organizou para a ascensão assemelhando-se ao branco”, mesmo que para isso tivesse que deixar de ser negro (SOUZA, 1983 p. 21).

A perspectiva conceitual da Neusa Souza é tão atual quanto agora e ganha ainda mais profundidade quando observarmos as histórias relatadas pelos participantes da pesquisa. A infância, lugar do processo de socialização primária, chega nas narrativas como um lugar em que o racismo aparecia muito de forma sutil. A perspectiva do Racismo sutil é referenciada por Campos (2017) para destacar as condutas que sejam realizadas sem reflexão, inconscientes, mas que reproduzem, efetivamente, a estrutura social do racismo por base na discriminação. Blank, Dabady e Citro (2004 apud CAMPOS, 2017) citam quatro exemplos do racismo discriminatório sem o filtro de processos ideológicos de crenças conscientes acerca da raça, são eles o *preconceito indireto*; *as respostas automáticas*; *orientação ambígua*; e *a orientação ambivalente*.

O *preconceito indireto* simboliza a imagem retratada de determinado grupo-alvo que justifica os comportamentos discriminatórios “como quando indivíduos evitam negros por considerarem que eles costumam ser pobres”. A classe e a raça estão intimamente ligados para pensarmos os processos de discriminação indireta. Ser negro entrando em um supermercado é sinônimo de potencial periculosidade para os bens e consumo daquele espaço, como a experiência de Kaleb evidencia em sua narrativa. Existe no segurança que acompanhou Kaleb, todas as vezes em que ele vai para o mercado, uma normalização de que o corpo negro tem maior potencialidade para cometer algum tipo de crime. A profissão de “segurança”, que está fazendo “o seu trabalho”, não engloba o corpo negro construído socialmente como um

corpo perigoso. As *respostas automáticas* dizem respeito a atitudes racistas com forte teor emocional ligadas às imagens “negativas da negritude bem rudimentares”. A *orientação ambígua* diz respeito ao tratamento reativo diferenciado a pessoas que fazem parte de determinado grupo, visando um processo de autopreservação pela imagem de que o outro pode representar um perigo eminente, tendo por base características fenotípicas. Por fim, a *orientação ambivalente*, referindo-se à forma com que determinada pessoa do grupo discriminado é tratado de forma empática para esconder a aversão direcionada para esse mesmo grupo. Estaria interligada com o discurso “não sou racista, porque tenho amigos negros”.

A sutileza, simbolizada nas narrativas das interlocutoras, está conectada com uma organização imagética de implementação social do racismo, que encontra no corpo uma estratégia sofisticada para materializar as narrativas de poder construídas pela elite. É no cabelo dito como esquisito, “mal arrumado”, crespo, em que o pente é dado para deixá-lo mais bonito e padronizado; é na pele que os discursos do corpo branco como bonito e do corpo negro como feio são implementados na personalidade de cada pessoa. A tomada de consciência dessas questões não vem apenas como um gozo por tomar consciência da estrutura, mas com o peso daquilo que em sua raiz traz em si o discurso do não desejo social e histórico. Estar vivo, sentir e perceber em si como a sua existência é apenas um plano macro político de embranquecimento da raça, causa confusão, medo e raiva. Afinal, que história existiria no negro (entendido aqui como o preto e o pardo) que não uma estratégia de opressão e aniquilação da elite brasileira, que encontrou em teorias científicas, como o Darwinismo, social a estratégia necessária para estuprar as mulheres negras com a justificativa de que “estamos fazendo um bem para o país”. Se livrar da população negra sempre foi o gozo da sociedade brasileira.

No entanto, tomar consciência dessas estruturas não é algo fácil, tendo em vista que o racismo no Brasil não é apenas um ato discriminatório, mas o próprio processo de viver no dia a dia em uma sociedade desigual, normalizando situações de desigualdades sociais, raciais e de gênero como algo extremamente naturalizado. É algo natural a pessoa precisar mudar o cabelo para se adaptar à escola; é algo esperado você ser aceito socialmente apenas pelo reconhecimento do sobrenome que você tem; é algo inaceitável você usar um cabelo black subido no trabalho. Silvio Almeida (2019) retrata que pensar em racismo é trazer junto as relações de poder como elemento fundamental para sua compreensão, tendo em vista que nas instituições está o local da manutenção e fortalecimento dessas disparidades. Segundo o autor, “a manutenção desse poder adquirido depende da capacidade do grupo dominante de

institucionalizar seus interesses, impondo a toda a sociedade regras, padrões de conduta e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio”.

Pessoas menos retintas, como as/os participantes Clarisse, Rodrigues, Gil Neto e Camilla, posicionam que a experiência vivenciada do racismo está muito nesse campo da sutileza, não identificando práticas discriminatórias mais acentuadas de perseguição ou de negação do seu processo. Porém, percebem que estavam presentes no seu dia a dia, como o que a Camila coloca em decorrência do seu território. Quando posicionado que vive na comunidade de nova descoberta e quando fala para outras pessoas que mora esse território, percebe olhares e comentários “estranhos” direcionados a ela. Consegue observar o racismo quando olha o seu distrito. Rodrigues coloca que só começou a perceber como as relações da escola exigiam uma adaptação à “lei” dos colegas apenas na universidade, experiência compartilhada com a Clarisse, que posiciona como as aulas das disciplinas da Psicologia Social e da construção social do racismo foram impactantes para deslocar o seu lugar de conforto diante de questões que não eram problematizadas dentro de sua casa. Invariavelmente, estamos lidando com saber como a perspectiva que o sujeito tem do seu lugar político evidencia um lugar oficial de discurso diante do campo do racismo, um processo intimamente ligado com a identidade racial e o pertencimento racial.

Mesmo que possamos perceber no cenário de debate acadêmico, social, midiático, diversos espaços em que a temática do racismo, da diversidade racial, da identidade e do pertencimento racial esteja sendo debatida, é necessário entender como esses discursos estão sendo transformados em práticas políticas. O acesso dos estudantes negros/os por via da lei das cotas raciais pode ser entendido como uma ação afirmativa de justiça social. A prática dela ainda ganha alguns desafios. Para Ângela estar presente na universidade, ela precisou se deslocar de Condado para o Recife e viver na casa dos estudantes com o auxílio financeiro; Ellen precisou sair de Flores para poder estudar em Recife, atualmente, fazendo bicos para poder de sustentar. Ambas se preocupam com as condições financeiras da família, tentando diminuir sua carga econômica. Além do próprio acesso, a questão da permanência é um desafio (MAYORGA; SOUZA, 2012). O contexto do sistema capitalista de produção utiliza o racismo como estratégia de manutenção dos campos de privilégios (BATISTA; MASTRODI, 2018). A presença do corpo negro dentro da universidade é, em si, um ato de enfrentamento e resistência aos mecanismos estruturais do racismo.

As pessoas que buscaram entrar na universidade por cotas ainda estão no processo de entender o seu lugar, (re)construindo sua identidade racial, muitas vezes, imposta pela

sociedade para assim entender o seu pertencimento, onde cada pessoa se situa nesse contexto, em que lugar se encontra nessa fila de opressões e privilégios que o racismo construiu.

5.2 O LUGAR DOS MOVIMENTOS NEGROS NO CAMPO DA IDENTIFICAÇÃO RACIAL

Os movimentos negros foram fundamentais para as grandes mudanças estruturais que estamos vendo hoje. Não existiriam estatuto da igualdade racial; as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial; a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida em Durban no ano de 2001; as leis das cotas raciais 12.711/2012, ou a lei 10639/2003, que estabelece a obrigatoriedade de os ensinamentos sobre as históricas e culturas Afro-Brasileiras estarem presente nos ensinamentos fundamentais e médios, seja público ou particulares. O movimento negro desloca a estrutura por intermédio da sua militância e voz ativa nas políticas públicas.

A relevância dos movimentos não se encontra apenas no campo das políticas públicas, mas também no campo acadêmico. Intelectuais negras/os estão ocupando lugares que, historicamente, foram negados, como a própria universidade, produzindo teorias, conceitos que visam contribuir para maior equidade social.

Nesse percurso histórico, Sueli Carneiro (2005) localiza que, nos anos de 1970, os estudos realizados sobre os conceitos de raça e racismo foram fundamentais para se entender as desigualdades raciais e como o marcador raça reverbera na “estratificação social”. Autores como Fulvia Rosemberg e Edmar Rocha (2007); Edith Piza e Rosemberg (1999); demarcam que pensar classe sem vincular com raça é esquecer completamente a história que atravessa o Brasil. As desigualdades expressas no censo têm raça/cor, gênero, história e território. Foi curioso observar que nenhuma das pessoas entrevistadas, sejam as que se nomearam como pretas, negras de pele clara, pardas, negras retintas, moravam em área mais privilegiadas do Estado. Todas vivenciam suas realidades a partir de comunidades periféricas, municípios da Região Metropolitana do Recife ou nos interiores. Para Sueli Carneiro (2005), é necessário entender a raça como uma categoria de análise, afirmativa também posicionada por Silvio Almeida (2019). A compreensão de que as pessoas que se autoidentificam como pardos e pretos faz parte do marcador negro é justificada pelos indicadores sociais que se aproximam entre ambos, opondo-se de forma significativa às pessoas que se auto declaram como brancas/os.

Esse é o modo oficial que tem sido utilizado pelos cientistas sociais e pelas instituições de estatísticas como o IBGE, sendo adotadas as cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo

e indígena. O movimento negro entende que a pessoa que se identifica como preto ou pardo é negra. No entanto, também observamos como a diversidade racial brasileira e o próprio racismo desenvolveram múltiplos sentidos sobre a identificação racial, que encontra no vocabulário do senso comum diversas palavras para representar as pessoas.

Adentramos um campo complexo do processo de não apenas a autodeclaração, mas como esses sujeitos de identificam e racializam o seu processo a partir da sua história e dos múltiplos campos de sua existência. Nem todas as pessoas que estão se autodeclarando passaram pelo processo do torna-se, muito disso em decorrência da própria estrutura racista brasileira que camuflou o debate racial a partir do próprio mito da democracia racial.

No entanto, o acesso à universidade é o local da reflexão, ok, agora o que eu sou? O que eu preencho? Sou pardo? Preto? Se eu me afirmar como tal o outro irá me reconhecer? E se eu for indeferida ao meu colocar como preta? O outro me lê como negra? Pardo é o negro mais claro? Preto é o negro mais escuro? Afinal, o que eu sou?

Mesmo que coloquemos “o movimento negro”, seria errado entendê-las/os como um movimento universal, unívoco, pelo contrário, esse campo de luta não é um só, são diversos, mesmo que a base seja a mesma, o combate inegociável do racismo. Um dos campos de maior tensão, sem dúvidas, é o campo identitário. Afinal, quem é negra/o no Brasil? Quem pode dizer que é negra/o? Como se reconhecem as/os negras/os?

As perguntas são importantes, feitas muitas vezes pelas próprias interlocutoras em suas narrativas e muitas delas não têm uma resposta, mas a própria Carol muito bem coloca: precisamos falar sobre isso. Em suas indagações, ela questiona como os movimentos negros precisam falar sobre as diferentes formas de ser negro e que ainda é necessária uma profundidade nessas temáticas, pois percebe e sente como algumas companheiras estão sendo negadas nos seus posicionamentos raciais, pelo fato de estarem sendo lidas como negras não retintas.

Algumas linhas, não tão presentes no movimento negro, mas que ressoam discursos separatistas desses marcadores buscam distinguir quem seria negro e quem seria pardo. A Camila cita a Livia Zaruty como exemplo e um dos seus vídeos citados, que visa distinguir o pardo do negro, ignorando o processo histórico do próprio movimento. A própria Carol entende que é necessário um maior engajamento dos movimentos negros no debate sobre o colorismo, de modo que o silêncio dá vazão a outros tipos de discursos, como o da própria Zaruty, que é reconhecida como uma influencer.

As pautas raciais, que incluem as identitárias, foram historicamente construídas a partir de diversos encontros organizados de negras e negros nos seus mais diversos níveis, como no âmbito acadêmico, através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) e a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), no campo religioso, por meio da Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde (RENAFRO), de juventude como o Coletivo de Juventude Negra Cara Preta e o Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER); de mulheres negras, como Geledes, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Instituto de Mulheres Negras (IMUNE); da população LGBTQI, como a Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, entre tantos, não poderíamos deixar de citar o Movimento Negro Unificado (MNU), União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e a Articulação Negra de Pernambuco. Todas as citadas acima fazem parte da coalizão negra que busca aproximar as entidades, grupos e coletivos que nacionalmente atuam no combate inegociável do racismo. A escuta do coletivo e os encontros organizados são estratégias políticas potentes que a ancestralidade nos ensinou por intermédio dos quilombos e que as feministas negras diariamente nos ensinam no ato de escutar, de sentir, de se empoderar e de enfrentar.

O mestiço sempre teve um lugar delicado para o movimento negro. É um campo complexo, que desperta muitas dores e memórias de um passado recente de muita violência e estupro das mulheres negras. Rafael Trapp (2013) coloca que a figura social do mestiço desperta certa negatividade dentro dos movimentos, sendo simbolizada em sua tese a partir do debate em Durban, em que os debates sobre o mestiço causavam grande comoção e controversa de opiniões dos coletivos em como lidar com uma questão que não foi fruto dos movimentos negros, como a mestiçagem, desenvolvida historicamente pela própria elite.

O mito da democracia racial foi eficaz em distanciar boa tarde da população desse debate, de modo que essa é uma população que ainda está distanciada e alheia das discussões raciais. Esse é um debate que ainda está no fundo e precisa se tornar figura com o protagonismo dos movimentos negros que tem parte fundamental em pensar o lugar político das pessoas que se colocam como pardas/os, negras de pele clara ou não retintas. A Carol problematiza como é importante debater sobre as diferenças da cor no campo do debate do que é ser negro dentro dos movimentos sociais. Ellen posiciona que entende que, em situações de violência e possíveis agressões diretas de atitudes racistas, negras/os retintas tem maiores chances de serem alvo, porém não significa que negras/os não retintas não passem por situações permeadas pelo racismo. Tensionam que é necessário retomar o lugar de reflexão do próprio movimento negro

que constituiu o marcador analítico negro como a junção de pardos e pretos, através da pergunta “quem é negro no Brasil?”

5.3 DIVERSIDADE RACIAL E O LUGAR DO PARDO

A diversidade é um campo caro para os debates dos feminismos. É por esses princípios que podemos pensar teorias decoloniais diante de perspectivas que visaram construir narrativas universais e naturais de pessoas e grupos sociais. Além disso, pensar em diversidade é a busca por entender que existem diversos tipos de experiência, de modo que precisamos escutar as narrativas que permeiam a vida das pessoas que são atravessadas pelas estruturas sociais, como o próprio racismo (HAWARAY, 1995).

A Professora Jaqueline Gomes de Jesus (2013) posiciona que não existe identidade social sem diversidade, sendo ela um componente fundamental para a construção social da identidade. Relaciona-se com o conceito de que o indivíduo tem de si que se espalha no sentido emocional expresso em seu pertencimento a um grupo social.

Demograficamente, existe uma diversidade racial existente em todo território do Brasil e ainda um processo bastante alienante acerca do pertencimento racial. Refletindo a partir desse contexto, poderíamos compreender que existe uma diversidade racial no Brasil em decorrência do processo que o Prof. Munanga (2003) vai posicionar como uma busca da burguesia em assimilar as/os africanas/os em sua cultura dita superior. Isso causa, praticamente, uma ruptura moral, enquanto o mestiço é aquele que advém dessa ideologia de universalização do negro, ele continua a existir nesse plano, vivenciando diariamente o racismo estrutural e institucional.

Diante do exposto, entendemos negra/o, como uma categoria de análise que busca compreender o sujeito político, que se entrelaça as diversas pessoas que diretamente possuem relações com a população da África. O essencialismo, portanto, não cabe enquanto instrumento de análise para compreender o que é ser negro (BRAH, 2006). Não podemos perder de vista que o essencialismo advém de uma tecnologia colonial de universalização de sujeito a partir de um ideal de branquitude. O significado da categoria negro vai sendo tangenciado pelo momento sócio-histórico e político que a população está vivenciando em seu tempo. Atualmente, ser negro é aquela pessoa que se auto declara como pardo ou preto.

Somos estimulados, diante da literatura e da fala de Carol, a refletir como existem múltiplas formas de ser negro no Brasil. A pessoa negra que vive em Recife faz um curso superior na UFPE, tem experiências distintas da pessoa negra que vive no interior de Flores e que faz o curso superior em Recife na UFPE. Uma das experiências muito bem citadas por

Ellen é que no interior todos/as são pardos/as. O debate racial não chega na população, de modo que existe um processo de naturalização e comodidade na auto declaração como pardos. Sair do interior e chegar em Recife é ser tensionada pelo desconforto de perceber as múltiplas formas de ser negro que não apenas finalizam na tonalidade da pele, mas em um sistema organizado para não permitir acessos, limitar possibilidades de existência, desenvolver estratégia de aniquilação, e engolir subjetividades negras até o ponto em que elas não sejam mais negras, não apenas fenotipicamente, mas como sujeito políticos de transformação social.

Trazer tais reflexões potencializadas pelas narrativas das interlocutoras não reduz o fato de que o eixo da violência direcionada para a população negra é como uma tabela de cores pretas. Você vê várias tonalidades de preto, quanto mais escuro mais vulnerável, sendo passível de sofrer algumas abordagens físicas e simbólicas distintas. Mas é importante lembrar que continuam fazendo parte do negro.

Pensar em diversidade racial é, de imediato, refletir sobre o conceito dos saberes localizados de Donna Haraway (1995), quando a pesquisadora posiciona o sujeito do conhecimento. As experiências acerca do racismo e como este repercutiu no pertencimento racial da população negra evoca a necessidade de uma escuta parcial, posicionada e ética em narrar aquilo que de afeto e sensações brota do discurso do outro.

A integração nesse debate das pessoas pardas/os ganha relevância por entender que a categoria negra/o faz parte de um guarda-chuva de sentidos políticos de transformação social que é necessidade do empowerment para deslocar as estruturas de funcionamento social que legitimam lugar, normatizam subjetividades e exterminam juventudes negras. O pardo aparenta ainda estar em um lugar de um conforto desconfortável, por necessitar adquirir a subjetividade branca para poder existir nesse coletivo. A tomada de consciência do que é ser pardo pelo próprio pardo causa alguns desconfortos importantes para a tomada de consciência do seu lugar e da responsabilidade diante desse intenso debate.

5.4 O RACISMO É UMA PROBLEMÁTICA TAMBÉM DAS PESSOAS QUE SE AUTOIDENIFICAM COMO PARDOS/AS

O racismo é um sistema muito poderoso, se encontra bastante enraizado na nossa cultura de forma muito sofisticada. Entendemos que, no Brasil, é construída essa realidade fantasiosa de que o racismo não existe em decorrência da mistura das raças, sendo assim uma terra tropical e maravilhosa, de pessoas que se aceitam pela diferença. Esse discurso dominante aparece na fila do banco, na padaria, no mercado, em nossas casas, na escola, está em todo o lugar. Essa

ideia ganha um contra ponto forte quando observamos os dados de mortalidade dos jovens negros, evasão escolar e acesso à saúde pública. Agora, também, os dados da covid-19 mostram como a pandemia afetou de forma contundente as pessoas negras da periferia. O racismo, portanto, é uma problemática de todas/os.

A pessoa parda, muitas vezes, ainda não entende o seu lugar diante desse cenário, como o racismo permeia a sua experiência e como esse lugar, do ser pardo, é também um lugar político bem paradoxal. Em um momento, é instaurado pela elite brasileira para que simbolize o lugar da transição à terra prometida, um lugar claro, branco e eugênico. Em outro momento, compreendido pelos movimentos negros e cientistas sociais como um lugar do negro miscigenado, menos retinto e, por conseguinte, mais claro, porém, em situação parecida (não a mesma) dos negros retintos, por partilhar histórias, experiências, situações de desigualdade e racismo.

Nesse sentido, é evidente que o deslocamento causado nas pessoas pardas, quando entendem a sua história, observam a diversidade racial entre brancos e negros retintos em suas famílias, e o próprio debate científico que busca trazer elementos críticos para se compreender o próprio racismo, eclode em si um processo de movimento do eu. Afinal, quem eu sou? O que me construiu? Eu realmente sei da minha história? o que marcou a minha história? Confusão, medo, angústia, estranheza, não aceitação. Essas foram palavras bem repetidas pelas/os interlocutoras/es durante a pesquisa.

Esse campo do estranho que há em mim não é à toa. Neusa Santos (1983) colocava como o negro diante do racismo perde a sua história, sendo necessário o retorno à ancestralidade para tornar-se, mais uma vez, negro. A autora coloca que é necessário o resgate da emocionalidade negra e da imagem positiva que fora tragada pela ideologia racista, ou seja, o conjunto de ideia e imagem construída que legitimou lugares de ideais de existências branco centradas, em detrimento do lugar reservado à população negra como não desejados. Sentir-se estranho, em certa medida, é um convite para o lugar presentificado nesse debate. Grada Kilomba (2019), ao tensionar o lugar do Branco, cita cinco mecanismos de defesa do ego que fazem a pessoa branca ser capaz de ouvir, isto é, de desenvolver a sensibilidade necessária para tomar consciência de sua própria branquitude, assim como sua responsabilidade diante dessa mesma consciência. São elas a negação; a culpa; a vergonha; o reconhecimento; a reparação.

A negação estaria relacionada com o mecanismo inconsciente do ego que busca rejeitar os conteúdos desagradáveis do mundo externo do sujeito, negando ou reduzindo os conteúdos a meras especulações ou, o que estamos vendo nos últimos tempo, o “mimimi”, o não é comigo,

somos todos humanos, entre outros discursos sociais, da mesma maneira que existe a recusa por lidar com sentimentos e pensamentos que sejam desconfortáveis para a pessoa. É mais aceitável para o ego tecer discurso de que o debate não é com ele do que realmente entender a história e as narrativas que permeiam sua própria existência. A culpa, portanto, estaria ligada com o “estado emocional”, advindo de um conflito de uma inflação feita, seja pela presença de um ato, como, por exemplo, a própria discriminação racial, ou pela ausência de uma defesa ou tomada de responsabilidade diante de determinado acontecimento, em nosso exemplo, de ser conivente e até reproduzido o racismo. Kilomba (2019) coloca que, nesse mecanismo, o racismo já aconteceu, o que cria um estado de culpabilidade pela consciência do “ato já cometido”.

A vergonha, no entanto, diz respeito ao “medo do ridículo” em decorrência da percepção que nós temos de nós mesmos diante da complexidade do racismo que se impõe historicamente nos processos das pessoas. Adentra nesse cenário o quem sou eu, como o outro me percebe e me identifica. Diz respeito ao lugar do deslocamento subjetivo a partir de como o outro me identifica. A pessoa parda, nas experiências com amigos negros retintos, nos núcleos de pesquisa afrocentrados, na internet, por intermédio dos youtuber negros/os e nos campos de discussão científica, se questiona sobre o seu lugar, as marcas impostas nessa história de violência e como ter um fenótipo mais claro e menos negroide pode ter criado alguns campos identificados como de privilégio. O medo de se identificar como negra, tão colocado pelas interlocutoras na pesquisa, está conectado com o lugar do receio histórico e simbólico em que o pardo foi colocado, como um campo de aniquilação da população negra. O tomar o lugar das/os negras/os retintas/os, como coloca Camila; o ter passado tanto tempo sem saber sequer da existência do racismo, não podendo, durante toda sua história, debater sobre e ter iniciado esse diálogo apenas na universidade é um ponto de angústia para o Rodrigues. É pelo reconhecimento de ser, como Clarisse coloca, “eu não sou branca”, mas também não ser uma negra retinta como a Grada Kilomba (2019) vai posicionar que o “reconhecimento segue a vergonha”. Como um processo da dor do que é tomar consciência dessas marcas, o reconhecimento fala da passagem do mito para a realidade, da fantasia para o palpável, não mais o como eu gostaria que eu fosse, mas como se é e como o seu corpo expresso de miscigenação pelos próprios traços, traçam em si a própria engrenagem do racismo.

Não existe reparação sem memória, não existe memória sem verdade, não existe verdade sem justiça. A reparação seria a tomada de responsabilidade por ser um agente transformador nesse contexto de desigualdade e morte causados pelo racismo. Permeia, portanto, o entender a si, compreendendo o seu lugar de pertencimento racial, para então se posicionar no mundo. Ao

escutar as interlocutoras, percebemos como os conceitos engendrados pela Grada também podem ser pensados a partir do lugar do pardo em processo de tornar-se negro. Não apenas na autoidentificação do IBGE, mas em um processo identitário de pertencimento racial.

O pardo, ou o negro de pele clara, tem na sua pele tanto a história do opressor, como a história do oprimido, então, como lidar com essa fissura entre o opressor e o oprimido? O caminho do meio entre esses lugares como um não posicionamento é, em si, uma posição para a manutenção da estrutura social vigente. É necessário problematizar como cada agente social participa diante do debate racial. O pardo tem um papel também fundamental nesse processo e precisa ser tensionado a participar de maneira ativa. Sua existência tem um sentido não apenas subjetivo, mas social, histórico e político.

6 PERTENCIMENTO RACIAL EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Buscaremos agora tecer considerações acerca do pertencimento racial refletindo a partir dos conceitos citados anteriormente sobre o racismo, como ele permeia o processo de percepção de si e do mundo e como pensar em pertencimento racial no Brasil encontra complexidade pela própria forma com que o Estado foi constituído, velando suas violências, construindo uma mentira social e implementando uma política institucional que visa manter poder e privilégios.

O pertencimento refletido nessas linhas navega pelo conceito de socialização primária de Beger e Luckman (2004), do Racismo estrutural de Silvio Almeida (2019) e Luiz Campos (2017), da identidade Racial do Stuart Hall e do lugar de fala da Djamila Ribeiro. Não seria apenas um a priori, isto é, a pessoa, por ser fenotipicamente negra, já pertenceria a determinado grupo, mas um processo de autoidentificação simbolizado no posicionamento racial é colocado pelas interlocutoras e atravessado pelo próprio racismo.

De fato, a maioria, quiçá todas as/os participantes da pesquisa tiveram uma primeira necessidade de posicionamento racial a partir da entrada na universidade. Esse lugar do outro questionar “quem é você? De qual grupo você se percebe? Como você se declara racialmente? Racializar-se é um ato de análise histórica, social e política (mesmo que não se tenha essa noção).

Quando resgatamos a fala da Ângela, ela coloca de forma bastante intensa como ter uma mãe preta, que se identifica como negra, que trabalha como empregada doméstica, exercendo uma sabedoria familiar que sustenta a familiar, seja na economia ou nas emoções, foi fundamental para ela poder se identificar como preta, expressar seu cabelo black e se posicionar como uma mulher preta condadense. A família teve um papel singular no processo do pertencimento racial da Ângela. Em contrapartida, Gil Neto coloca que existiu uma diversidade racial dentro de sua casa, mas que as temáticas raciais não eram figura e sim fundo, sendo perceptível posteriormente, na vida adulta, a partir de outra concepção social do que seria a imagem preta, aspectos que também aparentam ressoar no processo dele se identificar diante desse cenário.

6.1 SOCIALIZAÇÃO, RACISMO E IDENTIDADE RACIAL

A depender da forma e das características do corpo com que nascemos, do nosso nariz, do cabelo, da escuridão do nosso corpo, do nosso sexo, nos é colocado uma rede de sentidos

atribuídos aos ideais de sujeito. Coloco sujeito no masculino pela problematização que Grada Kilomba (2019) vai posicionar sobre o sujeito nomeado sem diversidade de gênero imediatamente impõe um campo de referência a heteronormatividade branca. O ideal de brancura, branco da cor de rosa, ainda navega no imaginário social como a terra prometida. Se escutarmos atentamente o que as interlocutoras colocam diante de sua vivência no seio familiar, lugar do que Beger e Luckman (2004, p. 175) posicionam como a socialização primária, encontraremos diversos sentidos atribuídos ao ser negra/o. Segundo os autores

Todo indivíduo nasceu em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam de sua socialização. Estes outros significativos são lhe impostos. As definições dadas por estes a situação dele apresentam-se como a realidade objetiva.

É no processo das interações humanas em que o campo dos discursos se manifesta que os sentidos sobre si e seu pertencimento racial são construídos. O racismo como estrutura permeia as relações que constituíram historicamente as famílias. Se a família é o lugar de socialização primária, ela tem uma responsabilidade eminente no processo de que forma aquela pessoa irá (des)integrar dentro de si sua identidade racial.

A fala da Clarisse, por exemplo, chega com muita angústia quando ela fala sobre as mulheres pretas de sua vida. Todas as vezes em que foi em busca do colo da mãe e da avó para entender o seu lugar diante do seu pertencimento, sempre encontrou uma negação com palavras de “você não é negra”. Ao não encontrar uma representação no seio familiar que sustentasse em termos de ancestralidade e espelhamento um discurso próprio sobre sua negritude, ela se sente confusa, estranha, não pertencente. Ser negro para sua família é ter uma tonalidade de pele retinta, escura, o que, na realidade de Clarisse, não se aplica. Ela tem traços negroides, mas com tonalidade mais clara do que suas progenitoras. Gil Neto tem uma família com muita diversidade Racial, sendo que sua maior referência é sua avó, mulher que ele nomeia como “branca rosada”. Sua mãe, por sua vez, sempre buscava confortá-lo como uma pessoa não tão negro, mas moreninho. As temáticas raciais não chegaram abertamente faladas, mas nas entrelinhas de hipervalorização do corpo branco e desvalorização do corpo negro.

O campo da identidade racial no negro ganha complexidade pelo que a própria Neusa Santos (1983) posiciona, que a autonomia é exercida a partir de um discurso sobre si mesmo. O discurso sobre si ocorre a partir de como o outro atribui sentido sobre seu próprio corpo. Não ter um discurso do outro que traga na base de constituição infantil o lugar do negro faz com que esse lugar não seja prioritário, seja apagado e velado. Ao mesmo tempo que as experiências de

racialização não são conscientemente colocadas nos momentos iniciais da vida, elas aparecem no contato da pessoa com os amigos, com a escola, com as instituições.

6.2 IDENTIDADE RACIAL

Estamos na época da tecnologia, da informação e da comunicação de massa. Informações vêm e vão de forma rápida, isso não significa que ter informação é sinônimo de ter consciência. A própria comunicação é um campo de poder e de manipulação da narrativa. É um fato que estamos vivendo em uma era em que, pelo menos a nível do sistema de internet, podemos nos conectar com narrativas negras em seus mais diversos campos de atuação, seja na academia, no teatro, na música, na dança. Isso cria alguns caminhos interessantes e, ao mesmo tempo, perigosos. Podemos questionar a identidade hegemônica com padrões heteronormativos de funcionamento social, ou, em certa medida, sermos pegos pelo discurso colonizador de identidade nacionalista sem nem mesmo percebermos. Uma das coisas que é necessário perceber são as fontes que influenciam o processo de identidade racial ou até mesmo do pertencimento racial.

O Stuart Hall (2006) coloca que o padrão identitário que dominou o funcionamento social historicamente se encontra em uma crise, que se torna matéria para que alguma outra coisa possa surgir. Esses tensionamentos, eminentemente encabeçados pelo movimento feminista e LGBTQI+, ganham resistência dos diversos campos conservadores que buscam ainda manter os privilégios e o status de hierarquia racial e de classe. Novas identidades estão surgindo desses conflitos que tensionam as estruturas. Quando pensamos em identidade racial, temos algumas variáveis que devemos levar em consideração. Podemos perceber uma autodeclaração oficial legitimada pelos sistemas estatísticos como parda/o, preta/o, amarela/o, indígena e branca/o, mas também uma autodeclaração racial permeada pelo discurso social e, nesse último caso, podemos observar diversas formas de se nomear. Muitas delas são conectadas com o processo de colonização que buscou fragmentar o quanto possível é o lugar do negro na sociedade de classes.

Na pesquisa, encontramos palavras que, em algum momento, foram direcionadas para as interlocutoras pelo outro a nomeando como moreninho/a, cor de canela, mulata, morena, amarela cachorrinha, preta, pretinha. Essa rede de sentidos que buscam pintar de branco o lugar do negro, ainda estão presentes no dia a dia da população. Ângela colocava que, no interior em que foi criada, a cor não era o suficiente para legitimar o pertencimento racial. Lá, todos são pardos, independentemente se mais claros ou mais escuros. Ellen, em certa medida, compartilha

essa experiência por uma sensação territorial de aparente conforto das pessoas em não se questionar sobre as diferenças raciais e de classes ocorridas no território, também lá todos são pardos. O marcador pardo para pensarmos a negritude se conecta com a necessidade de refletirmos sobre as disputas identitárias que ocorrem diante desses lugares sociais. Como Audre Lorde (2019) coloca, enquanto o negro não tiver um discurso sobre si, o branco produzirá esse discurso.

Munanga (2003) busca rediscutir a mestiçagem a partir de dois aspectos que se chocam, a identidade nacional versus a identidade negra. Antes de tudo, quando refletimos sobre o que o Stuart Hall define como uma identidade universal, centralizadora, esbarramos de imediato com a ideia do essencialismo do sujeito a partir de um modelo masculino, branco e heteronormativo. Retomando Munanga (2003; 2019), o autor coloca que a estratégia de implementação social da Identidade Nacional passaria por um processo de eliminação da diversidade étnica e biológica, no caso do Brasil, a partir de uma assimilação dos “africanos e seus descendentes brasileiros numa cultura considerada como superior”. A miscigenação seria uma estratégia para o extermínio da população negra. É diante disso que o autor coloca que o imaginário social apresenta um quadro de intoxicação mental por ter introjetado a imagem alienadora da identidade nacional como uma saída, ou poderíamos dizer uma promessa para a terra prometida. A imagem da mestiçagem habita a estrutura inconsciente das/os sujeitas/os em sociedade. Está tão no cotidiano, tão presente na vida e no dia a dia da população que ganha um aspecto de normalidade, de modo que os termos citados anteriormente para nomear o outro se tornam aceitáveis.

Ao mesmo tempo que é o outro que socializa o indivíduo a partir dessas imagens, é também pelo outro que esse lugar pode vir a ser questionado e tensionado. A crise advém dos questionamentos que os grupos, movimentos sociais, cientistas políticas estão tecendo acerca do que realmente são as identidades.

A Assim chamada crise de identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2006 p. 7)

A desestabilização da identidade hegemônica como um a priori, essencial, vem sendo tensionada. O princípio conceitual seria o de que a identidade não é um atributo universal, mas um processo de construção e reconstrução dialética, entre semelhantes e diferentes (HALL, 2006). Ellen, por exemplo, coloca como foi para ela encontrar pessoas negras que estiveram presentes em seu processo de autodeclaração racial. Perceber como o outro a enxergava e lia

seu corpo como negro traz um campo de integração e aceitação de si, sentindo-se mais confortável para poder se posicionar. Carol, por sua vez, coloca como a presença de negras retintas no seu processo de autoidentificação foi um tanto paradoxal. Em um momento que se sentiu pertencente e extremamente confortável em estar presente em círculos de amizades empáticos, em situações e contextos de semelhanças sociais, também se sentiu violentada quando escutou que ela não era negra por não ter uma pele retinta. Não tinha se questionado o porquê de ela não ser negra o suficiente, mas esse tensionamento ambivalente ora foi doloroso, porque fez um processo de deslocamento identitário, outrora importante, por que estimulou que ela pudesse se aprofundar nas questões internas aos seus próprios afetos acerca da negritude e externas no processo de estudo e consciência política e sociais das questões raciais.

O Munanga (2003) coloca que a identidade clama a presença do conceito de diversidade entre raças, gênero, classe e outros, mantendo relações ora próxima, outrora distantes e diferentes. A diferenciação é um aspecto importante no processo de identidade e pertencimento racial. É por entender o que não se é que a/o sujeita/o tem possibilidade de se aproximar de um discurso que satisfaça sua existência a partir de um campo sócio, histórico e político. Esses discursos atravessam a história de Clarisse, que coloca que ainda se encontra em um processo de entender sua própria identidade e o seu lugar diante desse contexto. Mas percebe que sua autoidentificação como pardo é confusa, estranha, desconfortável, afinal o que é ser pardo? Rodrigues retratou muito o seu incômodo por ter demorado tanto para perceber como raça e racismo permearam sua experiência no processo de sua autoafirmação. Se declarou para a pesquisa como “sem declaração”.

Nas pessoas que historicamente se colocavam como pardos/as, podemos observar o impacto subjetivo do questionamento do lugar do pardo diante das identidades raciais. A identidade como um discurso que o sujeito tem de si mesmo, no momento em que a pessoa que se nomeia como pardo/a tenta conectar a história em si se depara com um vazio de sentido. Como Gil Neto coloca, afinal quando eu paro para pensar o que é ser pardo, né?

Não obstante, alguns discursos curiosos estão surgindo. Carol coloca, por exemplo, que o lugar do pardo, como nomenclatura, não representa para ela um campo cômodo, de representatividade de sua história. Se entende como uma negra de pele clara, nomenclatura autodeclarada para o social em que se sente pertencente. Aparece em sua narrativa como uma identidade política, que entende a marca do processo de miscigenação racial e o seu lugar diante desse campo.

A formação da identidade negra no Brasil se encontra em um processo de construção de múltiplos discursos. A autodeclaração oficial é importante para pensarmos em políticas públicas que possam agir diante das desigualdades sociais e raciais. Porém, é necessário escutar como as populações estão se percebendo em termos raciais.

6.3 PERTENCIMENTO RACIAL COMO UM PROCESSO IDENTITÁRIO

São como pistas em um processo de investigação complexo, histórico e político que oportuniza um lugar de pertença, de pertencesse a. Esse lugar meio nebuloso, estranho e até confuso sobre quem se é e em que lugar pode se sentir pertencente acontece depois que a experiência com forte teor afetivo atravessa a falsa ideia do que entendemos sobre nós mesmos, como bem posiciona o Rodrigues ao não mais conseguir se localizar. O campo dos estudos de raça entende que os discursos construídos historicamente a partir do mito da democracia racial e do projeto político da miscigenação das raças criaram uma mentira social de universalização da identidade nacional, como se não existissem raças distintas.

Esse sentido universal de uma única raça de pertencimento se choca com as realidades raciais e sociais das entrevistadas. É preciso, muitas vezes, que um outro interdite e puxe o sujeito para que olhe a carne que sangra. Esse ato do puxar pode ser visto em diversos momentos. No caso da Clarisse, vivenciar experiência na disciplina de Processos Psicossociais e Construção Social do racismo dentro de um curso que, a priori, tem a função de compreender os processos que permeiam a subjetividade das pessoas em sociedade, teve um impacto pessoal pela própria necessidade de debater cientificamente e entender como aquilo que está sendo abordado fala também da própria Clarisse. O campo científico ampliou a compreensão de Clarisse acerca da vivência pessoal e do mundo que a envolve.

Junto disso, a dialética com pessoas negras foi referenciada com uma importância ímpar nesse processo. A Ellen, por exemplo, posiciona que começou a se perceber negra a partir da fala de uma outra pessoa negra, de tal modo que, quando foi nomeada como negra, se sentiu estranha e confusa. Será que realmente aquela outra pessoa me acha negra? Isso demonstra como o pertencimento se conecta com a identidade. Se entendermos que a identidade é um processo de construção dialética do sujeito com sua história, o pertencimento acompanharia intimamente a identidade, e, havendo um deslocamento identitário, haveria também um deslocamento do pertencimento.

O campo do “gritaram-me negra”, simbolizado de forma tão forte pela poetisa peruana Victoria Santa Cruz, em seu celebre poema “Me Gritaron Negra”, retrata como o processo de

pertencimento racial muitas vezes chega a partir da intervenção de um outro de modo que nem sempre isso se dá de forma harmoniosa, mas agressiva e violenta. A violência, inclusive, é colocada por Neusa Santos (1983) como uma marca da diferença e como o outro demarca esse lugar de não pertença do negro. Kalleb, coloca que o olhar do segurança retratava o marco de diferença de que ele não pertencia ao público que poderia acessar aquele mercado; olhar que ele refere ter sentido de forma similar dentro de cursos mais elitizados da UFPE. Muitas vezes, ele se percebia negro pelo olhar direcionado a ele e aos seus amigos negros. Em outros momentos, percebe dentro de casa a sua família negra que passa por experiências parecidas com a dele. Sua irmã, negra retinta, sofre diversos abusos direcionados ao seu corpo no ambiente de trabalho.

De maneira semelhante, podemos pensar raça como um marcador relacional, o pertencimento racial também se daria pelo campo das múltiplas relações, entre o indivíduo e os grupos sociais com que ela/e se identifica. Para entender o seu pertencimento, é fundamental entender onde não se pertence, mesmo que isso cause angústia. Citando a experiência dos estudantes na entrada na universidade, o Rodrigues narrou como o contato com pessoas de outras realidades sociais, com perspectiva empoderadas acerca da racialização de suas histórias lhe trouxeram incômodo por não ter feito isso antes de entrar na universidade.

A não identificação verbalizada por ele não surge apenas como uma impossibilidade de afirmar seu pertencimento. A não identificação chega como uma busca por entender seu lugar. Munanga (2003) coloca que “o encontro das identidades contrastadas engendra tensões, contradições e conflitos” de modo que é necessário tanto compreender os marcadores históricos e políticos que constituíram os lugares sociais das populações, como a necessidade de sentar “numa mesma mesa para negociar nossas diferenças e nossas identidades”. Isto é, as experiências de pessoas negras de pele clara no processo do racismo estrutural não é a mesma das pessoas negras de pele retinta, não obstante, ambos são permeados pelo o racismo. Munanga (2019) coloca, que é necessário entendermos o colonialismo, as diferenças identitárias e as experiências distintas das pessoas diante dessa estrutura para podermos ampliar a compreensão sobre a negritude. Diz o autor: “um dos objetivos fundamentais da negritude era a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros”.

Resgatando a importante contribuição da Grada Kilomba (2019) sobre os cinco mecanismos de defesa do ego para pensarmos o pertencimento, gostaria de refletir cada uma dela a partir dos relatos das/os interlocutoras/es. Conversando com o Gil Neto, adentramos a temática do ser pardo. Em um primeiro momento, ele mapeia como em sua história como

criança observava que tudo era branco, pessoas brancas, jornalistas brancos, entretenimento branco, todo mundo queria ser uma das paquitas da Xuxa. A racialização como debate fundamental não era explícito e sim velada. Atualmente, ainda não entende bem o motivo pelo qual as pessoas problematizam tanto a questão do pardo, do moreno. Para ele, esse termo foi criado não de forma maldosa, mas para representar uma parte da população. Nesse campo, questiona-se que o processo de autoafirmação como negro poderia estar rejeitando sua avó branca. A autodeclaração como pardo traz um conforto para não lidar com as questões desconfortáveis que, a priori, estariam coligadas com a problematização do lugar do pardo e do negro diante da sua própria história.

Rodrigues, por sua vez, posiciona como se sente culpado por ter se deparado apenas na universidade com questões que demarcaram tantos lugares nas suas vivências escolares, chega a se sentir envergonhado por ter tomado consciência de forma tardia. Ainda não entende bem qual é o seu lugar de fala, mas posiciona que está caminhando para isso. Reconhecer, portanto, as marcas das diferenças é se conectar com a vergonha de entender como o seu lugar tem uma marca política de embranquecimento.

O processo de pertença racial, portanto, se conecta com a forma como o sujeito compreende os marcadores raciais a partir da história, das suas experiências e da sua percepção acerca de si. O termo processo é importante para entendermos como existem diversas experiências emanadas do contato que a pessoa tem com os grupos que podem favorecer ou não a conexão interna com a negritude (MUNANGA, 2003).

Propomos algumas reflexões ao longo das falas das interlocutoras para pensarmos o *pertencimento como semelhança*, em que a pessoa negra observaria em si características fenotípicas que se aproximam ou se distanciam dos atributos socialmente construído das características negroides (BRAH, 2006). *Pertencimento como diferenciação étnica* em que o sujeito percebe as diferenças históricas e políticas que permeiam sua vivência diante de sua família e de seu território (BRAH, 2006). *Pertencimento como representatividade*, de modo que a pessoa identifica no discurso do outro expressões no percurso da vida com que ele se identifica, sentindo-se acolhida/o e conectada/o com aquela história (RIBEIRO, 2020)

6.4 DO SE DECLARAR NEGRO TENDO UMA PELE CLARA E A LOCALIZAÇÃO DO SEU PERTENCIMENTO RACIAL

Pensar na categoria negro no Brasil como um marcador de análise social é, muitas vezes, compreender como esse lugar é multidimensional, dinâmico, temporal e político. A cada

momento o discurso que envolve esse marcador se transforma a partir da consciência e compreensão de que a sociedade tem do que as pessoas que se aproximam das características da racialização negra podem vir a vivenciar, decorrente de uma camada social que tem o racismo como um dos berços de sua estruturação.

No processo em que buscamos problematizar o lugar do pertencimento racial, percebemos como as interlocutoras trazem em si diversas formas de representarem esse lugar ligadas à maneira com que a cor da sua pele expressa maiores traços nomeados como negroides. Quanto mais traços miscigenados, mais confusão as pessoas relataram sentir no processo da identificação e sensação de pertença, quiçá aceitação, a determinado grupo.

A confusão, relatada pela Camila, não surge de um nada, mas de uma série de questionamentos emanados nos mais diversos espaços sociais, como a própria internet, a universidade, os grupos de amigos e a família. A Camila, por exemplo, diz que o espaço da internet foi o lugar em que ela se sentiu incomodada por perceber tanto um processo de indagação sobre o seu lugar nas tensões entre os debates identitários e observar pela experiência de algumas pessoas como a Anitta, referenciada por ela como uma negra que é questionada pelo movimento, chegando a ser cancelada, termo atualmente utilizado nos espaços das redes de comunicação para representar o ato coletivo de anulação de determinada pessoa pelo seu posicionamento diante de alguma temática específica.

O universo da internet é um espaço multidimensional, a priori democrático, em que ocorrem disputas de narrativas. Esse é um espaço potente, pois as vozes dissonantes encontram um campo em que suas falas podem e devem ressoar e ser escutadas. O termo cancelamento surge a partir do questionamento contra hegemônico que os movimentos negros e feministas fazem à parcela elitista da população. Como entendemos que esse é um espaço de disputa de poder, os homens de *Science* criam termos curiosos que devem ser pesquisados para se entender quem realmente é cancelado nas redes sociais? Em certa medida, parece que o cancelar traz uma justificativa para a não responsabilização, pelo receio de como o outro estará lidando com aquilo que é dito. A Djamilia Ribeiro (2020) posiciona que o discurso expresso pela fala precisa ser responsabilizado, pois muitas vezes carregam o sentido de manutenção e ampliação das estruturas racistas. Não é o ato da fala que é cancelado, mas sim a busca pela manutenção das desigualdades sociais simbolizados por discursos que nutrem o sistema de opressão, como a autora coloca “O grupo que sempre teve o poder, numa inversão lógica e falsa simétrica causada pelo medo de não ser único, incomoda-se com os levantes de vozes”.

De toda forma, para as pessoas menos retintas, o lugar do posicionamento como negro chega como uma busca de afirmação de outros negros acerca da sua própria negritude. Não existe a referência da pele escura e mesmo que as teorias sociais nos ofertem tecnologia de análise para afirmar que pessoas pardas e pretas vivenciam situações de vulnerabilidade, quem é negro retinto é mais alvo das situações de violência.

Ellen coloca que é clara demais para ser preta e escura demais para ser branca, em contrapartida, pessoas dentro do sistema familiar a retratavam como uma pessoa roxa, carequinha de olhos escuros, bem feinha quando era bebê, diferente do irmão que tinha olhos azuis. O meio termo entre esses dois lugares causava estranheza, pois, na busca por espalhar-se, encontrava em si traços miscigenados, não negroides e pele não retinta. O ser pardo, mesmo questionado e tensionado por ela internamente, chega, em certa medida, para ocupar um vazio que a própria estrutura racista construiu a ser ocupado.

Esse campo da pessoa negra miscigenada e a expectativa expressa na aceitação das/os negras/os retintas/os, nos fez refletir a própria noção de posicionamento. Davies e Harré (1999 apud GUANAES; JAPUS, 2003) colocam três conceitos que são importantes para pensarmos esse contexto. Seriam a posição, força social da ação e linha de história. O primeiro diz respeito ao lugar social do indivíduo frente ao conjunto de sentidos que o grupo interpreta, entende, estipula e designa acerca dos deveres e obrigações da pessoa no que tange seu ato, ou sua ação, seja em nível pessoal ou intergrupar.

as pessoas estão sempre engajadas em atividades discursivas onde posicionam a si mesmas e aos outros, mas as formas que estes posicionamentos assumem vão diferir de acordo com as normas sociais que regulam estas interações e com as situações específicas em que eles ocorrem. (Guanaes; Japus, 2003 p. 139)

É por via do processo de interação que as posições se transformam. Elas não são inegociáveis, passando por um caminho em que as pessoas se situam em determinado lugar social e se influenciam de forma mútua no ato da conversa-ação. A linha histórica está presente no campo da posição. O sentido que emana do ato da posição ocorre em decorrência dos múltiplos significados atribuídos à posição, de modo a permitir compreender a própria posição pelo processo de interrelação. O campo do posicionar-se advém de diversos momentos anteriores em que discursos já ocorreram em outras relações que repercutem na conversa imediata no momento presente da interação. Por sua vez, a força social implica na atribuição ao outro de uma posição específica pelo atributo de sentido construído do que se é esperado desse outro. A fala, em si, é uma prática discursiva que negocia as múltiplas e localizadas

posições. São múltiplas narrativas que se chocam em um contínuo processo de reposicionar-se (GUANAES; JAPUS, 2003).

Carol, quando nomeia que precisou de uma outra pessoa negra retinta para posicionar que não era tão negra, sentiu a ambivalência de sensações do que é ser negra de pele clara. Por um lado, a existência do marcador racial presente em sua experiência familiar, social, territorial e subjetiva, por outro, o fato de ser menos retinta do que as colegas negras. Apesar de sentir que a forma com que a fala no ato interativo foi violenta, pois sentiu um deslocamento identitário, sente que a continuidade no diálogo com seus amigos, grupos e espaços acadêmico/político, escutando e se posicionando, fez com que ela reposicionasse sua identidade, entendendo o grupo ao qual pertence e fundamentando o seu posicionamento a partir do sentido construído acerca do ser negra de pele clara.

São múltiplas interações de tensão que mantêm ou transformam padrões sociais construídos historicamente. Entendemos que esses conceitos são importantes para compreendermos a angústia pela não sensação de pertença que as pessoas negras de pele clara sentem diante do seu posicionamento. É necessário escutar, pesquisar, construir pontes com as pessoas que se autodeclaram como pardas/os, morenas, negras de pele clara, entre outras nomenclaturas que podem referenciar o negro mestiço. Existe uma corresponsabilidade nesse processo, sendo responsabilidade primordialmente das pessoas pardas/os tensionarem suas posições, mas da comunidade negra como um todo em permitir que a fala surja, os pontos de vistas e experiências sejam expressos, para que os sentidos possam ser transformados a partir da prática discursiva.

Atualmente, são 46,8% das pessoas que se autodeclaram como pardas/os e 9,4% resultando em mais de 56% da população brasileira. Esse é um dado importante, pois demonstra que o Brasil é um país negro, de modo que existe uma necessidade urgente de dialogar com pessoas pardas sobre o racismo e como isso permeia a própria constituição desse termo. Existe um processo e nele a presença das pessoas negras são fundamentais para a importante transformação social na busca de uma sociedade com mais efetivação dos direitos sociais.

6.5 LUGAR DE FALA COMO PERTENCIMENTO RACIAL

Quem fala, fala de algum lugar, de alguma história, em algum contexto permeado por relações interpessoais, intergrupais e culturais. Inspirados nas provocações das feministas negras, em especial a Djamila Ribeiro (2020), no seu livro Lugar de Fala, buscaremos tecer considerações acerca das tensões e negociações existentes no campo racial a partir da disputa

existente entre o posicionamento racial como pardo, negro, negro de pele clara, negro retinto, nomeações identitárias que sugeriram durante as narrativas das interlocutoras.

Se convidarmos ao diálogo o Rodrigues, ele demonstra como se sente angustiado por ainda não saber o seu lugar de fala diante de todo o debate racial. Percebe-se, eminentemente, um incômodo, por entender como nunca foi despertado para esse campo anteriormente, sendo introduzido apenas na universidade a esse multiverso que constitui o debate racial. Em sua trajetória, sempre foi nomeado e se nomeou como um homem pardo em uma sociedade branca, que, em sua grande maioria, nomeavam-se como pardos/as e que usavam seus sobrenomes para demarcar a distinção entre os grupos privilegiados e subalternizados. Buscou se adaptar à norma daquele espaço, mesmo que para isso precisasse mudar o cabelo e aceitar diversas ações de opressão direcionadas ao seu corpo e a sua forma de ser.

A narrativa do Rodrigues me fez lembrar muito do que o Silvio Almeida (2019) vai colocar como o racismo estrutural, aquilo que, por estar tanto dentro do social, torna-se normal, aceitável, uma regra de funcionamento social. A pessoa, nesse sentido, como coloca a própria Neusa Santos, nega a si mesmo, sua negritude e sua cor para poder sobreviver diante do cenário racista que, utilizando-se do sistema de poder, oprime e deslegitima o ser como se é.

O próprio Rodrigues se mostrou muito incomodado, angustiado, inclusive se posicionando como uma pessoa “sem identificação racial, ainda”, mas na busca por entender o seu lugar nesse debate. Por sua vez, Camila define o lugar que atualmente ocupa como confuso, “muito confuso”. Colocou que existem muitas informações sobre isso no universo da internet, sendo que cada pessoa fala algo diferente. Assiste a uma youtuber chamada Lívia Zaruty, a qual coloca que o Pardo existe como marcador de diferença do negro que seria apenas as pessoas de pele retintas. No processo de reflexão sobre sua identidade racial, assim como o local a que se percebe pertencente, ainda se coloca como parda, hora pelo medo relatado de ser deslegitimada em seu posicionamento, outrora pelo conforto sentido de que, de certa maneira, o pardo responderia ao seu atual pensamento de ser uma pessoa “nem tão escura para ser preta e nem tão clara para ser branca”. Esse campo da confusão também foi posicionado por Clarisse quando narra que, por ser uma pessoa negra, mas com a pele mais clara, levou para sua mãe esse local e ela posicionou que “você não é negra Clarisse”. De forma emocionada, ela respondeu, “mãe eu não sou branca!”. O lugar de fala aciona o campo das trajetórias de aproximações e distanciamentos com os grupos sociais racializados. Porém, aproximar-se não é apenas o dizer que se é algo, mas o conectar-se com a história e os sentidos construídos acerca dessa população.

Portanto, a Djamila Ribeiro (2020) problematiza que todo mundo tem um lugar de fala, posto que estamos falando de saberes localizados socialmente, de modo que não estamos discutindo um conceito que busca apenas dizer que cada pessoa tem seu lugar no mundo, mas que existem processos históricos, sociais e políticos de que as pessoas e os grupos sociais precisam se apropriar para, então, tornarem-se sujeito políticos. Conecta, portanto, o que a Donna Haraway (1999) posiciona como saberes localizados, pela crítica que é feita à busca da universalização das experiências, mas, sim, de vivências parciais e posicionadas. O ato de falar não se restringe apenas a uma ação que aglomera palavras para um receptor, mas a personificação do poder de se existir. A Djamila coloca que:

entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2020 p. 85).

Todas as pessoas têm uma responsabilidade no cenário das relações de poder que devem ser apropriados. Uma pessoa que é negra não retinta, de pele mais clara, tem um papel e um lugar diante do combate ao racismo, na realidade, várias lideranças nos movimentos negros se engajam no combate ao racismo. A Sueli Carneiro (2004), em um artigo publicado no Geledes, posiciona que estes jovens inseridos nos coletivos negros, nos movimentos sociais, nos grupos de Hip Hop, têm um protagonismo importante no enfrentamento ao racismo, pelas experiências vivenciadas diretamente e transportadas para a arte, para a musicalidade e para a luta diária. A autora posiciona que a juventude que está inserida no movimento Hip Hop traz, em sua bandeira, o slogan do Poder para o Povo Preto em “oposição a essas classificações cromáticas que instituem diferenças no interior da negritude, sendo esses jovens, em sua maioria, negros de pele clara”. Os ativistas negros entendem em sua pele e nas experiências impressas no cotidiano “que o policial nunca se engana, sejam eles mais claros ou escuros”.

Nas passagens da música dos racionais “Negro Drama”, os artistas personificam a vivência do negro diante do contexto das disputas políticas trazendo símbolos diretos das trajetórias e experiências de ser negro na periferia de São Paulo, regada com violência, morte, opressão, mas muita luta, irmandade e ancestralidade. O próprio grupo questiona que, diante desses contextos, “você deve tá pensando: O que você tem a ver com isso?”

Esse é um questionamento poderoso. Diante do contexto de opressão e morte que o racismo e seus dispositivos de opressões constroem para manutenção e ampliação do poder, qual é o lugar de cada pessoa frente a esse debate?

Entendemos que as pessoas brancas se beneficiam diretamente do sistema racista fundamentado pelo processo colonial que construiu uma herança de hierarquias de privilégios. Porém, ainda não é possível afirmar que a população negra de pele clara teria se beneficiado desse lugar, afinal, o negro continua sendo negro para os mecanismos racistas. Esse benefício seria tão fajuto como o cheque especial dos bancos. Você sabe que aquele crédito não é seu, mas utiliza acreditando que pode ter alguma vantagem até perceber que esse lugar não te pertence. O espaço de privilégios dos negros de pele clara para os retintos é limítrofe, porém é importante entendê-los, como eles operam diante desse contexto retomando como a literatura retrata o pardo como esse lugar do negro miscigenado, muitas vezes alheio aos conhecimentos raciais e produto de uma lógica racista de embranquecimento da raça.

6.6 TORNA-SE NEGRO NO PROCESSO DE PERTENCIMENTO RACIAL

Nessa dissertação, o que une todas as interlocutoras é que elas, durante o processo de entrada na universidade, posicionaram-se como pardas. Mesmo que diante de um conceito complexo, profundo e político como o racismo estrutural, cada pessoa vivenciará essa estrutura a partir do seu campo de existência. O lugar onde vive, seu território, as pessoas que passaram em sua vida, o momento em que sentiu na pele e percebeu a dor do que é sofrer o racismo, seja ele direto como a inquisição posta pelo outro acerca da existência negra, ou por outros artifícios, pela brincadeira, pelo olhar ou até mesmo pelo não acolhimento em momentos de tristeza profunda.

O racismo habita na camada das relações humanas, afetando a todos, cada um em seu lugar e na sua forma. É no corpo que o racismo se materializa. O processo dessa pesquisa que busca entender esses sentidos acerca do pertencimento racial permeia também o corpo, a história e a vida no cotidiano das interlocutoras que nos confiaram sua vida contada.

Ao perceber como a literatura coloca a diversidade racial como um processo fecundado da política de miscigenação das raças, entendendo como cada uma vivenciou esse lugar, observamos as sensações, percepções e sentidos de como é para cada pessoa ser uma negra de pele retinta, clara, “amarela cachorrinha”, entre outras formas de percepção do seu corpo e do sentido atribuído a ele. Parece que o corpo incomoda, grita representatividade.

Propomos que a autodeclaração como pardo não necessariamente traz em si uma demarcação única do seu pertencimento racial, mas uma contingência identitária deslocada a partir do questionamento externo de “como você se declara racialmente”? que chega nas interlocutoras como uma interdição de “quem é você? Qual o seu lugar”? O incômodo reverberado por esse questionamento desloca o lugar ocupado de forma histórica e política, mais ou menos conscientes, que emana das trajetórias e da história da pessoa em sociedade e que, em certa medida, fundamentou o posicionamento como pardo. Como no caso da Ellen, o lugar do pardo foi colocado devido a uma auto percepção sobre a coloração de sua pele e a atribuição de sentido que o preto falaria do negro retinto e o pardo falaria do negro de pele clara.

O negro de pele clara chega como um local posicionado, enraizado e transformado, como uma prática discursiva que pega o termo pardo e transmuta em algo diferente, com história e consciência de que ser negro com a pele mais clara faz com que alguns privilégios sejam impostos, principalmente, no que tange às questões de discriminação racial, porém, não constrói um muro protetor contra o racismo. Tanto disso aparece nas narrativas das participantes pelo incômodo sentido no seu próprio lugar, inclusive, para aqueles que ainda não se nomearam como tal, encontrando-se no campo do pardo, mas ainda de forma tímida, incômoda, em uma busca pelo pertencimento racial. Rodrigues coloca “eu ainda não sei onde pertenço”, “preciso saber meu lugar de fala”.

Mesmo que todas tenham acessado a universidade nomeando-se como pardas/os, as suas respectivas trajetórias de vida anterior a entrada junto a sua família, escola, amigos, estudos étnicos raciais e pós acesso, pelo contato com os núcleos de estudos étnico-raciais, com pessoas negras de referências e os questionamentos posicionados diante dessa temática, reverberaram em sua própria reflexão acerca do si na relação com o mundo.

O lugar de fala se configura como um posicionamento contrahegemônico, pois não impele apenas uma ideia de que todos podem falar pela liberdade de expressão, por além, ele traz em seu bojo a conexão com as teorias feministas com fundamento decolonial que buscam agir diante do sistema de opressões racista, capitalista e machista. Em decorrência a esse atributo técnico, o termo muitas vezes é reduzido à ideia de só quem pode falar é quem viveu. As vivências e as experiências fazem parte do processo, mas não podemos dizer que apenas os negros devem falar sobre os negros e os brancos devem falar sobre os brancos. Existe uma necessidade da responsabilização diante da tomada de consciência dessas estruturas, mas é dever do coletivo entender como esses lugares foram montados e posicionar-se de forma contra hegemônica.

O tornar-se negro, diante do que estamos problematizando, como múltiplas formas do ser negro e a diversidade como parte constituinte desse processo, nos dá a noção de que existe uma necessidade de todas e todos entenderem os métodos de opressão que envolvem o racismo como estrutura, permeando as experiências de todas, mas não da mesma forma. Experiências são, ao mesmo tempo, parciais e localizadas. Falam de contato com a família, com o território, com amigos mais ou menos empoderados, dentro ou não da universidade, no trabalho, na internet, nas escolas. Mesmo que o racismo esteja nas engrenagens do funcionamento social, a forma com que um negro do centro do Recife vai vivenciar esse lugar é diferente da pessoa negra do interior de Condado, de Flores, de Caruaru ou até do Cabo de Santo Agostinho. Portanto, ao entendermos o racismo como algo que está na base, isto é, enraizado e “puxando para baixo” algumas pessoas eminentemente marginalizadas, como as negras e indígenas, e elevando outras, como as brancas, percebe-se que esse mecanismo traz em si um lugar ocupado por esses corpos que são recheados de sentidos sociais. As pessoas negras de pele clara e/ou retinta, pardas ou pretas, vivenciam a realidade do racismo diariamente, isso não significa que seja da mesma forma e com a mesma trajetória.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nem tão escura para ser preta e nem tão clara para ser branca”, esse trecho de narrativa tirada da Ellen, que vem como título dessa dissertação e que também foi pontuada por tantas outras participantes da pesquisa, mostra como o campo do pertencimento racial é fluido e complexo. Implica refletir como o racismo atravessa as trajetórias de todas as pessoas negras, cada um da sua maneira, com seus traços, suas histórias e em seu território. As vivências se encontram em um mesmo campo da busca por compreender o lugar de fala diante das disputas identitárias. Afinal, entender o lugar a que se pertence não é algo fácil, mas sim uma construção feita a partir da angústia da tomada de consciência das estruturas sociais que legitimaram lugares e os contatos que cada sujeito vai ter com grupos e espaços sociais que possam ofertar ferramentas de análise política acerca do marcador raça.

A posição racial que fundamentou a autodeclaração racial como pardo/a na entrada da universidade encontrou nas narrativas das interlocutoras uma multidimensionalidade de expressões que fazem com que o posicionamento como pardo/a não seja apenas uma validação da miscigenação por parte das interlocutoras, mas imprimem a vivência delas com sua família, escola, território e o próprio conhecimento adquirido do que é ser negro, sendo estas permeadas pelo racismo. O racismo é aqui fundamentado como uma estrutura ora consciente, ora inconsciente, mas presente nas experiências das pessoas. O normal ideal de ser, a partir das ideias da branquitude, disseminada em toda camada social e o anormal não ideal no exposto na imagem do corpo negro.

Muitas delas/es tiveram, pela primeira vez, a necessidade de refletir sobre seu pertencimento a partir dos questionamentos na universidade, um organismo potente e transformador, que não apenas se configura como um espaço de formação intelectual, mas de construção de pessoas que se impliquem em transformar a sociedade. A identidade racial, portanto, é um componente fundamental para o pertencimento. Enquanto a identidade proposta rompe com a ideia de um sujeito universal com uma racionalidade individualista e fundamentada na ideia de um homem branco, transporta para a ideia de um sujeito em que sua identidade não é desconectada do contexto, mas parte fundante do tempo vivido e histórico que sustenta as experiências, de modo que a trajetória que a pessoa vivencia o contato que tem com a cultura, grupos sociais e instituições, transformam a identidade.

Os conflitos internos advindos dos questionamentos do outro nos fez compreender como a autodeclaração oficial pelo IBGE não representa um pertencimento racial como identidade. Serve efetivamente como os movimentos negros posicionam para analisar as conjunturas

sociais e políticas que atravessam as vivências do ser negro, mas não são o suficiente para afirmar que uma pessoa que se autodeclara parda compreende que está se nomeando como negra.

O pardo, como autodeclaração na entrada da universidade, chegou para as interlocutoras como um meio termo, entre o branco e o negro retinto. A posição que fizeram preencher o quesito raça e cor como pardos/as muitas vezes teve o fundamento de fazer com que o outro não anulasse seu posicionamento racial, em um processo interno de receio de como as outras pessoas iriam ler o seu próprio corpo. Tanto que Ellen posiciona que se declara parda, mas é negra de pele clara; Carol se coloca como parda, mas com as devidas críticas, pois se percebe como negra de pele clara e Rodrigues acessou a universidade como pardo, mas, atualmente, não está se identificando dessa forma. Entender o *que se é* e o *que não se é* retrata bem o jogo e as negociações feitas pelas interlocutoras no processo de posicionar o seu pertencimento. Enquanto para algumas o pardo, momentaneamente, acaba chegando como um lugar confortável por fundamental um lugar de nem branca e nem negra retinta; para outros/as, esse lugar incomoda, angustia, traz desconforto e até mesmo vergonha.

O tornar-se negro adentra o espaço da autopercepção que o sujeito constrói a partir da tomada de consciência da estrutura sobre o seu lugar diante desse contexto. O lugar de fala, portanto, diz respeito ao processo de tornar-se, do vir a ser e de compreender que posição o corpo e a existência do sujeito tomam diante dos jogos políticos. Diante disso, campos de tensão são ativados e o desconforto aparece como um importante componente em algo que a Carol coloca muito bem como o reposicionamento identitário. Reposicionar-se em sua identidade chega como um processo de criticar a identidade nacional imposta no processo subjetivo de cada uma. Diante desse cenário, a compreensão acerca do lugar em que a/os sujeita/o pertence é multidimensional, mas intimamente relacionada com a ligação que a pessoa vai ter com amigos/as negros/as que possam acolher, questionar e compartilhar experiências, o contato com representatividades negras e a própria busca pelo conhecimento acerca da temática racial. Por fim, apontamos o papel fundamental das intelectuais negras/os, dos movimentos negros e feministas no protagonismo desse debate. As pessoas que se autodeclaram pardas fazem parte presente da diáspora negra, ficando evidente na pesquisa como algumas pessoas pardas ainda não entendem o seu lugar de fala, demonstrando como o mecanismo do racismo é uma tecnologia de opressão que despersonaliza o sujeito, a ponto dela/e ser negra/o, mas ter medo de expressar sua negritude.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **UMA HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL**. Brasília: Centro de Estudos Afro-orientais Fundação Cultural Palmares, 2006. ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- AMORIM, Roseane.; SILVA, Andréa.; SILVA, Fabson. Estudantes negros e africanos: sujeitos presentes, vozes ausentes. **Educação: Teoria e prática**, Rio Claro, v 25, p. 374-389, 2015.
- ANHAIA, Bruna. Cotas raciais em foco: a trajetória dos alunos negros na Universidade federal do rio grande do sul. **Revista Contemporânea de Educação**, RIO GRANDE DO SUL, 12, p. 69-88, 2017.
- BAGGIO, Roberta.; RESADORI, Alice.; GONÇALVES, Vanessa. Raça e Biopolítica na América Latina: os limites do direito penal no enfrentamento ao racismo estrutural. **Rev. Direito Práx**, Rio Grande do Sul, v 10, p. 1834-1862, 2019.
- BALASCH, Marcel.; MONTENEGRO, Marisela. Una propuesta metodológica desde la epistemología de los conocimientos situados: las producciones narrativas. **Encuentros em psicologia social**. Barcelona, v. 1, n. 3, p 44-48, 2003.
- BARROS, Clarissa. **Universidade e mercado de trabalho**: a trajetória social dos alunos cotistas egressos da Faculdade de Serviço Social da Uerj. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v 17, p. 172-186, 2019.
- BATISTA, Waleska.; MASTRODI, Josué. Dos fundamentos extraeconômicos do racismo no Brasil. **Ver. Direito Práx**, Rio de Janeiro, v 9, p. 2332-2359, 2018.
- BERGER; Peter.; LUCKMANN.; Thomas. **A construção Social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BIZARRIA, Leila. Subalternidades em negação: interseccionalidades de um bairro operário na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Espaço Acadêmico**, Rio de Janeiro, p. 106-117, 2018.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos pagu**, [S. l.], 26, p. 329-376, 2006.
- CAMINO, Leoncio Et. al. Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. **Psicol. Soc**, João Pessoa, v 26, p. 117-128, 2014.
- CAMPOS, Luiz. RACISMO EM TRÊS DIMENSÕES : Uma abordagem realista-crítica. **Rev. bras. Ci. Soc**, Rio de Janeiro, v 32, p. 1-19, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. 2005. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, Usp, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Negros de pele clara por Sueli Carneiro. **Geledes**, São Paulo, 29 Mai. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: :08 Jan, 2021.

COELHO, Luana. “Nem tudo é sobre raça”: evadindo o debate sobre racismo no marco jurídico-político latino-americano. **Rev. Direito Práx**, Rio de Janeiro, v 10, p. 1981-2006, 2019.

CORREIA, Tiago. **Escuta psicológica a meninas e mulheres em situação de violência sexual**: narrativas entre inteligibilidades, ética e jogos de poder. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2020.

DANIELLE, Pereira. “Inclusão com mérito” e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. **Rev. Direito Práx. Rio de Janeiro**, v 10, p. 2182-2213, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. Ed. São Paulo, Editora Globo, 2008.

FERREIRA, Mateus. UnB expulsa 15 estudantes, cassa diplomas e anula créditos por fraude em cotas raciais. **G1**, Distrito Federal, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/13/unb-expulsa-15-estudantes-cassa-diplomas-e-anula-creditos-por-fraude-em-cotas-raciais.ghtml>. Acesso em: :08 Jan, 2021.

GERGEN, Kenneth J. The Social Constructivist Movement in Modern Psychology. **American Psychology**, [s. l.], p.266-275, 1985.

GESSER, Roselita.; COSTA, Cleber. Menina mulher negra: construção de identidade e conflito diante de uma sociedade que não a representa. **Rev. bras. psicodrama**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 18-30, 2018.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). **Psicol. cienc. prof**, Brasília, v 33, p. 222-233, 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, [S. l.], 5, p. 07-41, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMOIS, Isabele. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Rev. Bras. Educ.** Belém, v 22, p. 1-25, 2017.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MADEIRA, Zelma.; GOMES, Daiana. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, v 10, p. 463-479, 2018.

MARQUES, Eugenia. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

MÁXIMO, Thaís et al. **Processos de identidade social e exclusão racial na infância da solidão**. **Psicol. rev.** Belo Horizonte, v. 18, p. 507-526, 2012.

MAYORGA, Claudia.; SOUZA, Luciana. Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco. **PSICOLOGIA POLÍTICA**, Belo Horizonte, v 12, p. 263-281, 2012.

MEIRELES, Marina. Cotistas pretos e pardos reprovados em avaliação racial pela UFPE questionam decisão. **G1**, Pernambuco. 12 Fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/educacao/noticia/2019/02/12/cotistas-pretos-e-pardos-reprovados-em-avaliacao-racial-pela-ufpe-questionam-decisao.ghtml>. Acesso em: 08 Jan, 2021.

MIRANDA, Sheila. Políticas de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil. **Psicol. Soc.** São João Del Rei/MG, v. 29, p. 1-11, 2017.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática S.a, 1992.

MOURA, Dayse. **LEITURA E IDENTIDADES ÉTNICOS-RACIAIS: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2010.

MUNANAGA, Kabengele. **Negritude: uso e sentidos**. [São Paulo]: Autêntica Editora, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista Usp**, São Paulo, p.46-57, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. 5. Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabenguele. DIVERSIDADE, IDENTIDADE, ETNICIDADE E CIDADANIA. In: **cadernos Anped**. Palestra proferida no 1º seminário de formação teórica metodológica. São Paulo, 2003

NAIFF, Luciene.; NAIFF, DENIS.; LOUBACK, Eliane. Representações sociais das cotas raciais em duas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: um estudo comparativo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v 10, p. 47-67, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/a, 1978.

NOGUEIRA, Isildinha. **Significações do corpo negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) USP, São Paulo, 1998.

OSÓRIO, Rafael. **O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE**. Brasília, DF: IPEA, 2003.

PETRUCCELLI, José. **A Cor denominada**: um estudo do suplemento da PME de julho/98. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

PIZA, Edith.; ROSEMBEG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. **revista usp**, São Paulo, v 40, p. 122-137, 1999.

PRATA, Caio.; LEITE, Taylisi. Forma-mercantil e racismo estrutural: a manutenção do capitalismo enquanto razão essencial da violência de raça no contexto nacional. *Revista de direito*. **Revista de direito**, Minas Gerais, v 10, p 67-107, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandira, 2020.

ROCHA, Edmar.; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v 37, p. 759-799, 2007.

ROSEMBEG, Fúlvia. Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional. **In: cadernos Anped**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”. Brasília, 2005.

SANTOS, Elisabete.; SCOPINHO, Rosemeire. Desigualdades Raciais, Mérito e Excelência Acadêmica: Representações Sociais em Disputa. **Psicol. cienc. Prof**, São Carlos, v 36, p. 267-279, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.; STARLING, Heloisa. **BRASIL: UMA BIOGRAFIA**. 2. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

SCHWINGEL, Samara. UnB expulsa 15 estudantes por fraude em cotas raciais. **Correio Braziliense**, 14 Jul. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2020/07/14/interna-ensinosuperior-2019,871946/unb-expulsa-15-estudantes-por-fraude-em-cotas-raciais.shtml. Acesso em: 08 Jan, 2021.

SILVA, Graziella.; LEÃO, Luciana. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Rev. bras. Ci. Soc**, [S. l.], v. 27, p. 117-133, 2012.

SILVA, Marcos. Aportes da psicologia social: desigualdades sociais no contexto da educação brasileira. **Interacções**, Rio de Janeiro, p. 102-118, 2017.

SILVA, Marcos. Políticas e práticas contemporâneas sobre relações raciais e a pós-graduação. **RBPG**, Brasília, v 13, p. 105-127, 2016.

SOUZA, Neusa. **Torna-se negro** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. Ed. Rio de Janeiro, edições Graal, 1983.

SPINK, Mary Jane (Org.). **PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO**: Aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane Paris.; GIMENES, Maria da Gloria G. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, p.149-171, 1994.

SPINK, Mary Jane. A Ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Psico. PUC-RS**, vol. 31, n.1, p. 7-22, 2000

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

SPINK, Mary Jane.; MEDRADO, Benedito. **Produção de Sentido no Cotidiano**. In: SPINK, Mary Jane (orgs). **PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO**: Aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. **RIGOR E VISIBILIDADE**: A explicitação dos passos de interpretação. In: SPINK, Mary Jane (orgs). **PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO**: Aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincof. **A Pesquisa como Prática Discursiva**. In: SPINK, Mary Jane (orgs). **PRÁTICAS DISCURSIVAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COTIDIANO**: Aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2013.

SPINK, Peter Kevin. O PESQUISADOR CONVERSADOR NO COTIDIANO. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 20, p. 70-77, 2008.

TEIXEIRA, Adrielle.; DAZZANI, Maria. **Tornando-se negro: tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um estudante universitário negro**. **Rev. Psicol**, [S. l.], v. 11, p. 83-102, 2019.

VELLOZO, Júlio.; ALMEIDA, Silvio O Pacto de todos contra os escravos no brasil imperial. **Rev. Direito Práx**, Rio de Janeiro, v 10, p 2137-2160, 2019.

VIMEIRO-GOMES, Ana. Biotipologia, regionalismo e a construção de uma identidade corporal brasileira no plural, década de 1930. **Hist. cienc. saude**, Manguinhos, v. 23, p. 111-130, 2016.

VINUTO, Juliana. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. **Temáticas**, Campinas, p.203-220, 2014.

WEIMER, Rodrigo. **Ser "moreno", ser "negro": memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX**. **Est. Hist**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 409-428, 2013.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

PERFIL DO SUJEITO ENTREVISTADO

Nome:

Nome que gostaria de ser reconhecido na pesquisa:

Idade:

Estado civil/ Reside com:

Cursando:

Profissão:

Cidade de origem:

Identidade de gênero:

Autodeclaração racial (Categoria do IBGE):

Autodeclaração racial da família:

Autodeclaração de classe:

Tem religião? (Se sim). Qual?

PERGUNTAS INICIAIS

Perguntas Sócio-históricas

- a) Em que lugar você nasceu e se desenvolveu?
- b) Atualmente, como é para você o território onde vive?
- c) Você percebe desigualdade social nesses espaços?
- d) O que você entende por identidade racial?
- e) O que é ser pardo pra você?
- f) Como você localiza sua raça/cor? Isto é, como você se auto classifica?

- g) Como é para você se localizar como pardo a partir da sua história?
- h) O que te faz se sentir pardo?
- i) Você acha que ser pardo tem alguma influencia no seu dia a dia?
- j) Você poderia localizar as características que poderiam te definir como pardo?
- k) Sobre sua família ela já tinha se autodeclarado em termos raciais?
- l) Como as outras pessoas te classificam?
- m) Como foi para você passar pelo processo da banca de avaliação racial?
- a) O que você entende por ser negro?
- b) Você se percebe como negro?
- c) O que você pensa sobre o racismo?

APÊNDICE B - DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA ANÁLISE POR PARTE DAS PARTICIPANTES DO RELATO CONSTRUÍDOS NO PROCESSO DE DIÁLOGO NA PESQUISA

Oi, _____, a seguir estarei te enviando um relato da nossa conversa. Acho importante deixar nítido algumas questões ok?

1) O que eu fiz desde que conversamos?

Nossa conversa foi extensa e potente, seguindo o método da pesquisa, construí um relato objetivo, compreensível e comunicável, respeitando, no que foi possível, afetos, palavras, termos que foram posicionadas por você. Você irá perceber que durante o relato algumas aspas visam destacar e dar ênfase a sua narrativa. Porém, entendemos que a linguagem oral e escrita é distinta, necessitando algumas transformações e adaptações para coerência do próprio relato. Buscamos construir a narrativa interligando a história como o lugar do pertencimento racial. Para isso seguimos um processo de relato que versava sobre a introdução, a história, o pertencimento racial e os pontos de viragens desses processos.

2) Qual seria a proposta para você?

A ideia do nosso método de pesquisa é que você possa corrigir, alterar, adicionar e/ou excluir o texto. Caso sinta que ele está válido, pode deixar sem alterações. Pedimos que os devidos comentários sejam feitos por word com a ferramenta de revisão. É importante que possamos ver as alterações realizadas. Uma das coisas que é necessário ser evidenciada é que mesmo protegendo o nome e utilizando um nome fictício, em certa medida, algumas pessoas próximas podem identificar a quem se refere esse relato. Diante disso, busquei evitar, no que foi possível, questões sensíveis que reconhecer a/o participante. Percebo que os pontos colocados favorecem o debate sobre o pertencimento racial, de modo que a utilização do nome fictício tem a função de nos proteger das possíveis exposições. Então fique bem a vontade de analisar e alterar caso se sinta desconfortável viu?

3) depois disso, o que eu ainda preciso fazer?

Estamos no processo de discussão da dissertação e o tempo está daquele jeito, infelizmente não conseguiremos debater o relato como seria o ideal, mas podemos caso em algum momento nessa trajetória nos encontremos, sem dúvida, podemos conversar sobre as experiências e a própria dissertação. Agora é tecer um diálogo entre os relatos de narrativa com as literaturas. Em breve vamos ter as datas das defesas, mas temos muito trabalho ainda. Desde já gratidão por tudo!